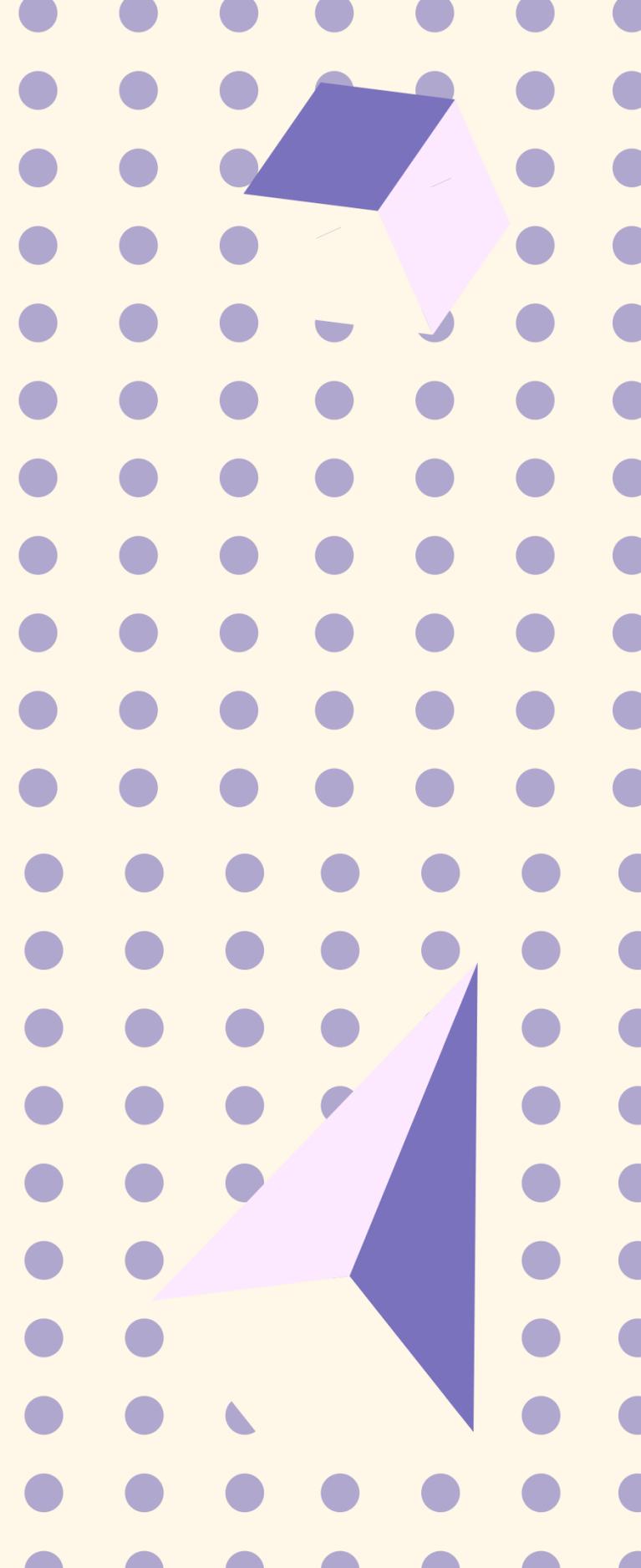
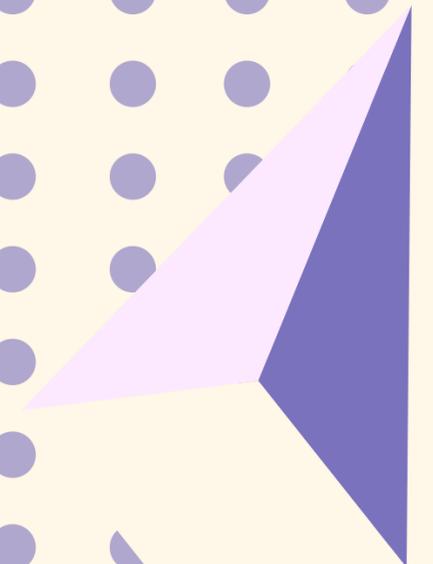
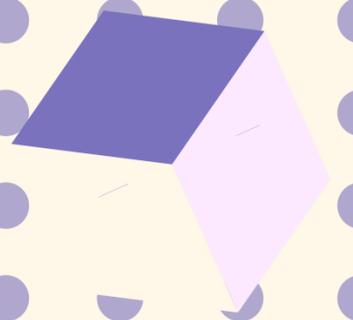
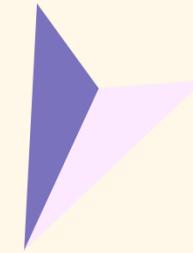
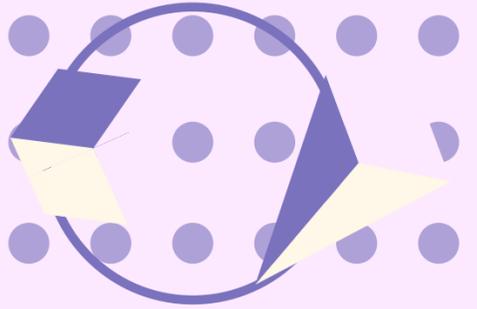


COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA
PESSOA IDOSA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2019

Câmara dos Deputados





Câmara dos Deputados
56ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa

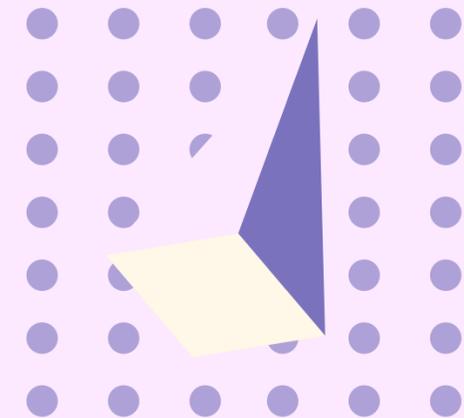
Presidente
Rodrigo Maia
1º Vice-Presidente
Marcos Pereira
2º Vice-Presidente
Luciano Bivar
1ª Secretária
Soraya Santos
2º Secretário
Mário Heringer
3ª Secretário
Fábio Faria
4º Secretário
André Fufuca

Suplentes de Secretários
1º Suplente
Rafael Motta
2ª Suplente
Geovania de Sá
3ª Suplente
Isnaldo Bulhões Jr.
4º Suplente
Assis Carvalho

Diretor-Geral
Sérgio Sampaio

Secretário-Geral da Mesa
Leonardo Augusto De Andrade Barbosa

SUMÁRIO



■ APRESENTAÇÃO

■ HISTÓRICO E ATRIBUIÇÕES

■ COLEGIADO

■ REUNIÕES

■ EVENTOS

Audiências Públicas, Seminários e Missões Oficiais.

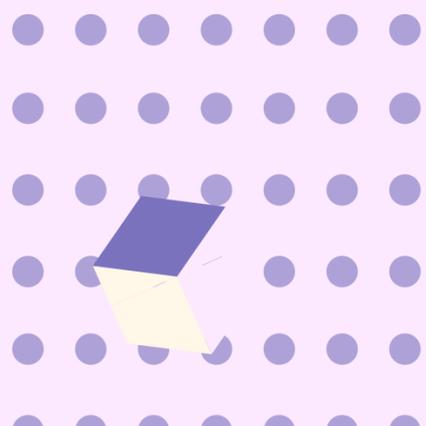
■ PROPOSIÇÕES NA COMISSÃO

Requerimentos, Projetos de Lei, Emendas à LDO, LOA e PPA, e outras.

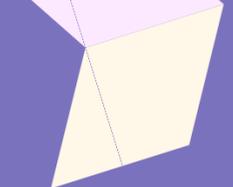
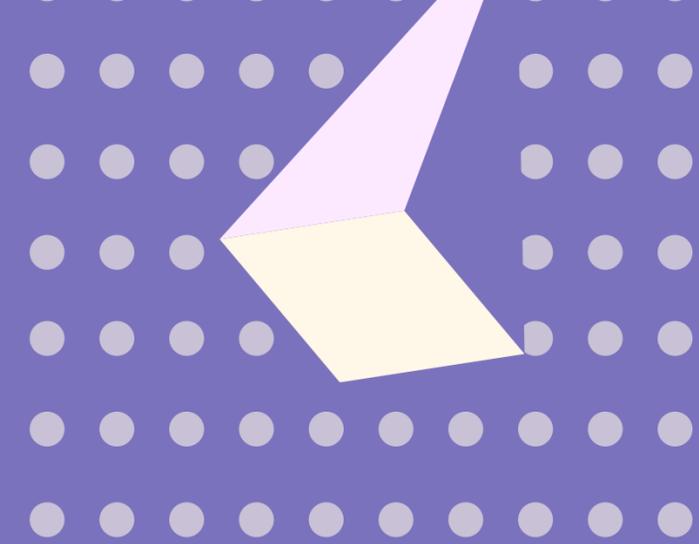
■ BALANÇO 2016–2019

■ TABELAS

■ CONTATOS

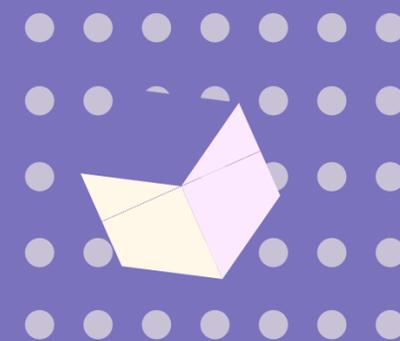






APRESENTAÇÃO

DEPUTADA LÍDICE DA MATA
PRESIDENTE DA COMISSÃO



APRESENTAÇÃO

Em 2019, tive a honra de presidir a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (Cidoso) da Câmara dos Deputados. E, para a apresentação deste relatório do ano legislativo, escolhi abordar como este trabalho foi repleto de descobertas, troca de experiências e desafios.

A descoberta – positiva – foi constatar o quanto a temática da pessoa idosa está cada vez mais incluída na pauta legislativa. Isso se dá, de um lado, pelo envelhecimento da população e, por consequência, do aumento de suas necessidades. De acordo com o IBGE, no Brasil, as pessoas com 60 anos ou mais já somam 30 milhões e, em 2030, estima-se que o número de idosos irá superar o público da faixa etária até 14 anos. Para 2050, há indicativos de que as pessoas idosas serão 30% da população brasileira.

Junto com esta descoberta, tivemos a satisfação de trocar experiências com deputados e deputadas muito envolvidos com os temas relacionados à pessoa idosa, seja no dia-a-dia da atividade parlamentar, seja nas audiências públicas e nos intercâmbios e interações com representantes e dirigentes de diversas entidades e instituições do Brasil e de outros países que se debruçam sobre esta importante pauta.



Os resultados deste ano legislativo são muito positivos: em apenas dez meses, foram 24 audiências públicas sobre os mais diversos temas relacionados às pessoas idosas, além de 5 reuniões técnicas e 5 seminários – um deles internacional. Também tivemos a participação de membros da Comissão em 3 missões, sendo duas a exterior (Uruguai e Espanha) e uma na capital do Estado da Bahia, para buscar referências e debater políticas públicas para as pessoas idosas. Também foram realizadas 27 reuniões deliberativas, nas quais debatemos e votamos 75 requerimentos e 73 projetos de lei.

Quanto aos desafios, também são muitos: temos ainda um longo caminho a percorrer para chegar a um estágio adequado e amplo de proteção, cuidado e atenção à pessoa idosa em nosso País, por meio de uma legislação que se transforme em políticas públicas efetivas e inclusivas para esta parcela da população.

Criada em 2016, em quase três anos, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa se consolidou como importante fórum de debates e de votação de proposições voltadas à pessoa idosa. Neste ano de 2019, destaco a aprovação dos seguintes projetos:

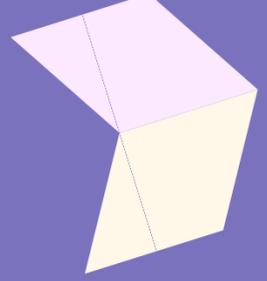
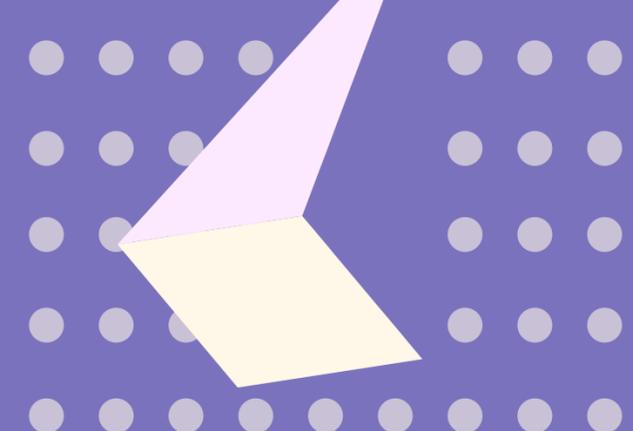
- PL 5564/2019: projeto da área de saúde que altera o Estatuto do Idoso para incluir a possibilidade de vacinação domiciliar para idosos com dificuldade de locomoção.
- PL 751/2011: projeto da área previdenciária e de cuidados que altera o Estatuto do Idoso para permitir a elevação do valor do benefício previdenciário do idoso que necessite da ajuda de terceiros.
- PL 9981/2018: projeto da área previdenciária e de cuidados que altera a Lei do Imposto de Renda para incluir os pagamentos efetuados a cuidadores de idosos e as despesas com atividades de assistência a idosos prestadas em residências coletivas e particulares nas deduções permitidas para efeito de apuração da base de cálculo do Imposto de Renda das Pessoas Físicas.
- PL 202/2019: projeto da área de transportes que altera o Estatuto do Idoso para dispensar a regulamentação do Poder Executivo no que tange o direito do idoso de baixa renda a gratuidade de vagas no sistema de transporte coletivo interestadual, para que não haja mais caso de restrição desse direito.
- PLs 205/2019 e 10282/2019: os projetos visam estabelecer que as marcas de trânsito ou demais sinais que identifiquem o idoso sejam padronizadas e de cunho não pejorativo.
- PDL 454/2019: susta o Decreto nº 9.893, de 27 de junho de 2019, que dispõe sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.

No campo dos debates, as audiências públicas promovidas pela Cidoso versaram sobre temas importantes e abrangentes, como violência física, psicológica e financeira contra pessoas idosas; assédio de instituições de crédito e aumento abusivo dos preços de planos de saúde; extinção do Conselho Nacional; instituições de longa permanência; censo 2020; políticas voltadas para síndrome demencial; profissão de gerontólogo e aumento de geriatras nas instituições de saúde; inclusão digital; impacto da educação na qualidade de vida da pessoa idosa; reforma da Previdência, adoção de pessoas idosas, cardiopatias e acessibilidade, apenas para citar alguns temas.

Além da diversidade temática,ressalte-se a participação de quase 200 convidados representando organismos nacionais e internacionais, instituições e organizações da sociedade civil. Os seminários – num total de cinco este ano – também permitiram rica troca de informações e possibilitaram ampliar o arcabouço de informações e de conhecimento acerca de todos os envolvem as pessoas idosas. Foram seminários sobre Reforma da Previdência; sobre Memória, Justiça e Verdade – 50 Anos da luta LGBT+; sobre Sistema de Cuidados; sobre Família e Desenvolvimento Social e sobre os 30 Anos da Política de Redução de Danos. Além destes, tivemos o lançamento da Cartilha “Idoso: Conheça seus Direitos”; a participação da Cidoso no Prêmio Zilda Arns que todo ano concede a cinco homenageados um diploma de menção honrosa pelo trabalho realizado com a pessoa idosa e a realização da Sessão Solene em homenagem ao Dia Internacional da Pessoa Idosa.

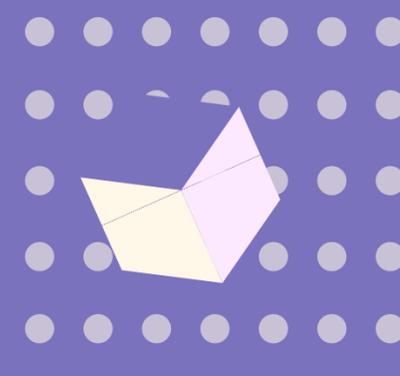
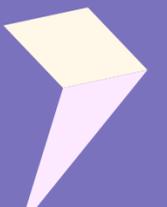
Finalizamos 2019 com a certeza do dever cumprido. Foi uma grande honra presidir esta Comissão e contar com a participação atenta e ativa dos deputados e deputadas que a compõem, a quem agradeço pela parceria, seriedade e envolvimento. Temos plena convicção de que avançamos na garantia dos direitos da pessoa idosa no Brasil e esperamos que, ano a ano, esses benefícios possam ser ampliados.Afinal, as pessoas idosas representam experiência e história. Elas ajudam a construir o patrimônio do País, com suas contribuições econômicas, sociais, educacionais,artísticas, esportivas e culturais. Respeitar as pessoas idosas é tratar o próprio futuro com respeito. E cuidar de nossos idosos é preservar a nossa história.

Lídice da Mata (Deputada Federal, PSB/BA)
Presidente da Comissão



HISTÓRICO E ATRIBUIÇÕES

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA
PESSOA IDOSA



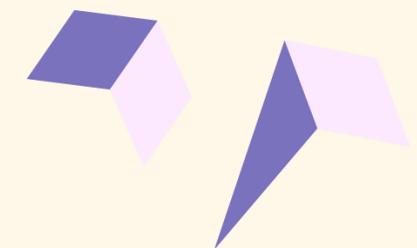
O ano de 2016 marca o início do funcionamento da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (Cidoso) no quadro das comissões permanentes da Câmara dos Deputados. A iniciativa reforça a atenção do parlamento brasileiro com esse segmento cada vez mais numeroso da população. O envelhecimento populacional caracteriza uma das maiores transformações demográficas do século. No Brasil, estima-se que a população idosa em 2055 ultrapassará o número de jovens. Dessa maneira, os desafios da Cidoso são abundantes para ajudar o país a encontrar soluções apropriadas que assegurem um envelhecimento digno para os brasileiros.

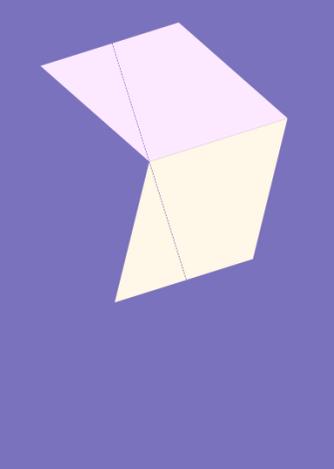
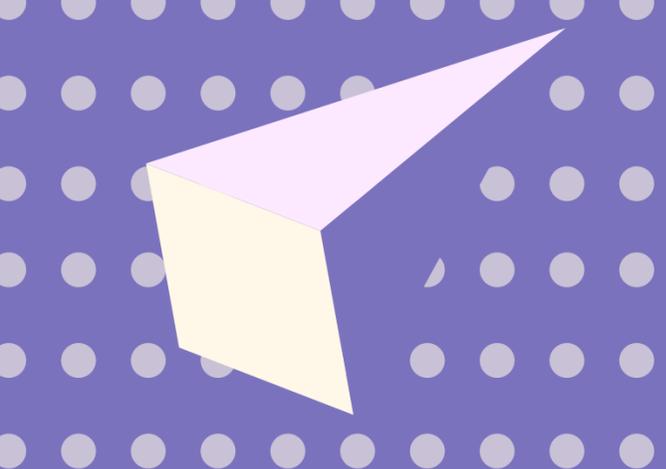
Criada por iniciativa da Deputada Leandre dal Ponte (PV/PR), através da Resolução nº 15, de 2016, a Cidoso contou com aproximadamente sete meses de atividade em 2016 e, nesse tempo, realizou diversas audiências públicas, promoveu o diálogo com instituições e sociedade civil acerca de temas tão caros para a população idosa, como, por exemplo, a reforma da previdência. Além disso, foram realizadas missões oficiais para algumas localidades que dispõem de políticas públicas de excelência na área. Em relação à atividade legislativa, a Comissão aprovou 14 projetos de lei e segue para a próxima sessão legislativa com mais de 100 proposições para deliberação.

A Cidoso, composta por 22 membros e igual número de suplentes, é uma das 25 Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados. Atua como órgão técnico da Casa, com apoio de consultores legislativos e servidores administrativos e tem as seguintes atribuições Regimentais (art. 32, XXV):

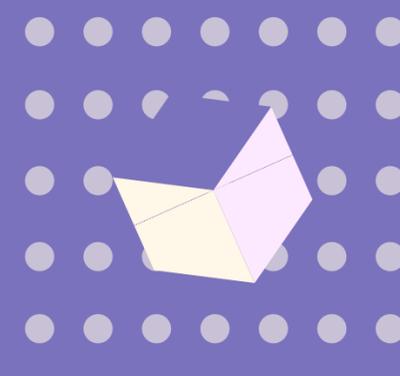
XXV – Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa:

- a) recebimento, avaliação e investigação de denúncias relativas à ameaça ou à violação de direitos da pessoa idosa;
- b) fiscalização e acompanhamento de programas governamentais relativos à proteção dos direitos da pessoa idosa;
- c) programa de apoio à pessoa idosa em situação de risco social;
- d) monitoramento de políticas públicas relacionadas às pessoas idosas;
- e) acompanhamento da ação dos conselhos de direitos das pessoas idosas, instalados na União, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios;
- f) pesquisas e estudos relativos à situação das pessoas idosas no Brasil e no mundo, inclusive para efeito de divulgação pública e fornecimento de subsídios para as demais Comissões da Casa;
- g) incentivo à conscientização da imagem dos idosos na sociedade;
- h) regime jurídico de proteção à pessoa idosa. (Inciso acrescido pela Resolução nº 15, de 2016)





COLEGIADO



TITULARES

ALEXANDRE PADILHA

ANTONIO BRITO

CARMEN ZANOTTO

DELEGADO ANTONIO
FURTADO

DENIS BEZERRA

DULCE MIRANDA

EDUARDO BARBOSA

EROS BIONDINI

SUPLENTES

CHARLES
EVANGELISTA

DR. FREDERICO

EDNA HENRIQUE

FÁBIO TRAD

HÉLIO COSTA

LOURIVAL GOMES

LUIZ ANTÔNIO CORRÊA

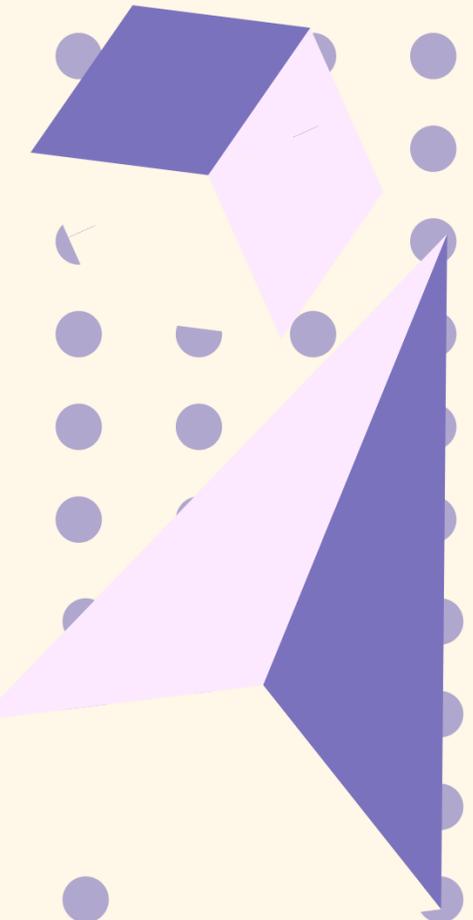
MARCELO FREIXO

PASSARAM PELA COMISSÃO

EXPEDITO NETO

FERNANDO RODOLFO

MAURÍCIO DZIEDRICKI



TITULARES

FELÍCIO LATERÇA

FLÁVIA MORAIS

FRED COSTA

GEOVANIA DE SÁ

GILBERTO NASCIMENTO

GUIGA PEIXOTO

LEANDRE

LÍDICE DA MATA

NORMA AYUB

OSSESIO SILVA

REGINALDO LOPES

ROSANA VALLE

VILSON DA FETAEMG

VINICIUS FARAH

SUPLENTES

MIGUEL LOMBARDI

PAES LANDIM

PAULO AZI

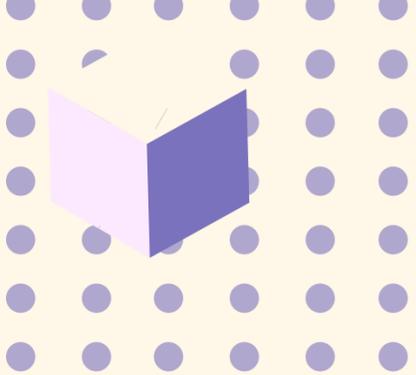
POMPEO DE MATTOS

REJANE DIAS

RUBENS OTONI

TEREZA NELM,

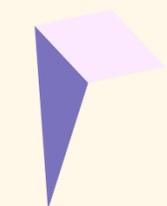




PRESIDÊNCIA



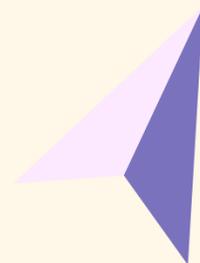
LÍDICE DA MATA (PSB-BA)
Presidente



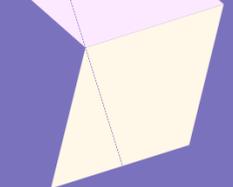
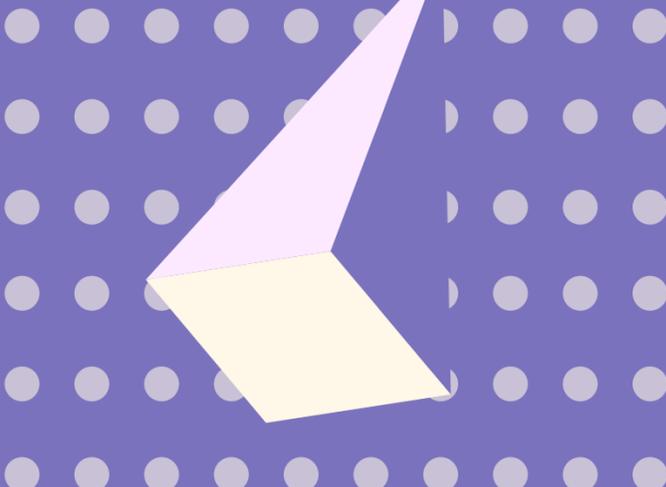
DENIS BEZERRA (PSB-CE)
1º Vice-Presidente



ROSANA VALLE (PSB-SP)
2º Vice-Presidente

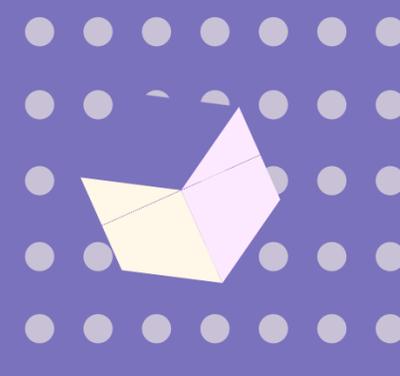


CARMEN ZANOTTO
(CIDADANIA-SC)
3º Vice-Presidente



COLEGIADO

TITULARES





**ALEXANDRE
PADILHA**
PT - SP



**ANTÔNIO
BRITO**
PSD - BA



**DELEGADO
ANTÔNIO FURTADO**
PSL - RJ



**DULCE
MIRANDA**
MDB - TO



**EDUARDO
BARBOSA**
PSDB - MG



**EROS
BIONDINI**
PROS - MG



**FELÍCIO
LATERÇA**
PSL - RJ



**FLÁVIA
MORAIS**
PDT - GO



FRED COSTA
PATRIOTA - MG



**GEOVANIA
DE SÁ**
PSDB - SC



**GILBERTO
NASCIMENTO**
PSC - SP



**GUIGA
PEIXOTO**
PSL - SP



**NORMA
LAMBRE**
PV - PR



**NORMA
AYUB**
DEM - ES



**OSSESO
SILVA**
REPUBLICANOS - PE



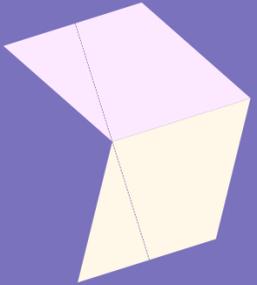
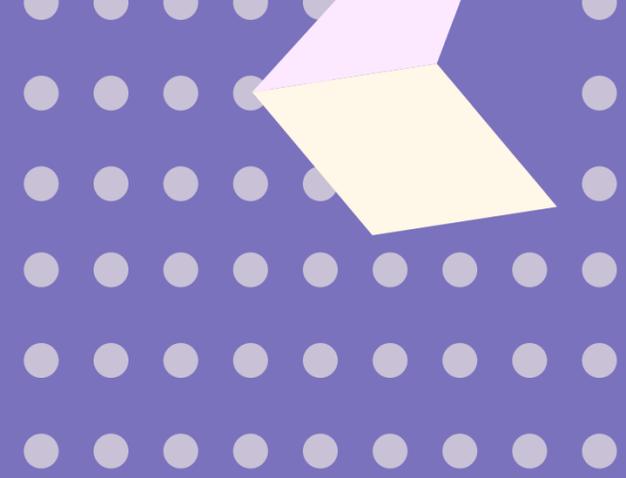
**REGINALDO
LOPES**
PT - MG



**VILSON DA
FETAEMG**
PSB - MG

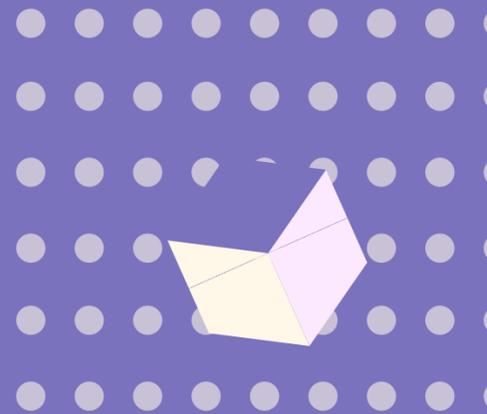
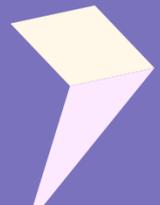


**VINICIUS
FARAH**
MDB - RJ



COLEGIADO

SUPLENTE





**CHARLES
EVANGELISTA**
PSL - MG



DR. FREDERICO
PATRIOTA - MG



**EDNA
HENRIQUE**
PSDB - PB



**FÁBIO
TRAD**
PSD - MS



**HÉLIO
COSTA**
REPUBLICANOS - SC



**LOURIVAL
GOMES**
PSL - RJ



**LUIZ ANTÔNIO
CORRÊA**
PL - RJ



**MARCELO
FREIXO**
PSOL - RJ



**MIGUEL
LOMBARDI**
PL - SP



PAES LANDIM
PTB-PI



PAULO AZI
DEM - BA



POMPEO DE MATTOS
PDT - RS



REJANE DIAS
PT - PI

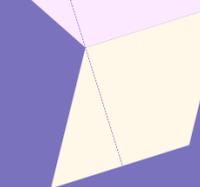
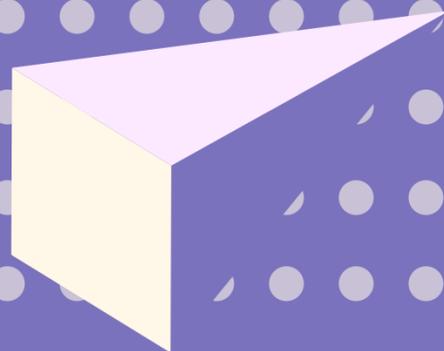


RUBENS OTTONI
PT - GO



TEREZA NELMA
PSDB - AL

REUNIÃO



REUNIÕES

INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO DE PRESIDENTE E
VICE-PRESIDENTES

1

REUNIÕES DELIBERATIVAS

27

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

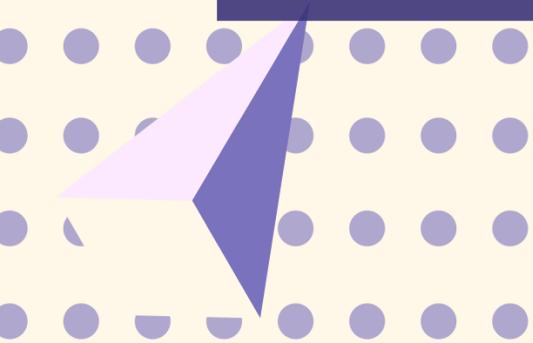
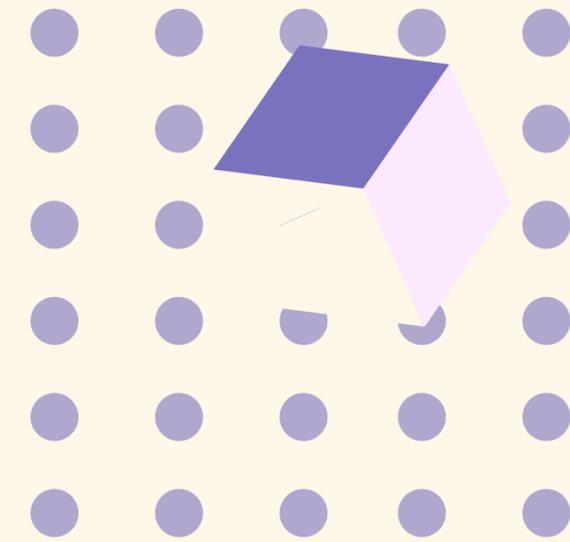
24

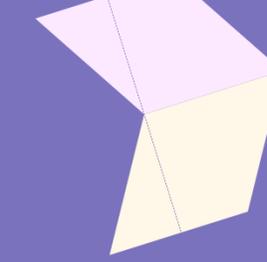
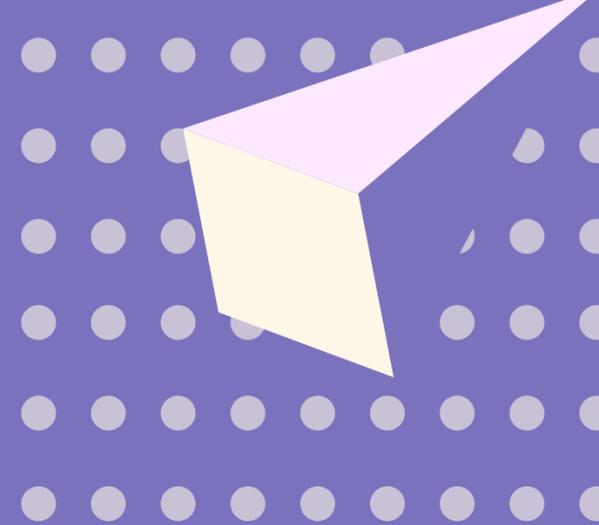
TÉCNICAS

5

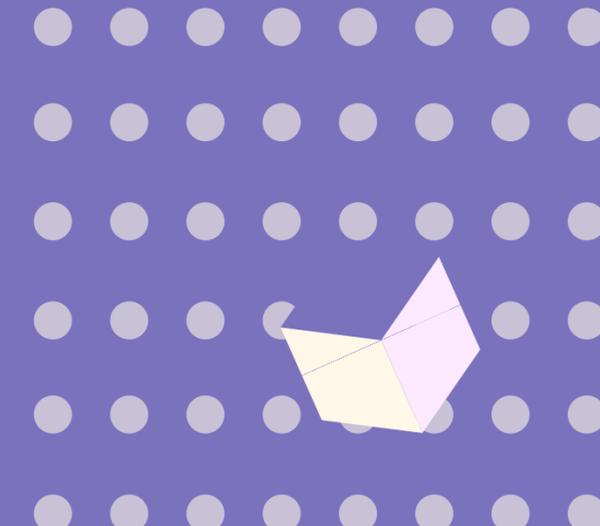
TOTAL

57





AUDIÊNCIAS PÚBLICAS





Audiência pública conjunta
com a Comissão de
Seguridade Social e Família

Doenças das válvulas cardíacas

Dia 4/12 - 14h
Plenário 12
Anexo II
Câmara dos Deputados



Audiência Pública conjunta com a
Comissão de Ciência e Tecnologia,
Comunicação e Informática

Impactos da Ciência e Tecnologia na Longevidade e o papel da Comunicação na Inclusão Social e Digital da Pessoa Idosa

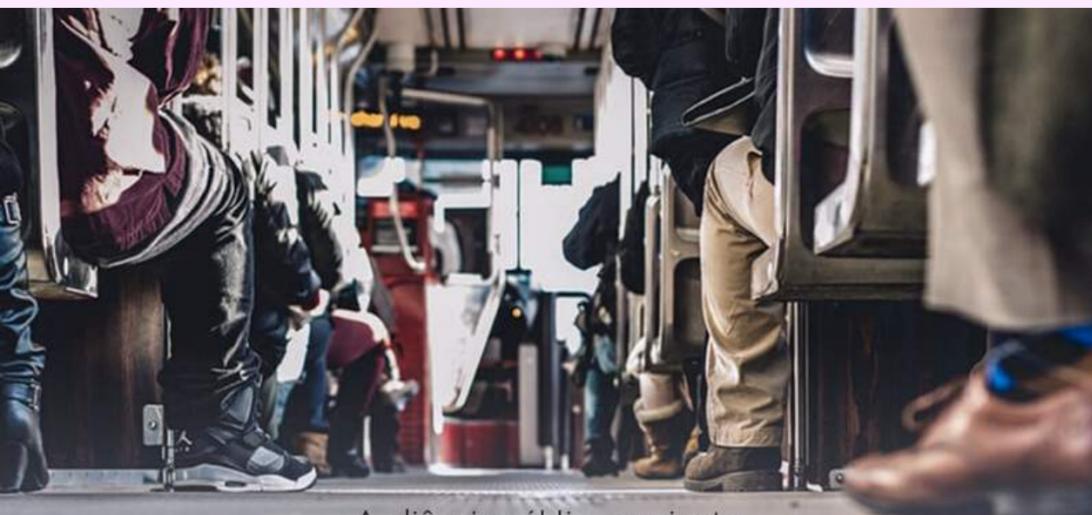
Dia 14/08 - 14h
Plenário 12 - Anexo II
Câmara dos Deputados

Comissão de
Defesa dos Direitos
da Pessoa Idosa



Audiência Pública Debate sobre o serviço de ILPI - Instituição de Longa Permanência de Idosos e RDC 283/2005 da Anvisa

Dia 09/05 - 14h
Plenário 14



Audiência pública conjunta
com a Comissão de
Seguridade Social e Família

Acessibilidade e mobilidade urbana, com foco no envelhecimento humano

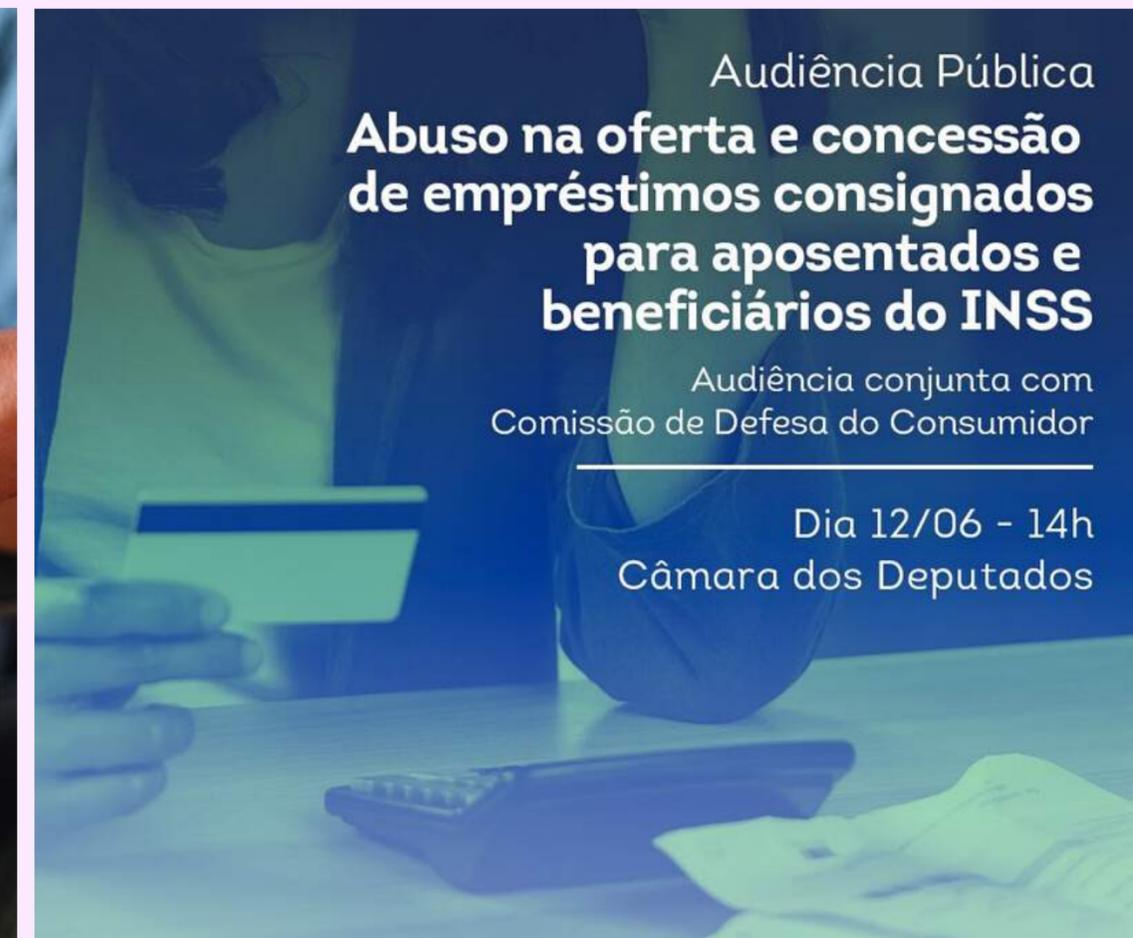
Dia 11/12 - 14h
Plenário 12
Anexo II
Câmara dos Deputados

Comissão de
Defesa dos Direitos



Audiência pública A adoção de idosos no Brasil

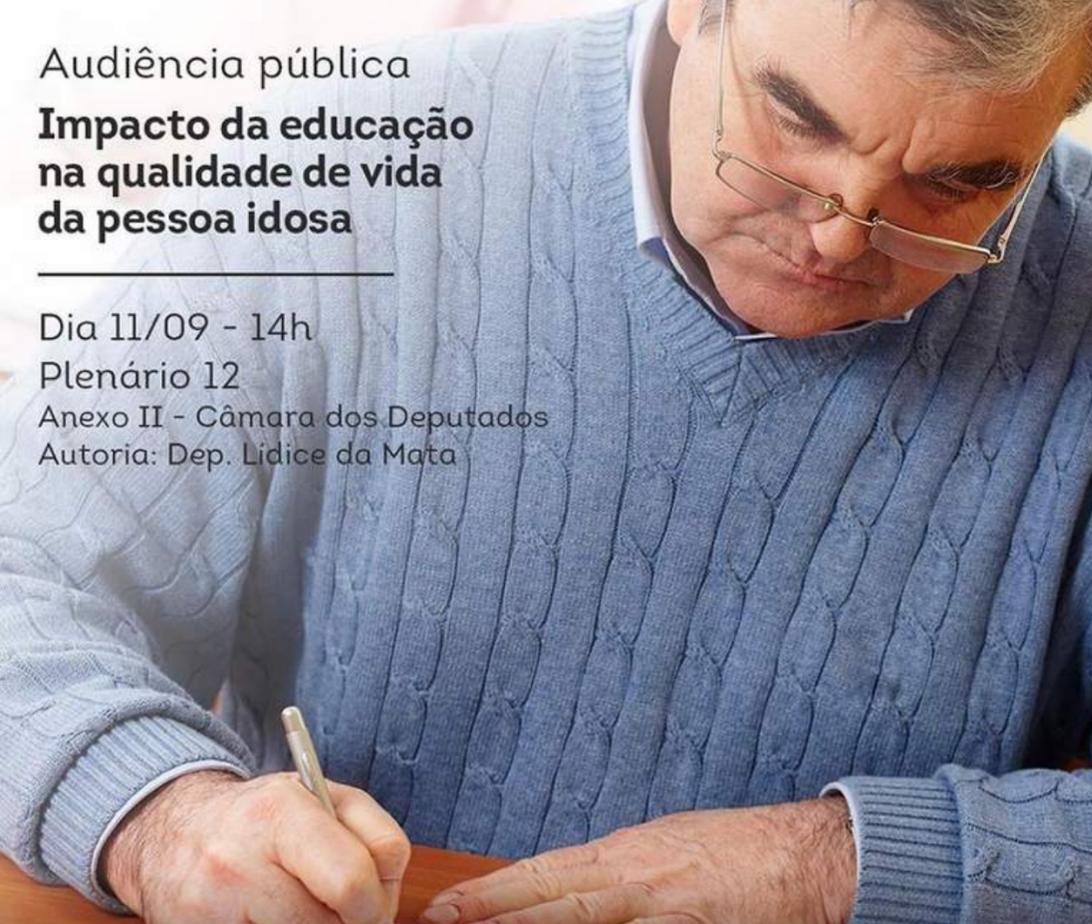
Dia 10/12 - 10h30
Plenário 16
Anexo II
Câmara dos Deputados



Audiência Pública Abuso na oferta e concessão de empréstimos consignados para aposentados e beneficiários do INSS

Audiência conjunta com
Comissão de Defesa do Consumidor

Dia 12/06 - 14h
Câmara dos Deputados



Audiência pública
**Impacto da educação
na qualidade de vida
da pessoa idosa**

Dia 11/09 - 14h
Plenário 12
Anexo II - Câmara dos Deputados
Autoria: Dep. Lidice da Mata



Audiência pública
**Aumento do número
de médicos geriatras
nas instituições de saúde**

Dia 28/08 - 14h30
Plenário 12
Anexo II - Câmara dos Deputados



Audiência pública conjunta
das Comissões Cidoso e CSSF

**Políticas Públicas
voltadas para
Síndrome Demencial**

Dia 26/06 - 14h30
Plenário 16
Anexo II - Câmara dos Deputados



Audiência Pública
**Debate sobre
eventuais restrições
ao Censo 2020 e
seus impactos nas
políticas públicas
da pessoa idosa**

Com a presença da presidente
do IBGE, Susana Cordeiro Guerra

Dia 04/07 - 10h
Câmara dos Deputados



Audiência Pública conjunta
das Comissões CIDOSO e CMULHER
**Finanças e qualidade de vida
das mulheres idosas**

Dia 03/07 - 14h30
Plenário 16 - Anexo II
Câmara dos Deputados



Comissão de
Defesa dos Direitos
da Pessoa Idosa



Audiência Pública
Reforma da Previdência

Audiência conjunta
com CDHM e CINDRA

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

DATA	TEMA	AUTORES	PALESTRANTES
1 27/3/2019	Discutir as prioridades da agenda para a pessoa idosa	Leandre (Req 3/19) Lídice da Mata Dulce Miranda Ossesio Silva Maurício Dziedricki Denis Bezerra (Req. 6/19)	MARIA CRISTINA HOFFMANN, Coordenação de Saúde da Pessoa Idosa do Ministério da Saúde LEONARDO MILHOMEM REZENDE, Diretor de Atenção ao Idoso do Ministério da Cidadania MARIA LÚCIA SECOTI FILIZOLA, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa
2 10/4/2019	Discutir as prioridades de agenda para a pessoa idosa.	Leandre (Req 3/19) Lídice da Mata Dulce Miranda Ossesio Silva Maurício Dziedricki Denis Bezerra (Req. 6/19)	ANTÔNIO FERNANDES TONINHO COSTA, Secretário de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MDH)
3 24/4/2019	Planos de Saúde e a crescente população que envelhece no Brasil.	Lídice da Mata (Req. 10/19)	CARLOS AUGUSTO DE MELO FERRAZ, Secretário de Controle Externo da Saúde do Tribunal de Contas da União – TCU JOSÉ CECHIN, Diretor-Executivo da Federação Nacional de Saúde Suplementar; ANA CAROLINA NAVARRETE FERNANDES DA CUNHA, Advogada do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor; DANIELA RODRIGUES CAMPOS, Gerente Econômico-Financeira e Atuarial dos Produtos da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS; ANA PAULA SILVA CAVALCANTE, Gerente Executiva de Estímulo e Inovação da Qualidade Setorial da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS; ANDREY FREITAS, Coordenador Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça; RICARDO DIAS HOLANDA, Presidente da Federação Brasileira de Órgãos de Defesa do Consumidor – Febracon.

DATA**TEMA****AUTORES****PALESTRANTES**

4 9/5/2019

Debater sobre o serviço de ILPI - Instituição de Longa Permanência de Idosos e a RDC nº 283, de 26 de setembro de 2005, da ANVISA

Leandre
Denis Bezerra
Dulce Miranda
Ossesio Silva
(Req 4/19)
Tereza Nelma
(Req 20/19)
Tereza Nelma
Ossesio Silva
Edna Herinque
(Req. 31/19)

MARIANA DE SOUSA MACHADO NERIS, Secretária Nacional de Assistência Social - Substituta do Ministério da Cidadania;
ALICE ALVES DE SOUZA, Coordenadora de Serviços de Interesse para a Saúde da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;
SANDRA RABELLO, Coordenadora de Projetos de Extensão da Universidade Aberta da Terceira Idade/UnATI da Universidade Estadual do RJ;
DIRCEU KRAINSKI PINTO, Professor e Coordenador do Projeto "PRAIAÇOS" em João Pessoa - Paraíba;
YEDA APARECIDA DE OLIVEIRA DUARTE, Coordenadora do Inquérito Nacional das ILPI do SUAS - Sistema Único de Assistência Social do Ministério da Cidadania;
KARLA CRISTINA GIACOMIN, Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Saúde Pública e Envelhecimento da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz/MG e ex-Presidente do CNDI;
CRISTIANE BRANQUINHO LUCAS, Promotora de Justiça do Ministério Público do RJ e Membro do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa;
RODRIGO CAETANO, Presidente do Conselho Estadual da Pessoa Idosa de Minas Gerais - CEI-MG;
ANA PAULA MOURA DE MELO SILVA, Diretora Administrativa da ILPI Santo Antônio - União dos Palmares/AL;
HELENA AKEMI WADA WATANABE, Pesquisadora do Departamento de Política e Gestão em Saúde Pública da USP;
WALDIR MACIEIRA, Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará - MPPA;

5 14/5/2019

Decreto n. 9.759/2019 e a continuidade do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa - CNDI

Leandre
Rosana Valle
(Req 29/19)
Tereza Nelma
Ossesio Silva
Lídice da Mata
(Req. 30/19)

KARLA CRISTINA GIACOMIN, Ex-Presidente do CNDI
MARIA SOCORRO MEDEIROS MORAIS, Ex-Presidente do CNDI.
CARLA DE PAIVA BEZERRA, Mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo;
LUIZ LEGNANI - Ex-Presidente do CNDI
MARIA LÚCIA SECOTI, Presidente do CNDI
ANTONIO JOSÉ BARRETO DE ARAÚJO JÚNIOR, Sub-chefe de Articulação e Monitoramento da Casa Civil;
ANTONIO FERNANDES TONINHO COSTA, Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

DATA**TEMA****AUTORES****PALESTRANTES**

6 21/5/2019

Reforma da Previdência e seu Impacto sobre a Pessoa Idosa

Denis Bezerra
Tereza Nelma
Carmen Zanotto
(Req 11/19)
Bira do Pindaré
(Req. 59/19)

ROGÉRIO MARINHO, Secretário Especial da Previdência e Trabalho

7 29/5/2019

Eventuais restrições ao Censo 2020 e seus impactos nas políticas públicas da pessoa idosa

Marcelo Freixo
Alexandre Padilha
(Req 24/19)
Marcelo Freixo
Denis Bezerra
(Req. 32/19)

PEDRO LUÍS DO NASCIMENTO SILVA, Pesquisador Titular da Escola Nacional de Ciências Estatísticas e Pesquisador do IBGE;
FERNANDO GAIGER, Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea e Professor da UNIEURO/DF;
DIONE DE OLIVEIRA, Representante do Sindicato do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

8 11/6/2019

Reforma da Previdência segundo o olhar das populações tradicionais da Amazônia

Denis Bezerra
(Req. 23/19)

MARIA LUIZA DIAS, Presidente da Rede das Parceiras Tradicionais do estado do Amapá;
FLORIVALDO MOTA ROCHA, Presidente da Colônia dos Pescadores do Bailique;
ESTEFÂNIA CABRAL, Representante dos Quilombolas;
JOAQUIM CORRÊA DE SOUZA BELO, Presidente do Conselho Nacional das Populações Extrativistas;
LEONARDO ROLIM, da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia

DATA**TEMA****AUTORES****PALESTRANTES**

9 12/6/2019

Abusos na oferta e concessão de empréstimos consignados, principalmente para aposentados e demais beneficiários do INSS.

Lídice da Mata
(Req. 18/19)
Vinícius Farah
(Req. 22/196)

CÍCERO ARAÚJO, da Federação Brasileira de Bancos;
IONE ALVES AMORIM, do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor;
RENATO RODRIGUES VIEIRA, Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social,
EDUARDO CHOW, Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro.

10 26/6/2019

Políticas públicas voltadas ao tratamento e prevenção da síndrome demencial.

Flávia Morais
(Req. 25/19)

RICARDO NITRINI, Representante do Grupo de Neurologia Cognitiva e do Comportamento (GNCC)
RODRIGO RIZEK SCHULTZ, Representante da Associação Brasileira de Alzheimer – ABRAZ
DR. CARLOS ANDRÉ UEHARA, da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia.

11 3/7/2019

Condição financeira e qualidade de vida das mulheres idosas

Leandre
(Req. 2/19)

HILDETE PEREIRA DE MELO HERMES DE ARAÚJO, Professora Doutora da Universidade Federal Fluminense (UFF)
THAIS RIETHER VIZIOLI, Assessora da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia

DATA**TEMA****AUTORES****PALESTRANTES**

12 4/7/2019

Eventuais restrições ao Censo 2020 e seus impactos nas políticas públicas da pessoa idosa.

Marcelo Freixo
(Reqs. 24,
32 e 45/2019)

SUZANA CORDEIRO GUERRA – Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
EDUARDO RIOS NETO – Diretor de Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
DAVID WU TAI – Diretor de Informática do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
ANTÔNIO TADEU RIBEIRO DE OLIVEIRA – Demógrafo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;
FERNANDO GAIGER – Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA;
DIONE DE OLIVEIRA – Representante do Sindicato do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

13 10/7/2019

Projeto de Lei nº 9.003/2017 e do apensado Projeto de Lei nº 6.764/2016, que tratam da regulamentação do exercício da profissão de gerontólogo.

Rosana Valle
(Reqs. 38 e 44/19)

HUDSON AZEVEDO PINHEIRO, Secretário-Adjunto da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia;
ABDIEL DIAS, do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional;
EVANY BETTINE DE ALMEIDA, Presidente da Associação Brasileira de Gerontologia;
HENRIQUE SALMAZO DA SILVA, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Gerontologia;
LUCAS PELEGRINI NOGUEIRA DE CARVALHO, Professor da Universidade Federal de São Carlos;
KARINA GRAMANI SAY, Professora da Universidade Federal de São Carlos; THAIS BENTO LIMA DA SILVA, Professora da Universidade de São Paulo

DATA**TEMA****AUTORES****PALESTRANTES**

14 14/8/2019

Impactos da Ciência e da Tecnologia na Longevidade e o papel da Comunicação na Inclusão Social e Digital do Idoso.

Lídice da Mata
(Req. 27/19 e 38/19)

RICARDO MUCCI, Diretor do Centro de Estudos da Maturidade da FAPETEC (Fundação de Apoio a Pesquisa, Ensino, Tecnologia e Cultura);
JOHANNES DOLL, Vice-Presidente da SBGTEC (Sociedade Brasileira de Gerontecnologia),
FÁBIO OTA, Pesquisador e Bolsista da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), Especialista em Gamificação e Coordenador do Projeto "Programação de Games para o Desenvolvimento do Raciocínio Lógico e Prevenção do Declínio Cognitivo em Idoso.

15 21/8/2019

Decretos 9.893/2019 e 9.921/2019, como também o adiamento da 5ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa

Tereza Nelma
(Req. 50/19)
Denis Bezerra
(Req. 52/19)

ANTONIO FERNANDES TONINHO DA COSTA - Secretário Nacional da Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa;
MARIA LUCIA SECOTI FILIZOLA - ex-presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa;
ANTONIO JOSÉ BARRETO, Sub-Chefe de Articulação e Monitoramento da Casa Civil;
TEREZA LINS, Vice-Presidente da Associação Nacional de Gerontologia;
ALLAN RIBEIRO DE CASTRO, Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados

DATA**TEMA****AUTORES****PALESTRANTES**

16 28/8/2019

Aumento do número de médicos geriatras nas instituições públicas de saúde.

Ossesio Silva
(Req. 49/19)

ELIZABETE ANA BONAVIGO, Coordenadora Geral de Saúde da Pessoa Idosa do Ministério da Saúde;
LEONARDO PITTA, da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia;
ALEXANDRE KALACHE, Presidente do Centro Internacional de Longevidade Brasil - ILC;
RICARDO QUIRINO DOS SANTOS, membro associado da Associação Brasileira de Gerontologia e Ex-Secretário do Idoso do Distrito Federal;
ANTONIO FERNANDES TONINHO DA COSTA, da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa do Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos

17 11/9/2019

Educação na Terceira Idades.

Lídice da Mata
(Req. 59/19)

RAQUEL TAVARES VIEIRA JOHN, Coordenadora Geral de Educação Infantil e da Educação Básica do Ministério da Educação;
JOHANNES DOLL, Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Membro do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento da UFRGS;
ADRIANA MARMORI, Pró-Reitora de Extensão da Universidade do estado da Bahia e Presidente do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (Forproex)

DATA**TEMA****AUTORES****PALESTRANTES**

18 25/9/2019

A violência financeira que consiste na exploração indevida da renda ou apropriação do patrimônio do idoso.

Carmen Zanotto
(Req. 9 e 61/19)

ALBERTO CARVALHO AMARAL, da Central Judicial do Idoso do Tribunal de Justiça do Distrito Federal -TJDF;
ANTÔNIO FERNANDES TONINHO COSTA, Presidente do Conselho Nacional do Idoso;
MAURÍCIO ANDREIUOLO, Procurador Regional da República e Membro Auxiliar da CDDF/Conselho Nacional do Ministério Público;
GUSTAVO PAULO DE LEITE SOUZA, Diretor de Integridade, Governança e Gerenciamento de Riscos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

19 26/9/2019

PL 1418/2007

Vinícius Farah
(Req. 62/19)

ROMERO TAVARES, Consultor da Confederação Nacional da Indústria

20 24/10/2019

Cenário de Osteoporose no Brasil.

Denis Bezerra
(Req. 56/19)

ALBERTO OGATA, da Associação Brasileira de Qualidade de Vida;
BEN HUR ALBERGARIA, Presidente da Comissão Nacional de Osteoporose da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO);
MAXIMILIANO DAS CHAGAS MARQUES, Diretor do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas do Ministério da Saúde;
AURECI LEMOS MASCARELHAS, Representante da Osteoporose Brasil.

DATA**TEMA****AUTORES****PALESTRANTES**

21 27/11/2019

Exames fisiológicos não invasivos de triagem cardioneurometabólica.

Felício Laterça
(Req. 72/19)

DANIEL IANNI FILHO, Doutor pela Unicamp Ciência Médica e pesquisador em Tecnologias de exames não invasivos
EDUARDO DAVID GOMES DE SOUSA, Analista Técnico de Políticas Sociais, Coordenação-Geral de Atenção Especializada do Ministério da Saúde.

22 4/12/2019

Debate sobre doenças das válvulas cardíacas e formas de mitigá-las

Alexandre Padilha
(Req. 73/19)

DENIZAR VIANNA, secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos em Saúde (SCTIE) do Ministério da Saúde;
MARCELO SAMPAIO, membro do Comitê Científico do Instituto Lado a Lado e Chefe do Pronto Atendimento da Beneficência Portuguesa;
JÚLIO CÉSAR VIEIRA BRAGA, presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM);
ANA MARIA FERREIRA MELLO, Coordenadora da Pastoral da Pessoa Idosa do Distrito Federal;
JOSÉ ANTÔNIO MARIN, chefe da Cardiologia da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP);
FERNANDA MARINHO MANGIONE, Diretora de Avaliação de Tecnologia em Saúde;
MAURÍCIO JARAMILLO HINCAPIE, Diretor de Intervenções Cardiopatas Congênitas.

DATA**TEMA****AUTORES****PALESTRANTES**

23 10/12/2019

Adoção de idosos no Brasil

Ossesio Silva
(Req. 74 e 75/19)

RODRIGO DA CUNHA PEREIRA, Presidente do Instituto Brasileiro de Direito da Família (IBDFAM);
ANTONIO FERNANDES, Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da pessoa Idosa;
ELIENE BASTOS, Diretora Nacional do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM);
RICARDO QUIRINO DOS SANTOS, Membro Associado da Associação Brasileira de Gerontologia

24 11/12/2019

Acessibilidade e mobilidade urbana, com foco no envelhecimento humano

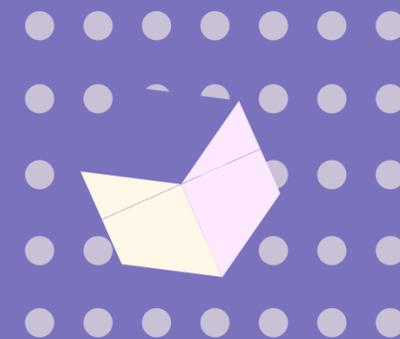
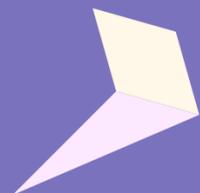
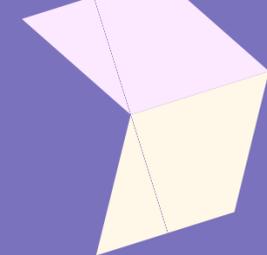
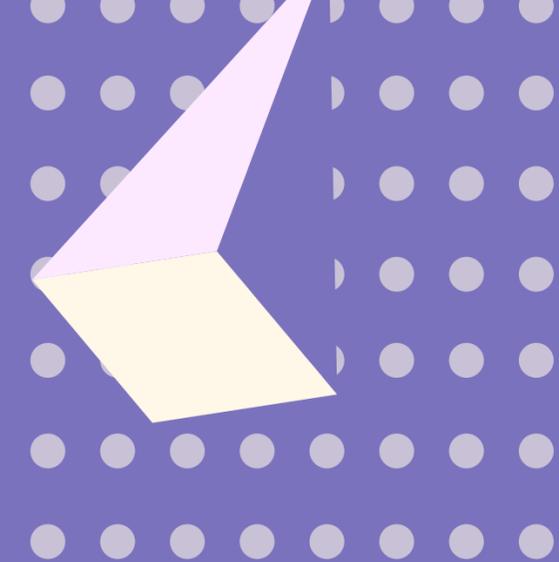
Dulce Miranda
(Req. 71/19)

ANTONIO FERNANDES, Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da pessoa Idosa;
LUCIANA GILL BARBOSA, Coordenadora-Geral de Cuidado do Departamento de Atenção ao Idoso do Ministério da Cidadania;
HENRIQUE NOYA, Diretor do Instituto de Longevidade Mongeral Aegon;
CRISTIANE GATTAZ, Professora da University of Texas at Austin/EUA;
SIMONE FONTENELLE DA SILVA, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Palmas/TO – COMPID.

AUDIÊNCIAS EM FOTOS



EVENTOS



EVENTOS

SEMINÁRIO

5

OUTROS EVENTOS

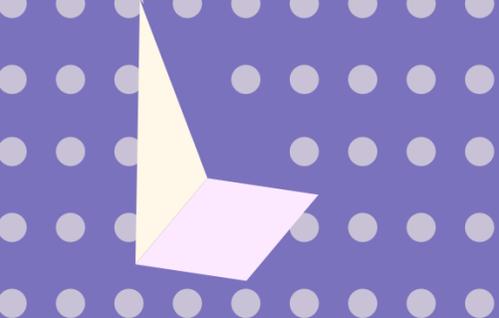
3

MISSÃO OFICIAL

3

TOTAL

11



SEMINÁRIO SOBRE A
REFORMA DA PREVIDÊNCIA

SEMINÁRIO MEMÓRIA, JUSTIÇA E
VERDADE - 50 ANOS DA LUTA LGBT+

I SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE
SISTEMAS DE CUIDADOS

SEMINÁRIO FAMÍLIA E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SEMINÁRIO 30 ANOS DA POLÍTICA DE
REDUÇÃO DE DANOS

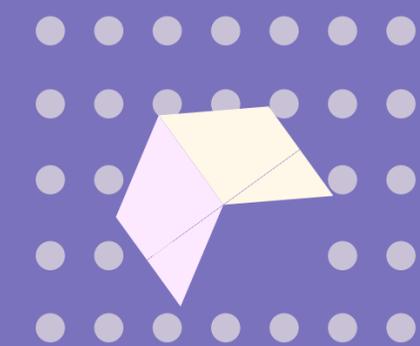
LANÇAMENTO DA CARTILHA
DA PESSOA IDOSA

PRÊMIO ZILDA ARNS

SESSÃO SOLENE EM HOMENAGEM AO
DIA DO IDOSO

MISSÕES OFICIAIS

- MONTEVIDÉU/URUGUAI
- SALVADOR/BAHIA
- MADRID/ESPANHA



LANÇAMENTO DA CARTILHA PARA PESSOA IDOSA

PUBLICAÇÃO TRADUZ A LINGUAGEM DAS LEIS E OFERECE INFORMAÇÕES ÚTEIS SOBRE OS CONSELHOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS

Uma cartilha lançada pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa pretende traduzir, para a população em geral, a linguagem muitas vezes complicada da lei. Intitulada "Idoso - Conheça Seus Direitos", ela contém a íntegra do Estatuto do Idoso (Lei 10.784/2003), além de itens que relacionam os vários direitos dos maiores de 60 anos com artigos específicos do estatuto.

O idealizador da publicação foi o deputado Gilberto Nascimento (PSC-SP), presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa em 2017. Durante o lançamento da cartilha, ele afirmou que o rápido envelhecimento do país nos últimos anos fez com que muitos idosos ainda não saibam com profundidade sobre direitos e obrigações. O livro quer amenizar esta falha. "A lei, muitas vezes, ela é fria, e às vezes ela é interpretativa. Nesse caso, o que que nós fizemos? Nós acabamos abrindo um pouco, esmiuçando um pouco, para que as pessoas possam conhecer melhor os seus direitos e também os seus deveres como cidadãos", observou Nascimento.

Serviços

Além de simplificar a legislação, a cartilha tem uma parte de serviço. Ela traz os contatos das delegacias especializadas no atendimento ao idoso em todo o país; e dos conselhos municipais e estaduais do idoso. E dá exemplos de programas específicos para esta faixa etária em algumas cidades brasileiras.

Tanto a versão impressa quanto a versão on-line da cartilha podem ser adquiridas pelo site da Edições Câmara. O endereço é livraria.camara.leg.br. A cartilha on-line é gratuita. A publicação impressa custa R\$ 11. Este é o preço para leitores de todo o país, que podem comprar a versão em papel e recebê-la em casa sem pagar o frete.

Câmara Notícias (com adaptações)



Fotos: Will Shutter/Câmara dos Deputados

SEMINÁRIO SOBRE REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Debatedores criticam falta de diagnóstico do governo para reforma da Previdência.

Especialistas criticaram a falta de diagnóstico do Executivo para fundamentar a reforma da Previdência (PEC 6/19) e questionaram a eficácia das mudanças. Eles participaram de seminário promovido nesta quarta-feira (3) pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados, para falar sobre o impacto da reforma na população mais velha.

O diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Clemente Ganz, disse que o diagnóstico que o governo faz para respaldar a reforma é fraco e não possui uma previsão dos impactos econômicos das mudanças. Segundo Ganz, deveria haver mais informações atuariais para ser possível projetar diferentes cenários com riscos e expectativas que respaldem mudanças no sistema previdenciário. A falta de diagnóstico detalhado do governo também foi criticada pelo presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Floriano de Sá Neto. Ele alertou sobre o impacto negativo da redução de R\$ 1,1 trilhão em custos previdenciários projetado pelo governo para horizonte de dez anos com a reforma.



Capitalização e Falta de Debate

Para o senador Paulo Paim (PT-RS), autor do projeto que originou o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03), a reforma e, em particular, a proposta de capitalização acabam com o pacto social da Constituinte de 1988.

A urgência que o governo quer impor na análise da reforma é uma tática para aprovar um texto contrário aos interesses da população sem muitas dificuldades, na opinião da presidente da comissão, deputada Lídice da Mata (PSB-BA). De acordo com Lídice da Mata, não há receio em se fazer uma reforma, até porque os últimos governos de esquerda também mudaram as regras da previdência, mas “não como o governo está propondo”

SEMINÁRIO MEMÓRIA, JUSTIÇA E VERDADE – 50 ANOS DE LUTA LGBT+

ELES COMEMORARAM DECISÃO DO STF SOBRE CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA, MAS LEMBRARAM QUE BRASIL É O PAÍS QUE MAIS MATA PESSOAS LGBT NO MUNDO

No 16º Seminário LGBT do Congresso Nacional, promovido por seis comissões da Câmara dos Deputados, em 25 de junho, celebrou-se os 50 anos do levante de Stonewall, que aconteceu nos Estados Unidos. No levante, em junho de 1969, manifestações contra a ação policial repressiva à comunidade LGBT, em Nova York, deram origem à luta por direitos iguais em todo o mundo.

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



A Presidente da Comissão dos Direitos da Pessoa Idosa, a deputada Lídice da Mata (PSB-BA) celebrou a decisão recente do Supremo Tribunal Federal (STF), que equiparou o crime de homotransfobia ao racismo. Ela lembrou, porém, que o Brasil ainda é o país que mais assassina pessoas LGBT no mundo. A deputada defendeu a aprovação do projeto chamado Estatuto das Famílias (PLS 470/13). Apresentado pela própria Lídice, quando era senadora, o texto condensa temas relativos ao direito de família e contempla as famílias não tradicionais, como as formadas a partir de uniões homoafetivas. A proposta foi arquivada no final da legislatura passada, mas, segundo a parlamentar, pode ser resgatada a pedido de outros senadores.

Já Toni Reis, presidente da Aliança Nacional LGBTI, pediu que o Congresso Nacional aprove lei criminalizando a homofobia e a transfobia para dar mais segurança jurídica para essa população. A Comissão de Direitos Humanos e Minorias aprovou projeto nesse sentido (PL 7582/14), mas o texto ainda tem que ser analisado por duas comissões antes de ser votado pelo Plenário da Câmara. Ele acrescentou que a Parada Gay de São Paulo, do 21 daquele mês, que reuniu cerca de quatro milhões de pessoas, mostra que uma grande parcela da população quer igualdade de direitos



Ameaças e Falha do Estado

No Seminário, foram homenageados a ex-vereadora Marielle Franco, assassinada em 14 de março de 2018, e o ex-Deputado Jean Wyllys, que coordenou as oito últimas edições do seminário e atualmente se encontra na Europa, após ter renunciado ao mandato nesta legislatura, por conta das ameaças de morte e campanha difamatória que vinha sofrendo. Wyllys participou virtualmente do seminário, por meio de mensagem sonora na qual lamentou o fato de o Estado brasileiro não ter garantido proteção para ele. Para o ex-deputado, o Levante de Stonewall, que ocorreu nos Estados Unidos há 50 anos, ensina a comunidade gay brasileira a resistir diante de um “Estadofascista” e um presidente da República considerado LGBTfóbico por ela.

O Deputado David Miranda (Psol -RJ) denunciou na ocasião que ele e sua família receberam ameaças de morte, após Greenwald publicar conversas mantidas em aplicativos de mensagens pelo ex-juiz Sergio Moro — hoje ministro da Justiça — com procuradores da LavaJato entre os anos de 2015 e 2018. Greenwald compareceu ao seminário e salientou a importância de autoridades, como parlamentares, assumirem a orientação sexual, apesar do preconceito. Ademais, lamentou o assassinato da ex-vereadora Marielle Franco, negra, periférica e bissexual assumida, destacando que a tristeza e a raiva pela morte dela se transformaram em determinação de mulheres com o mesmo perfil se candidatarem a cargos públicos.

Empregabilidade

A presidente da Comissão de Cultura, deputada Benedita da Silva (PT-RJ), por sua vez, salientou que é evangélica e que, por isso mesmo, defende o respeito a todos os seres humanos. “É um absurdo que ainda se faça diferença salarial, de tratamento de saúde, por conta das escolhas pessoais”, afirmou. Nathália Vasconcellos, da Rede Brasil Trans, cobrou iniciativas do Poder Público para garantir a empregabilidade das pessoas trans. Hoje, ressaltou ela, 90% dessa população emprega-se na prostituição.

SESSÃO SOLENE EM HOMENAGEM AO DIA DO IDOSO E PRÊMIO ZILDA ARNS

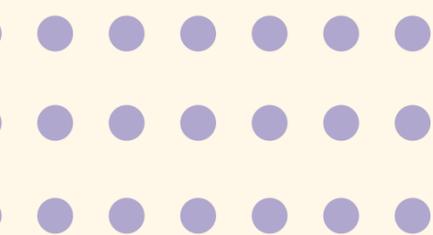
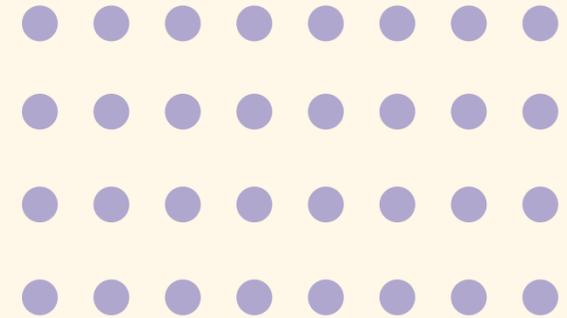
A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa realizou na data de 2 de outubro, no Plenário Ulysses Guimarães a tradicional Sessão Solene em Homenagem ao Dia Nacional do Idoso, comemorado anualmente do dia 1º de outubro. A data marca os 16 anos da sanção da lei que instituiu o Estatuto do Idoso. aproveitou a ocasião para fazer a entrega do Prêmio Zilda Arns 2019.

Após a sessão solene, foi realizada a entrega do Prêmio Zilda Arns, que homenageia trabalhos relevantes no acolhimento dos maiores de 60 anos. Esta foi a terceira edição da premiação, coordenada pela Segunda Secretaria da Câmara, em conjunto com a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. Neste ano, três entidades e duas profissionais foram selecionados a partir de 56 indicados por parlamentares de diversos partidos.

Os agraciados, por ordem alfabética, foram:

- Associação Beneficente Auta de Sousa (Rio Verde/GO)
- Associação de Assistência São Vicente de Paulo – Casa dos Velhinhos de Arapiraca (Arapiraca/AL)
- Célia Maria Oliveira Holtz (Tatuí/SP)
- Clarice Carneiro Baccini (Florianópolis/SC)
- Sociedade São Vicente de Paulo (Santos/SP).

Os candidatos foram indicados por deputados e senadores. Os vencedores foram escolhidos por um Conselho Deliberativo formado pelo Segundo-Secretário e por membros titulares da Cidoso.





SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE SISTEMAS DE CUIDADOS PARA PESSOAS IDOSAS

Especialistas dizem que Brasil está atrasado nas políticas públicas para idosos

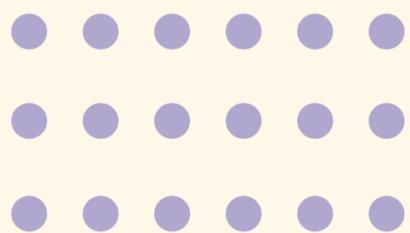
A primeira grande constatação do seminário que discutiu nesta terça-feira (22), na Câmara dos Deputados, a implantação de sistemas de cuidados para pessoas idosas é a de que o Brasil está muito atrasado nessa mobilização. O atraso penaliza principalmente os idosos com pouca escolaridade e de baixa renda. Uma situação muito parecida com a de países vizinhos.



Durante o debate, o representante da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, Carlos Mussi, lembrou que mesmo reformas estruturais não dão conta de resolver questões como as desigualdades sociais do continente. "Os nossos sistemas de seguridade social não são transformadores em termos de pobreza e desigualdade", afirmou.

Representantes da sociedade civil reivindicaram políticas públicas intersetoriais e continuadas, diante de dados que mostram que quase um quarto dos idosos brasileiros precisam de auxílio para atividades básicas.

A geriatra Karla Giacomini, da Universidade Federal de Minas Gerais, salientou que essas políticas públicas devem durar a vida inteira. "Um cuidado pré-natal adequado, uma infância com qualidade, uma adolescência com oportunidades, condições de trabalho salubres, para que eu possa envelhecer bem, porque a gente não pula etapas."



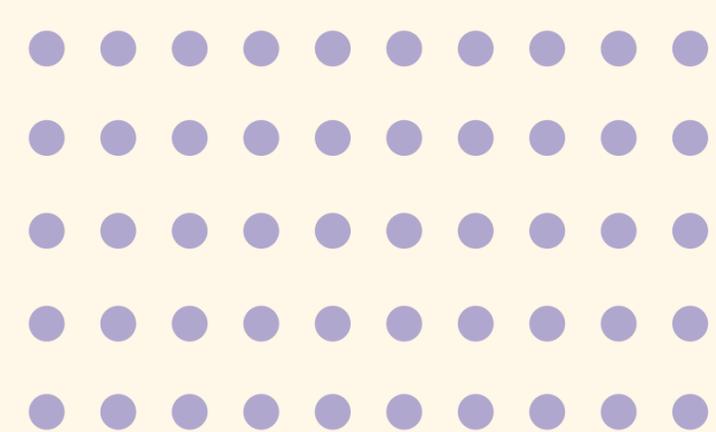
Cuidadores

Parlamentares reclamaram de vetos presidenciais a leis que regulamentavam a profissão de cuidador e que criavam o Cadastro Nacional da Pessoa Idosa. Eles também destacaram proposta de emenda à Constituição da deputada Flavia Morais (PDT-GO) que inclui os cuidados entre os pilares da Seguridade Social (PEC 348/17).

A deputada Leandre (PV-PR), autora da proposta que criou a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, ressaltou a urgência das políticas públicas. “Viver mais anos é muito importante, mas principalmente se as pessoas tiverem autonomia, continuarem ativas e participando da vida social. Para isso, são necessárias políticas públicas.”

No seminário, duas representantes do Uruguai mostraram os primeiros passos da implementação de uma lei de 2015 que criou o Sistema Integrado de Cuidados do país. Entre as novidades da norma, subsídios para a contratação de cuidadores e um serviço de Teleassistência a domicílio para idosos mais independentes.

Agência Câmara (com adaptações)



SEMINÁRIO FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Debatedores defendem ações para equilíbrio entre trabalho e família

Representantes do governo federal disseram, em 29 de outubro, na Câmara dos Deputados, que a atual gestão está trabalhando pelo equilíbrio trabalho-família para garantir que indivíduos, principalmente mulheres, possam cuidar da família sem abrir mão de estar no mercado de trabalho. Isso porque hoje muitas mulheres abandonam a carreira para cuidar de filhos pequenos ou com deficiência e ainda dos pais idosos.

Mudar esse quadro, afirmaram os participantes de um seminário promovido por seis comissões, depende de uma série de ações. Elas incluem a oferta de creches para crianças pequenas e o incentivo a empresas que apoiem a família, como aquelas que concedem licença-maternidade superior a 120 dias ou licenças para acompanhar parentes doentes. Incluem também a igualdade de acesso de homens e mulheres ao mercado de trabalho e a parentalidade, de forma a estimular que tanto homens como mulheres se encarreguem das tarefas domésticas e dos cuidados com filhos.

Segundo a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damare Alves, o objetivo de sua pasta é justamente influenciar em políticas públicas de valorização e proteção da família. O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos lançou o Selo Empresa Amiga da Família 2019, com o objetivo de reconhecer os empreendimentos comprometidos com o equilíbrio trabalho-família.

Presidente da Subcomissão de Adoção, Pedofilia e Família, o deputado Alexandre Serfiotis (PSD-RJ) disse ser fundamental o desenvolvimento de ferramentas que promovam o equilíbrio pretendido. A deputada Carmen Zanotto (Cidadania-SC), que sugeriu o seminário junto com outros parlamentares, disse que, se houver reforço orçamentário e cumprimento da atual legislação, o Brasil terá crianças preparadas para futuramente ingressar no mercado de trabalho.

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



SEMINÁRIO 30 ANOS DA POLÍTICA DA REDUÇÃO DE DANOS

Debatedores defendem retorno à política de redução de danos no atendimento aos usuários de drogas

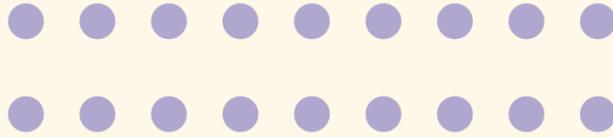
Participantes do Seminário "30 anos da Política de Redução de Danos", organizado por seis comissões da Câmara dos Deputados, foram unânimes em defender que é preciso resistir à mudança de estratégia de tratamento instituída pela nova Política Nacional sobre Drogas do governo federal, que deixa de focar na redução de danos para focar na promoção da abstinência. A redução de danos começou no Brasil a partir de uma iniciativa da Prefeitura de Santos, em São Paulo, que, em 1989, buscava controlar a epidemia de HIV/Aids. A primeira ação foi a troca e distribuição de seringas aos usuários de drogas injetáveis.



Participantes do Seminário "30 anos da Política de Redução de Danos", organizado por seis comissões da Câmara dos Deputados, foram unânimes em defender que é preciso resistir à mudança de estratégia de tratamento instituída pela nova Política Nacional sobre Drogas do governo federal, que deixa de focar na redução de danos para focar na promoção da abstinência.

A redução de danos começou no Brasil a partir de uma iniciativa da Prefeitura de Santos, em São Paulo, que, em 1989, buscava controlar a epidemia de HIV/Aids. A primeira ação foi a troca e distribuição de seringas aos usuários de drogas injetáveis.

O medo de que a medida viesse a estimular o uso de drogas não se concretizou, segundo o representante da Associação Brasileira de Saúde Mental e do Conselho Nacional de Direitos Humanos, o santista Leonardo Pinho. Para ele, a experiência mostrou que é possível melhorar a qualidade de vida dos usuários de drogas e ajudá-los a superar o problema com respeito por sua história de vida e sem isolamento nem criminalização.



Vínculo com o usuário

“É o compromisso que olha a pessoa em primeiro lugar, não colocando valores acadêmicos ou religiosos. Eu vou criar primeiro o vínculo, primeiro construir relação de proximidade e confiança com aquela pessoa e não enfiar goela abaixo um dogma acadêmico ou religioso sobre a pessoa”, disse Leonardo

Neste ano, um decreto presidencial (9.761/19) e a Lei de Internação Compulsória reformularam a Política Nacional sobre Drogas. Além da mudança de estratégia de tratamento, a nova política incorpora as comunidades terapêuticas ao sistema público de cuidados para usuários de drogas e regulamenta a internação involuntária de dependentes químicos.

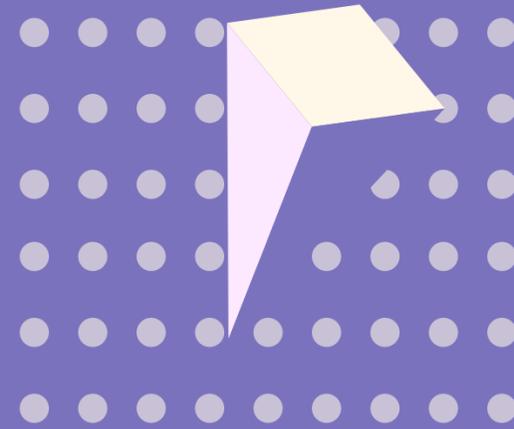
Para a deputada Érika Kokay (PT-DF), uma das autoras do pedido de realização do seminário, a luta em defesa da redução de danos se une à luta antimanicomial, pois ambas trabalham com a ideia de cuidado em liberdade, com respeito à autonomia do indivíduo. “O que estamos vivendo é política de encarcerar, punir. Redução de danos é enfrentamento a institucionalização”, disse Kokay.

Depoimento

O seminário realizado no dia 7 de novembro reuniu profissionais de diversas entidades que defendem e aplicam a estratégia de redução de danos diariamente nas ruas do País. Entre eles, pessoas que também receberam esse acompanhamento. Como Juma Santos, redutora de danos e representante da Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas.

“O Estado para me enxergar, eu, mulher, usuária de drogas e moradora de rua, me obriga a me colocar ou como doente, ou como pecadora, ou como marginal. A redução de danos diz que não sou doente, não sou bandida, não sou pecadora. Poucas pessoas chegam para mim e perguntam sobre minha vida, só perguntam sobre meu vício. Ninguém quer saber sobre a minha dor. Ninguém quer saber como essa droga faz a sobrevivência da gente”, disse.

Os deputados presentes ao seminário se comprometeram em apresentar projeto de lei para estabelecer um dia nacional para defesa e promoção da redução de danos. A data proposta é 24 de novembro, quando foi realizado o “1º Seminário Santista sobre Aids”, na cidade de Santos, berço da redução de danos no Brasil.



MISSÕES OFICIAIS

Montevideú/Uruguai

Salvador/Bahia

Madri/Espanha



URUGUAI/ESPANHA

Debatedores defendem retorno à política de redução de danos no atendimento aos usuários de drogas

Três integrantes da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa passaram a semana no Uruguai para conhecer os avanços do país vizinho na atenção aos mais velhos. A presidente da Comissão, deputada Lídice da Mata (PSB-BA), acompanhada das deputadas Leandre (PV-PR) e Tereza Nelma (PSDB-AL), teve audiências com autoridades da área social para saber detalhes sobre o Sistema Nacional Integrado de Cuidados.

Quase 25% dos uruguaios têm mais de 55 anos de idade. As deputadas avaliam que muitos dos avanços obtidos no Uruguai também podem ser implantados no Brasil.

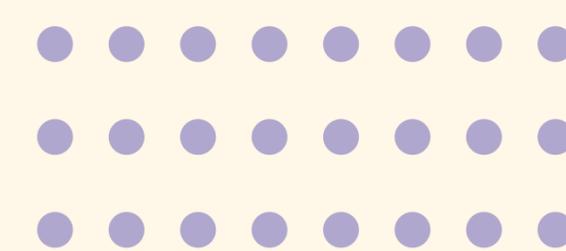
O Sistema Nacional Integrado de Cuidados foi implantado oficialmente no Uruguai em novembro de 2015. O principal objetivo é garantir o direito aos cuidados a idosos, crianças e pessoas com algum tipo de deficiência. Outra intenção é equilibrar a responsabilidade por estes cuidados entre homens e mulheres, após o reconhecimento de que, historicamente, a população feminina tem maior sobrecarga de trabalho nesta atividade.

O sistema conta com uma Junta Nacional de Cuidados, integrada por vários ministérios e responsável pelas políticas públicas do setor. Foi criada também uma Secretaria Nacional de Cuidados. E existe um Conselho Consultivo, do qual participam trabalhadores, representantes do setor privado e das universidades.

Para a deputada Leandre, o sistema criado no Uruguai representa uma mudança de cultura, que surgiu depois de um debate nacional e de uma vontade política de priorizar o atendimento aos idosos. Falando de Montevideu à Rádio Câmara, ela destacou uma consequência da implantação das mudanças: a melhora na qualificação de quem cuida. Dependendo da renda familiar do idoso, o governo do Uruguai subsidia o serviço de cuidadores, total ou parcialmente.

"Além da pessoa que precisa do cuidado ter direito a esse cuidado, existe também toda uma rede de formação de cuidadores, que acaba tirando muitas pessoas da informalidade através da capacitação", informou. Segundo a parlamentar, outro benefício do novo sistema foi a formalização das instituições de longa permanência no país.





A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados (Cidoso) promoveu, em 19 de agosto, uma audiência na Bahia para discutir as políticas de assistência às pessoas com mais de 60 anos. O encontro, realizado na Assembleia Legislativa, reuniu parlamentares e representantes de conselhos e entidades que abordam o tema.

Presidente da Cidoso, a deputada federal Lídice da Mata coordenou o trabalho juntamente com os deputados estaduais Maria Del Carmen e José de Arimateia, que preside a Frente Parlamentar que cuida dos assuntos dos idosos na Alba.

Lídice apresentou os trabalhos feitos na comissão que preside e relembrou as discussões realizadas sobre a violência física e econômica contra os idosos. Também apresentou as políticas feitas no Uruguai, referência na América Latina no assunto. “Não devemos tratar das políticas dos idosos com propostas que signifiquem o fim de suas vidas, mas sim devemos debater a longevidade deles que é cada vez maior. Precisamos falar sobre a qualidade do envelhecimento no Brasil”, afirmou.

Dentro deste contexto, Lídice defende a discussão do aproveitamento das pessoas com mais de 60 anos no mercado de trabalho e também pautas como o turismo e a inclusão econômica deles, proposta também encampada pela contadora Maria Constança Galvão, que é especialista em participação do Idoso no mercado de trabalho.

A deputada federal também aponta a necessidade de mais rigor e agilidade para a regularização de instituições de acolhimento. “Precisamos ter uma rede de cooperação para financiar a modernização e qualificação desses espaços”, disse. Para Helena Novaes, do Conselho Estadual do Idoso, é preciso reduzir o déficit de vagas nas casas de acolhimento mantidas pelo poder público. “As casas irregulares possuem sérios problemas de falta de higiene e acessibilidade”, contou.

O deputado estadual baiano José de Arimateia defendeu o fortalecimento dos conselhos municipais de idosos. “Apenas 1,8 mil dos mais de 5 mil municípios brasileiros formaram os seus conselhos. Eles são importantes para a captação de recursos para financiamentos de políticas para a população mais velha. Na Bahia, apenas 23 dos 417 municípios formaram os conselhos”, disse o deputado que criticou os governos estadual e federal em suas políticas voltadas para o setor, tendo o último extinguido o conselho nacional.



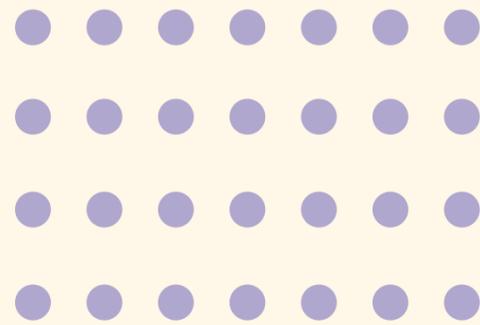
Coordenadora de políticas para idosos do governo da Bahia, Lúcia Mascarenhas ponderou que há uma certa resistência às formações de conselhos dentro da sociedade civil organizada nos municípios.

A deputada estadual Maria Del Carmen falou sobre os prejuízos para a população idosa com a reforma da Previdência. “O texto do projeto incide exatamente em quem ganha até dois salários mínimos e faz parte do regime geral da Previdência”, alertou.

Educação, saúde e assistência para os idosos são desafios na Bahia

Dados do Conselho Estadual do Idoso apontam que 44% das pessoas com idade acima de 60 anos são analfabetas em Salvador. A capital baiana possui cerca de 1 milhão de idosos. Ainda este ano, será divulgado um Raio-X da situação dos idosos na Bahia. O estudo está sendo produzido pelas universidades estaduais baianas.

A presidente do Conselho Municipal do Idosos, Daniela Simões defende a elaboração de um planejamento estratégico para que os recursos destinados a políticas públicas para o setor possam ser utilizados em sua integralidade. Por sua vez, A presidente da Associação Nacional de Gerontologia, Marta Lopes Pontes, lembrou de conquistas obtidas na gestão de Lídice enquanto prefeita de Salvador do com a lei municipal da meia-entrada para idosos em espaços de lazer como cinemas e teatros, a implantação do conselho municipal e a realização de serviços da prefeitura para esta comunidade.





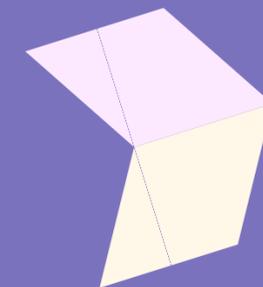
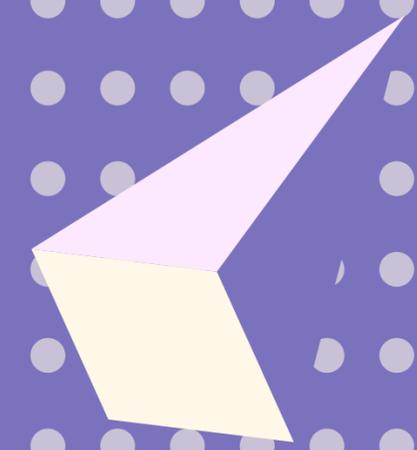
A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados participa, nesta semana, da primeira Conferência Hispânica de Cidades e Comunidades Amigas do Idoso. A participação no evento, que realizado em Madri, Espanha, de 14 a 16 de outubro, foi sugerida pela presidente da comissão, deputada Lídice da Mata (PSB-BA).

Diante do cenário de progressivo envelhecimento da população mundial, a Organização Mundial de Saúde estabeleceu, em 2010, a Rede Mundial de Cidades e Comunidades Amigas do Idoso. O objetivo é criar espaços e serviços que promovam e facilitem um envelhecimento saudável e ativo.

Lídice da Mata ressalta que, para ser considerada amiga do idoso, a localidade precisa oferecer políticas, serviços e estruturas sociais e físicas "pensadas e reorganizadas de modo a permitir que as pessoas idosas vivam com dignidade, desfrutando de boa saúde e de cidadania plena e ativa".

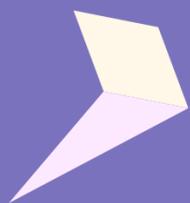
Atualmente, mais de 800 cidades, em 41 países, integram a Rede de Cidades Amigas do Idoso. No Brasil, quatro cidades têm a com certificação internacional: Pato Branco, no Paraná; Porto Alegre, Vereanópolis e Esteio, todas no Rio Grande do Sul."

Participar dessa conferência nos ajudará na construção e consolidação de ações no sentido de uma atuação legislativa que avance e atinja efetivamente as diferentes dimensões dos direitos fundamentais dos idosos", avalia a deputada.



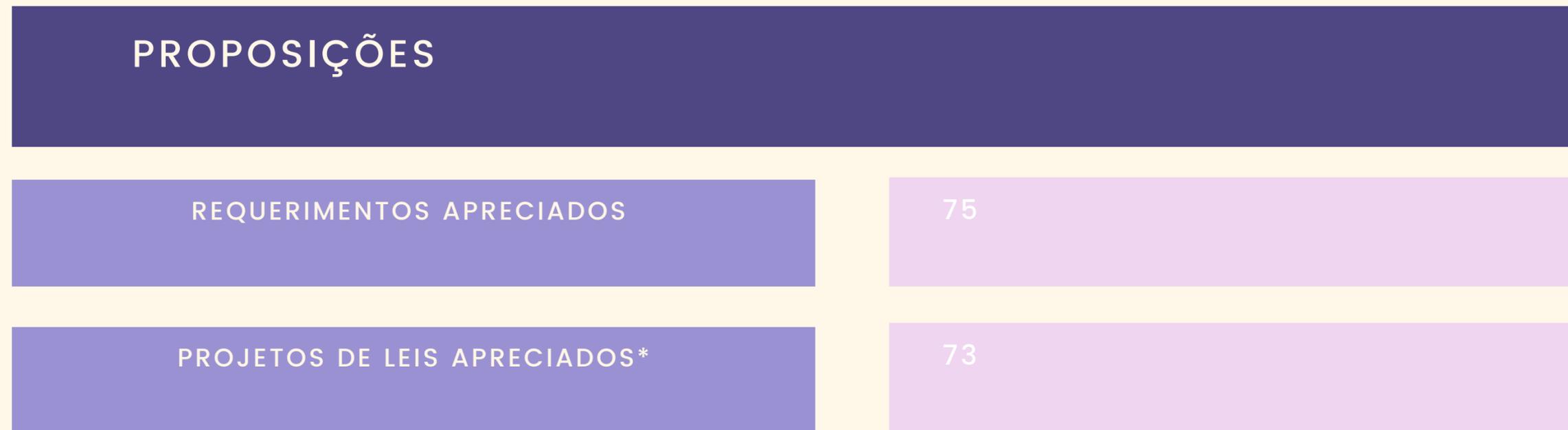
PROPOSIÇÕES

NA COMISSÃO



APRECIÇÃO DE PROPOSIÇÕES NA COMISSÃO

Para ilustrar as deliberações da Comissão de forma sintética – em termos numéricos – são apresentados, a seguir, os quantitativos referentes à apresentação e à apreciação tanto de requerimentos como de projetos de lei



* Número correspondente a Projetos de Leis Principais e a Projetos de Leis apensados apreciados ao longo do ano pela Comissão

DEMONSTRATIVOS NUMÉRICOS DOS REQUERIMENTO

REQUERIMENTOS				
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	SUBCOMISSÃO E GRUPO DE TRABALHO	OUTROS EVENTOS	DIVERSOS	TOTAL DE REQUERIMENTOS APRESENTADOS
41	2	22	14	79

SITUAÇÃO DOS REQUERIMENTOS				
APROVADOS	REJEITADOS	NÃO DELIBERADOS	REALIZADOS/ARQUIVADOS	TOTAL DE REQUERIMENTOS APRESENTADOS
75	-	4	52	79

DEMONSTRATIVOS NUMÉRICOS DOS PROJETOS

PROJETOS DE LEI APRECIADOS

PELA APROVAÇÃO

44

PELA REJEIÇÃO

29

TOTAL DE PROJETOS DE LEI
APRECIADOS

73

PROJETOS DE LEI PENDENTES DE APRECIAÇÃO

PRINCIPAIS

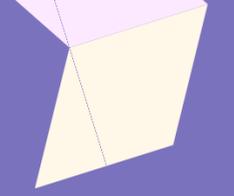
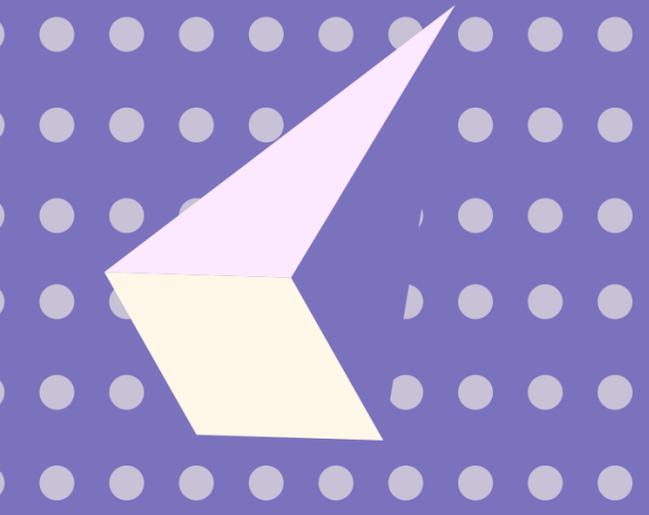
30

APENSADOS

181

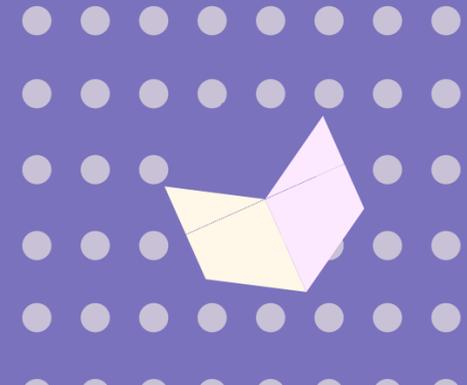
TOTAL

211



ORÇAMENTO

2019



EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS

Em 2019, foram aprovadas pela Cidosa onze emendas à Lei de Diretrizes Orçamentária 2020; três emendas ao Plano Plurianual 2020/2023 e quatro emendas à Lei Orçamentária Anual (LOA), conforme os quadros demonstrativos abaixo.

QUADRO Nº1 – EMENDAS AO PROJETO LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO 2020)

Nº	AUTOR	TIPOS DE EMENDA	EMENTA	RESULTADO NA CMO
1	CARMEN ZANOTTO FLÁVIA MORAIS MARCELO FREIXO DULCE MIRANDA LEANDRE LÍDICE DA MATA	ACRÉSCIMO	Requer acréscimo de meta no Programa Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (Programa: 2064; Ação: 218Q; Meta: 10.000)	APROVADA PARCIALMANTE
2	GILBERTO NASCIMENTO FELÍCIO LATERÇA LÍDICE DA MATA	ACRÉSCIMO	Requer inclusão de meta no Programa Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial (Programa: 2037; Ação: 2B31. Acréscimo de Meta: 10.000)	APROVADA PARCIALMANTE

QUADRO Nº2 – EMENDAS AO PROJETO LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO 2020)

Nº	AUTOR	TIPOS DE EMENDA	EMENTA	RESULTADO NA CMO
1	DENIS BEZERRA	TEXTO	Requer emenda de texto aditiva ao Artigo 71, do corpo do lei.	REJEITADA
2	DENIS BEZERRA	TEXTO	Requer emenda de texto aditiva ao Anexo III, inciso I, item 63	REJEITADA
3	MARCELO FREIXO	TEXTO	Requer emenda de texto aditiva ao Artigo 21, do corpo do lei.	APROVADA PARCIALMENTE NOS TERMOS DA COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO Nº 3
4	EDUARDO BARBOSA	TEXTO	Requer emenda de texto aditiva no Corpo da Lei, no Pará. 5, do Artigo 36	APROVADA PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
5	EDUARDO BARBOSA	TEXTO	Requer emenda de texto aditiva no Corpo da Lei, no Pará. 5, do Artigo 36	REJEITADA
6	TEREZA NELMA	TEXTO	Requer emenda aditiva de texto no inciso XXXV, do Anexo II	REJEITADA

QUADRO Nº2 – EMENDAS AO PROJETO LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO 2020)

Nº	AUTOR	TIPOS DE EMENDA	EMENTA	RESULTADO NA CMO
7	LEANDRE	TEXTOS	Requer emenda modificativa de texto no, no Pará. 5, do Artigo 36 do Corpo da Lei	APROVADA PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
8	LEANDRE	TEXTOS	Requer emenda aditiva de texto no inciso I do artigo 69, do Corpo da Lei	APROVADA PARCIALMENTE NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO
9	LEANDRE	TEXTOS	Requer inclusão de parágrafo único no artigo 3 do Corpo da Lei	REJEITADA

QUADRO Nº3 – EMENDAS AO PROJETO DO PLANO PLURIANUAL (PPA 2020/2023)

Nº	AUTOR	TIPOS DE EMENDA	EMENTA	RESULTADO NA CMO
1	CARMEN ZANOTTO LÍDICE DA MATA TEREZA NELMA	OBJETIVO	Programa Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (valor total proposto: 100)	XX
2	LEANDRE TEREZA NELMA GILBERTO NASCIMENTO EDUARDO BARBOSA DENIS BEZERRA	PROGRAMA	Programa Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. Programa Desmembrado: 5034 (valor total proposto: 10.000.000)	XX
3	REJANE DIAS	PROGRAMA	Requer acréscimo de meta no Programa Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (Programa: 2064; Ação: 218Q; Meta: 10.000)	XX

QUADRO Nº4 – EMENDAS AO PROJETO LEI ORÇAMENTÁRIO ANUAL (LOA 2020)

Nº	AUTOR	TIPOS DE EMENDA	EMENTA	RESULTADO NA CMO
1	CARMEN ZANOTTO FLÁVIA MORAIS REJANE DIAS DULCE MIRANDA GILBERTO NASCIMENTO OSSESIO SILVA	APROPRIAÇÃO- INCLUSÃO	Requer inclusão de despesa destinada ao Fundo Nacional de Assistência Social do Ministério da Cidadania (UO 5590); Programa: 5031; Ação 219G; Meta: 50; Valor: 250.000.000	XX
2	LÍDICE DA MATA EDUARDO BARBOSA	APROPRIAÇÃO- INCLUSÃO	Requer acréscimo de despesa destinada ao Fundo Nacional de Assistência Social do Ministério da Cidadania (UO 5590); Programa: 5031; Ação 219F; Meta: 1; Valor: 502.000.000	XX
3	DENIS BEZERRA GILBERTO NASCIMENTO LÍDICE DA MATA TEREZA NELMA	APROPRIAÇÃO- INCLUSÃO	Requer inclusão de despesa destinada ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (UO 81101); Programa: 5034; Ação 9999; Meta: 100; Valor: 10.000.000	XX
4	LÍDICE DA MATA EDUARDO BARBOSA	APROPRIAÇÃO- ACRÉSCIMO	Requer acréscimo de despesa destinada à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do Ministério da Economia (UO 25301); Programa: 0032; Ação 20U7; Meta:40; Valor: 1.200.000.000	XX

BALANÇO

2019

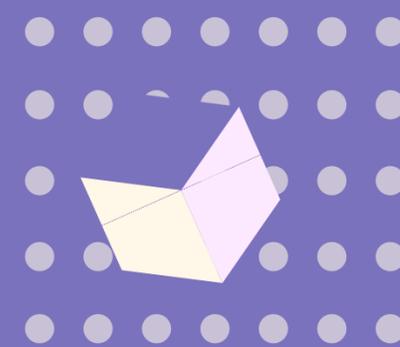
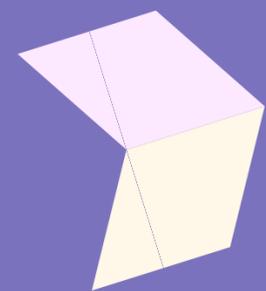
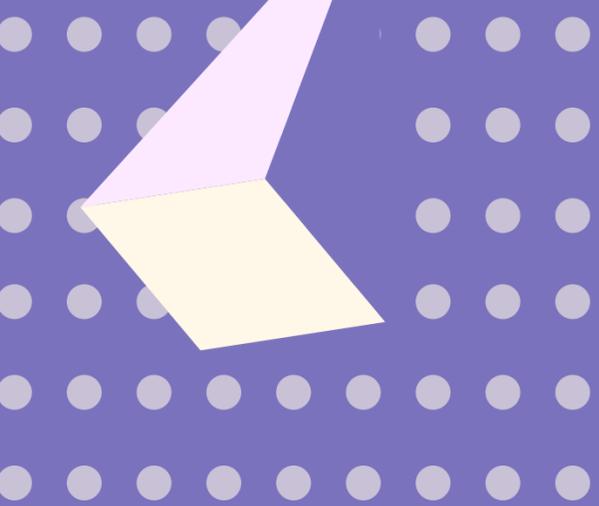
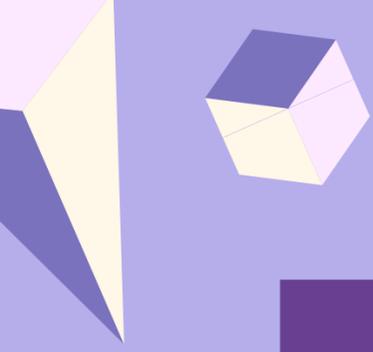
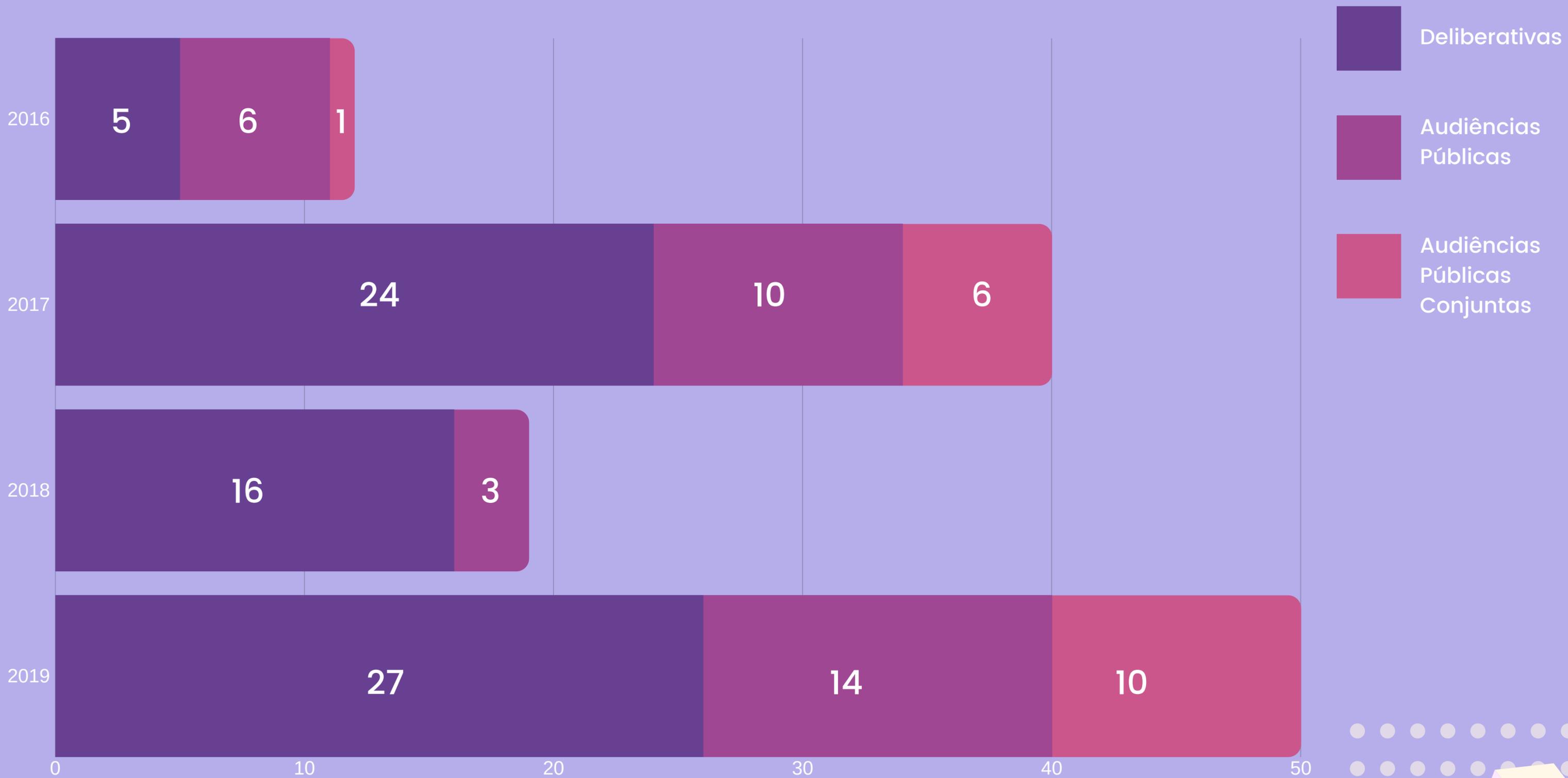
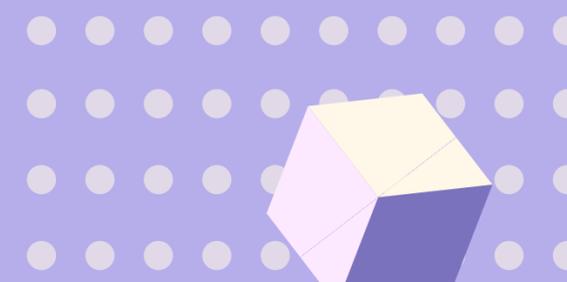


Gráfico 1- Reuniões Cidoso – Comparativo 2016 a 2019



- Deliberativas
- Audiências Públicas
- Audiências Públicas Conjuntas



2016

18

2017

33

2018

23

2019

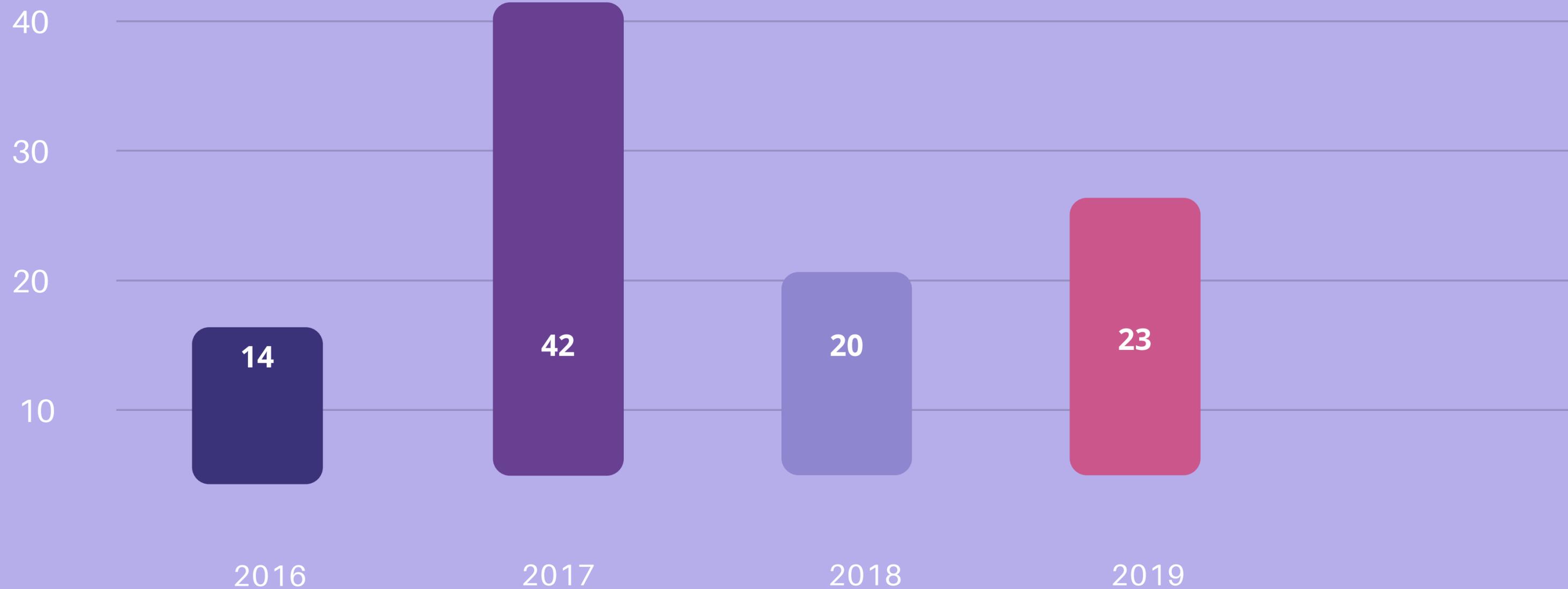
79

GRÁFICO 2 - REQUERIMENTOS

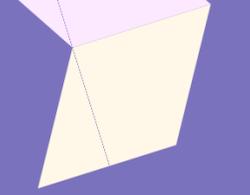
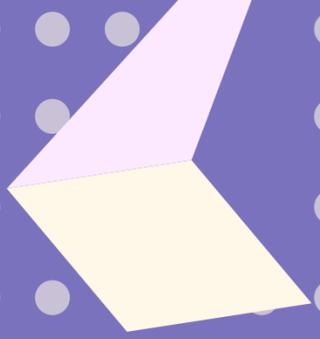
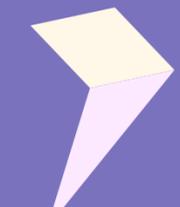
Comparativo 2016-2019

GRÁFICO 3 - PROPOSIÇÕES PRINCIPAIS DELIBERADAS

Comparativo 2016-2019



ANEXOS





ANEXOS

Tabelas

1. PROPOSIÇÕES APRECIADAS NA COMISSÃO

1.1 Proposições Apreciadas na Comissão – Apensadas

2. PROPOSIÇÕES PENDENTES DE APRECIÇÃO NA COMISSÃO

2.1. Proposições Pendentes de Apreciação na Comissão – Apensadas

3. REQUERIMENTOS

4. RESOLUÇÃO nº 15/2016

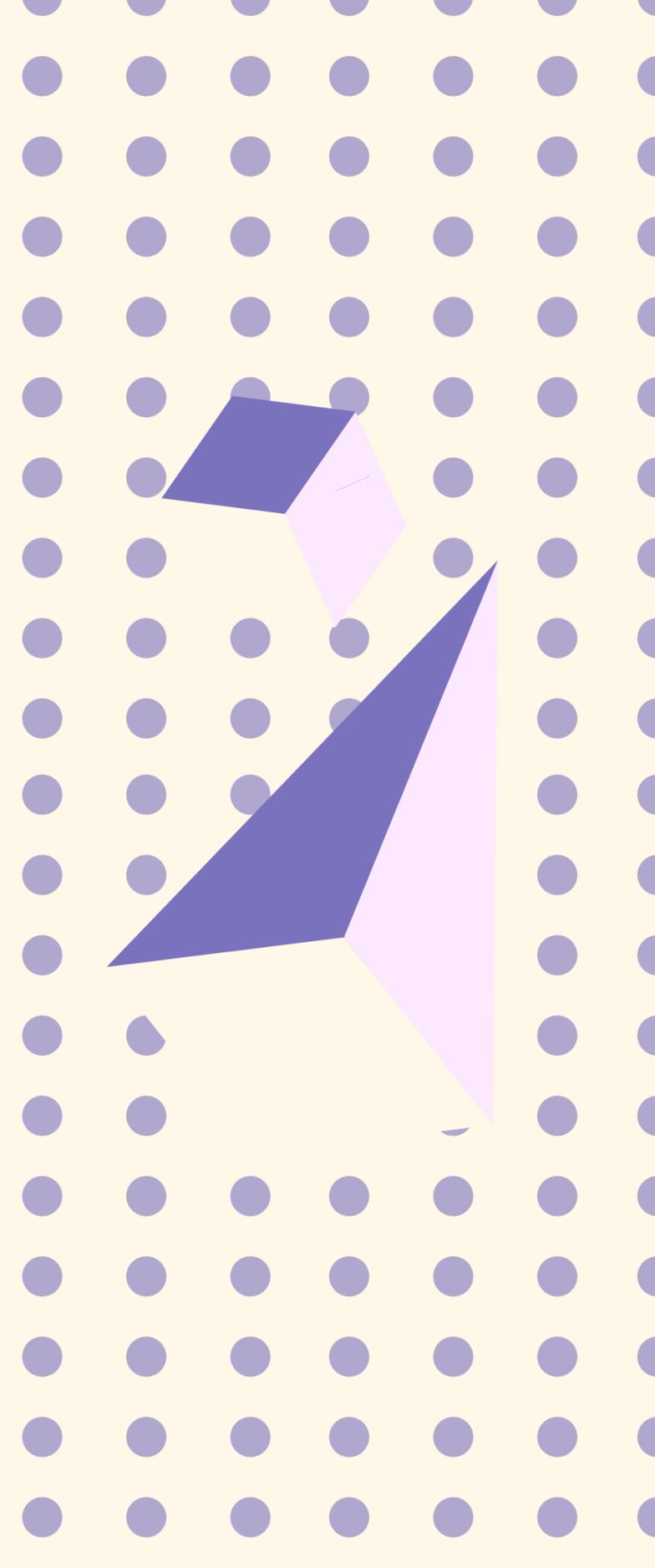
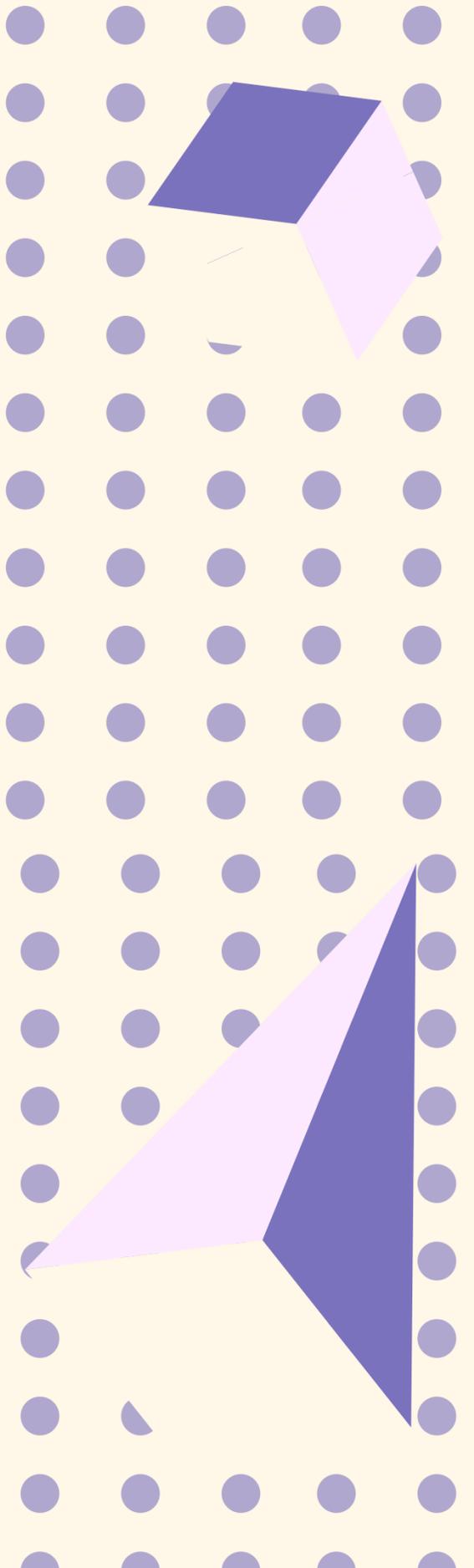


Tabela 1. Proposições Principais Apreciadas na Comissão

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	RESULTADO
1.	PL 2280/2015	Giovani Cherini	Altera os arts. 528 e 911 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil	Felício Laterça	Pela aprovação.	27/3/2019 Aprovado o Parecer.
2..	PL 326/2015	Valmir Assunção	Dispõe sobre o sistema especial de inclusão previdenciária de trabalhadores e trabalhadoras sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico de sua residência e dá outras providências.	Líde da Mata	Pela aprovação, com substitutivo.	15/05/19 Aprovado o Parecer.
3..	PL 3866/2015	Julio Lopes	Dispõe sobre o financiamento pela União do transporte público coletivo gratuito ao idoso	Fernando Rodolfo	Pela aprovação deste, e do Substitutivo adotado pela Comissão de Seguridade Social e Família, com subemenda.	22/05/19 Aprovado o Parecer.
4.	PL 9941/2018 PL 8620/2017 PL 8673/2017 PL 7642/2017 PL 7822/2017 PL 10523/2018	Senado Federal - Eduardo Amorim	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para determinar que vagas ociosas em instituições de ensino superior sejam preenchidas preferencialmente por pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.	Tereza Nelma	Pela aprovação, com complementação de Voto. Pela aprovação deste, do PL 8620/2017, do PL 8673/2017, e do PL 7642/2017, apensados, com substitutivo, e pela rejeição do PL 7822/2017, e do PL 10523/2018, apensados	12/06/19 Aprovado o Parecer.
5.	PL 1800/2019	Gilberto Nascimento	Institui como direito do idoso o atendimento e acompanhamento da saúde bucal.	Fábio Trad	Pela aprovação.	12/06/19 Aprovado o Parecer.
6.	PL 751/2011	Flávia Morais	Acrescenta parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para permitir a elevação do valor do benefício previdenciário do idoso que necessite da ajuda de terceiros.	Antonio Brito	Pela aprovação, com substitutivo.	26/06/19 Aprovado o Parecer.
7.	PL 9981/2018 PL 2615/2019	Norma Ayub	Altera a alínea "a" do inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para incluir os pagamentos efetuados a cuidadores de idosos e as despesas com atividades de assistência a idosos prestadas em residências coletivas e particulares nas deduções permitidas para efeito de apuração da base de cálculo do Imposto de Renda das Pessoas Físicas.	Marcelo Freixo	Pela aprovação deste, e do PL 2615/2019, apensado, com substitutivo.	26/06/19 Aprovado o Parecer.
8.	PL 10284/2018	Senado Federal - Alvaro Dias	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para prever a criação de programas de institucionalização-dia para pessoas idosas.	Dulce Miranda	Aprovado o parecer, com complementação de voto. Pela aprovação com emenda.	26/06/19 Aprovado o Parecer.
9.	PL 3646/2019	Senado Federal - Paulo Paim	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para atualizar sua denominação para Estatuto da Pessoa Idosa	Lídice da Mata	Pela aprovação.	21/08/19 Aprovado o Parecer.
10.	PL 1836/2007 PL 3054/2008 PL 4746/2012 PL 2395/2019 PL 960/2011 PL 2578/2015 PL 6959/2017 PL 3383/2012 PL 691/2015 PL 7932/2017	Senado Federal - Cícero Lucena	Altera o § 1º do art. 19-I da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, incluído pela Lei nº 10.424, de 15 de abril de 2002, para acrescentar ao Sistema Único de Saúde - SUS o fornecimento de medicamentos de uso continuado não sujeitos a controle especial, entre outros, necessários ao cuidado integral dos pacientes em seu domicílio.	Alexandre Padilha	Pela aprovação deste, do PL 3054/2008, do PL 4746/2015, e do PL 2395/2019, apensados, com substitutivo, e pela rejeição do PL 960/2011, do PL 2578/2015, do PL 6959/2017, do PL 3383/2012, do PL 691/2015, e do PL 7932/2017, apensados.	28/08/19 Aprovado o Parecer.

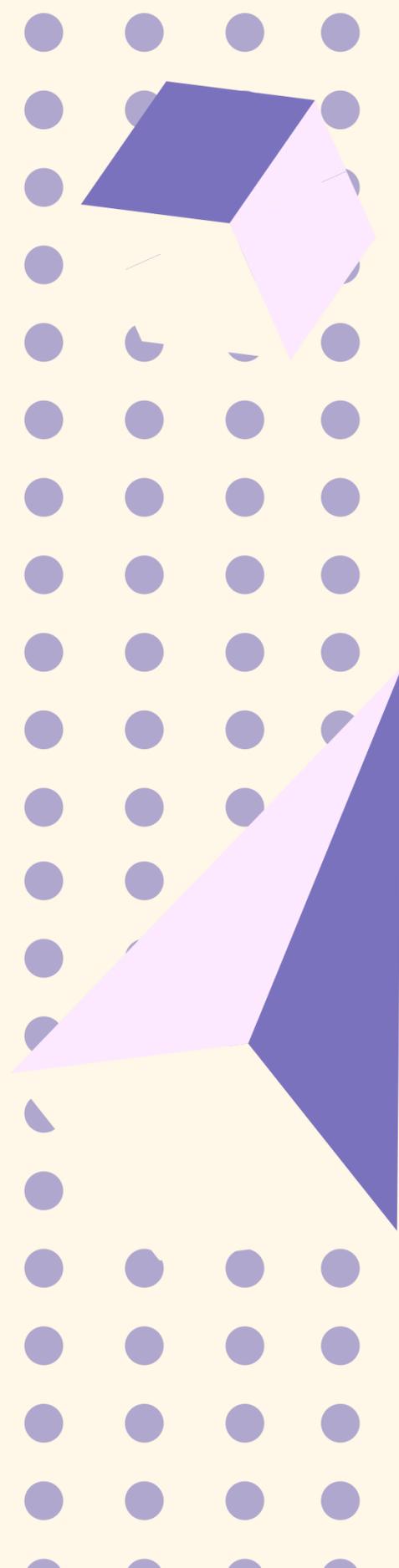
Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	RESULTADO
11.	PL 199/2019	Roberto de Lucena	Acrescenta §3º ao art. 23 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre a participação de jovens em Programas de Amparo à primeira infância, aos idosos e às pessoas com deficiência.	Edna Henrique	Pela aprovação.	28/08/19 Aprovado o Parecer.
12.	PL 205/2019	Roberto de Lucena	Altera o Código de Trânsito Brasileiro para instituir sinalização indicativa de vaga de estacionamento reservada a idosos, padronizada em todo o território nacional.	Rejane Dias	Pela aprovação.	11/09/19 Aprovado o Parecer.
13.	PL 196/2019 PL 975/2019	Roberto de Lucena	Acresce dispositivo à Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que "Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências".	Ossesio Silva	Pela aprovação deste, e do PL 975/2019, apensado, com substitutivo.	2/10/19 Aprovado o Parecer.
14.	PL 498/2019	Fernando Rodolfo	Altera a Lei 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que trata da Legislação do Imposto de Renda e da outras providências	Eduardo Barbosa	Pela aprovação, com substitutivo.	2/10/19 Aprovado o Parecer.
15.	PL 3552/2019 PL 3993/2019	Coronel Chrisóstomo	Acrescenta o art. 41-A na Lei n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõem sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, concedendo a isenção da taxa de renovação da carteira nacional de habilitação aos maiores de sessenta anos	Norma Ayub	Pela aprovação deste, e do PL 3993/2019, apensado, com substitutivo.	2/10/19 Aprovado o Parecer.
16.	PL 3606/2019 PL 4187/2019	Ossesio Silva	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para garantir o funcionamento, em cada Estado, de pelo menos um serviço especializado de atenção à saúde da pessoa idosa	Fábio Trad	Pela aprovação deste, e do PL 4187/2019, apensado, com substitutivo.	2/10/19 Aprovado o Parecer.
17.	PL 10282/2018 PL 6191/2013	Senado Federal - Waldemir Moka	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para dispor sobre o símbolo a ser utilizado para referência a direito do idoso.	Carmen Zanotto	Pela aprovação deste, e pela rejeição da emenda 1/2019 da CSSF, e do PL 6191/2013, apensado.	23/10/19 Aprovado o Parecer.
18.	PDL 454/2019	Chico D'angelo	Susta o Decreto nº 9.893, de 27 de junho de 2019, que dispõe sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa	Lídice da Mata	Pela aprovação.	30/10/19 Aprovado o Parecer.
19.	PL 927/2019	Hélio Costa	Acrescenta os §§ 1º e 2º ao artigo 1º da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, a fim de tornar obrigatório o atendimento prioritário especial para deficientes e idosos maiores de oitenta anos.	Vilson da Fetaemg	Pela aprovação, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD).	30/10/19 Aprovado o Parecer.
20.	PL 6.892/2010 PL 7774/2010 PL 723/2011 PL 7015/2013 PL 299/2015 PL 7348/2017 PL 3754/2015 PL 9248/2017 PL 174/2019 PL 777/2011 PL 890/2011 PL 5933/2013 PL 270/2015 PL 9336/2017 PL 298/2019 PL 9684/2018 PL 5882/2013 PL 10958/2018 PL 5724/2013 PL 6188/2013 PL 1402/2015 PL 1764/2015 PL 2153/2015 PL 4117/2015	Roberto Santiago	Altera o art. 20 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a Organização da Assistência Social, e dá outras providências.	Carmen Zanotto	Pela aprovação do PL 7774/2010, do PL 723/2011, do PL 7015/2013, do PL 299/2015, do PL 7348/2017, do PL 3754/2015, do PL 9246/2017, e do PL 174/2019, apensados, com substitutivo e pela rejeição do PL 6892/2010, do PL 777/2011, do PL 890/2011, do PL 5933/2013, do PL 270/2015, do PL 9336/2017, do PL 298/2019, do PL 9684/2018, do PL 5882/2013, do PL 10958/2018, do PL 5724/2013, do PL 6188/2013, do PL 1402/2015, do PL 1764/2015, do PL 2153/2015, do PL 4117/2015, do PL 4695/2019, e do PL 736/2019, apensados	6/11/19 Aprovado o Parecer



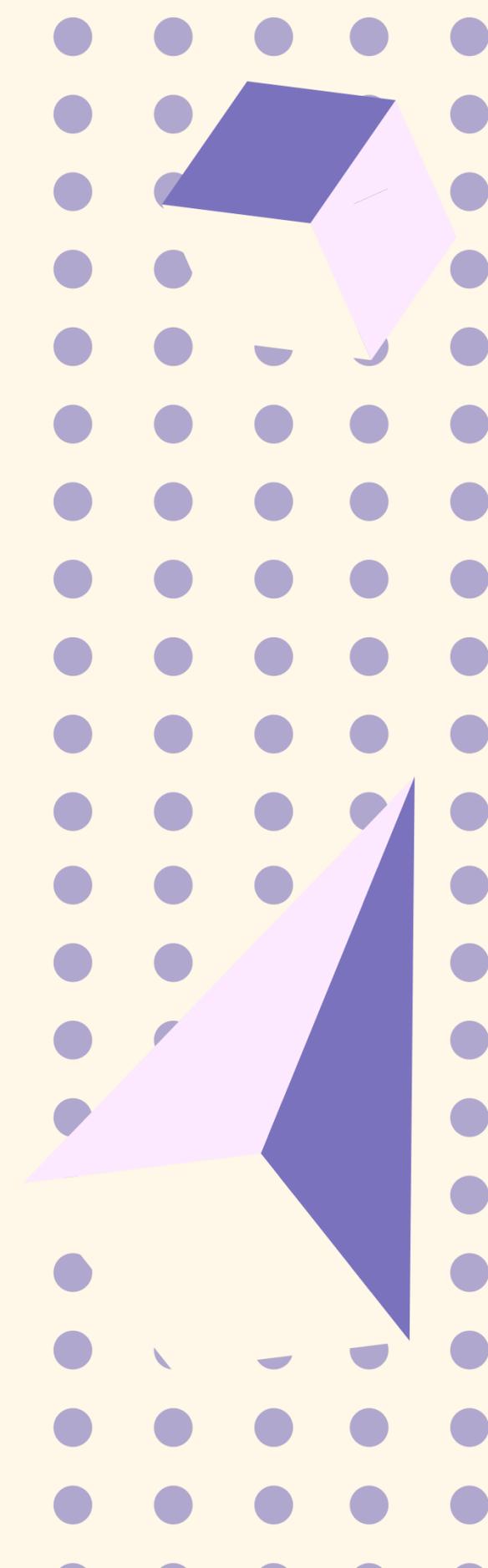
Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	RESULTADO
20.	PL 6.892/2010 (cont...) PL 4695/2019 PL 736/2019	Roberto Santiago	Altera o art. 20 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a Organização da Assistência Social, e dá outras providências.	Carmen Zanotto	Pela aprovação do PL 7774/2010, do PL 723/2011, do PL 7015/2013, do PL 299/2015, do PL 7348/2017, do PL 3754/2015, do PL 9246/2017, e do PL 174/2019, apensados, com substitutivo e pela rejeição do PL 6892/2010, do PL 777/2011, do PL 890/2011, do PL 5933/2013, do PL 270/2015, do PL 9336/2017, do PL 298/2019, do PL 9684/2018, do PL 5882/2013, do PL 10958/2018, do PL 5724/2013, do PL 6188/2013, do PL 1402/2015, do PL 1764/2015, do PL 2153/2015, do PL 4117/2015, do PL 4695/2019, e do PL 736/2019, apensados	6/11/19 Aprovado o Parecer
21.	PL 103/2015	Alceu Moreira	"Altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso".	Leandre	Pela aprovação.	6/11/19 Aprovado o Parecer
22.	PL 2759/2015 PL 1829/2015 PL 5206/2013 PL 6972/2013	Edson Pimenta	Altera o Estatuto do Idoso em relação à prioridade na tramitação dos processos judiciais.	Denis Bezerra	Pela aprovação deste, do PL 5206/2013, e do PL 1829/2015, apensados, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão de Seguridade Social e Família, e pela rejeição do PL 6972/2013, apensado.	20/11/19 Aprovado o Parecer
23.	PL 5564/2019	Capitão Wagner	Altera a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, que "dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências", para incluir a possibilidade de vacinação domiciliar para idosos com dificuldade de locomoção.	Carmen Zanotto	Pela aprovação.	4/12/19 Aprovado o Parecer
24.	PL 202/2019	Roberto de Lucena	Revoga o Parágrafo único do art. 40 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso.	Flávia Morais	Pela aprovação.	4/12/19 Aprovado o Parecer
25.	PL 221/2019	Roberto de Lucena	Tipifica a conduta de estacionar, indevidamente, em vaga destinada a idoso ou a pessoa com deficiência, alterando a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, Código de Trânsito Brasileiro.	Guiga Peixoto	Pela rejeição.	4/12/19 Aprovado o Parecer
26.	PL 1849/2019	Carmen Zanotto	Altera os artigos 1822 e 1844 do Código Civil, de modo a permitir que a herança vacante seja destinada a entidades não-governamentais de atendimento de longa permanência ao idoso.	Pompeo de Mattos	Pela aprovação.	11/12/19 Aprovado o Parecer

Tabela 2. Proposições Apreciadas na Comissão - Apensados

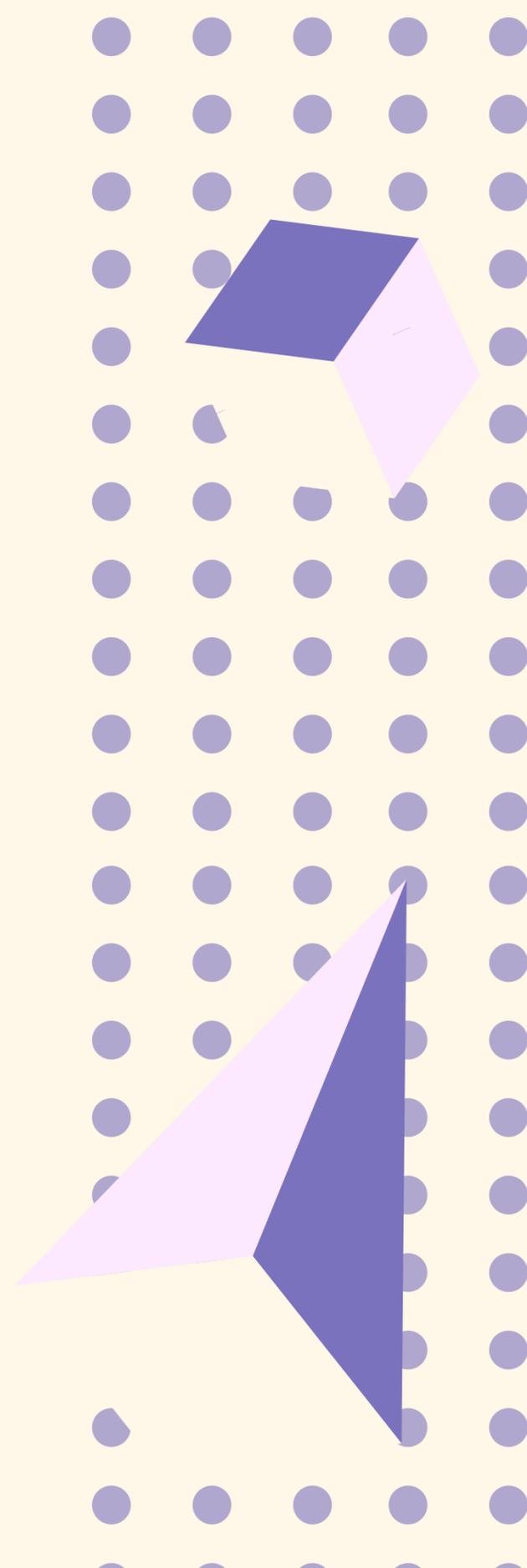
Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	PROPOSIÇÃO PRINCIPAL
1.	PL 8620/2017	Damião Feliciano	Altera a Lei n.º 10.741,0 de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, a Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, e a Lei n.º 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, para estabelecer política de incentivo ao acesso do idoso à educação de nível superior.	Apensado ao PL 9941/2018, aprovado na CIDOSO em 12/06/19.
2..	PL 8673/2017	Cristiane Brasil	Acrescenta o § 6º ao art. 7º da Lei n.º 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que institui o Programa Universidade para Todos (Prouni), para destinar percentual de vagas ociosas às pessoas idosas.	Apensado ao PL 9941/2018, aprovado na CIDOSO em 12/06/19.
3..	PL 7642/2017	Cristiane Brasil	Altera a Lei n.º 12.101, de 2009, dispondo sobre a obrigatoriedade de destinação de bolsas de estudo para idosos.	Apensado ao PL 9941/2018, aprovado na CIDOSO em 12/06/19.
4.	PL 7822/2017	Veneziano Vital do Rêgo	Altera a Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012, para conceder o direito aos idosos com setenta anos ou mais, que comprovadamente não tenham curso superior completo, o acesso ao ensino superior nas instituições federais de ensino superior, sem necessidade de processo ou concurso seletivo.	Apensado ao PL 9941/2018, rejeitado na CIDOSO em 12/06/19.
5.	PL 10523/2018	Gorete Pereira	Institui o Programa Universidade Operária Brasileira para o Idoso e dá outras providências.	Apensado ao PL 9941/2018, rejeitado na CIDOSO em 12/06/19.
6.	PL 2615/2019	Fabio Schiochet	Altera o art. 8º da Lei n.º 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que "altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências", para incluir as despesas com cuidadores e Instituições de Longa Permanência para Idosos - ILPI, entre aquelas dedutíveis da base de cálculo do imposto de renda.	Apensado ao PL 9981/2018, aprovado na CIDOSO em 26/06/19
7.	PL 3054/2008	Davi Alves Silva Júnior	Dispõe sobre o fornecimento de medicamentos de uso contínuo no domicílio de idosos, gestantes e pessoas com dificuldade de locomoção, através do Sistema Único de Saúde - SUS.	Apensado ao PL 1836/2007, aprovado na CIDOSO em 28/08/19
8.	PL 4746/2012	Rodrigo Maia	Institui a entrega domiciliar de medicamentos aos pacientes que especifica.	Apensado ao PL 1836/2007, aprovado na CIDOSO em 28/08/19
9.	PL 2395/2019	Boca Aberta	Altera art. 10 da Lei n.º 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a política nacional do idoso, e dá outras providências.	Apensado ao PL 1836/2007, aprovado na CIDOSO em 28/08/19
10.	PL 960/2011	William Dib	Altera a redação da Lei n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.	Apensado ao PL 1836/2007, rejeitado na CIDOSO em 28/08/19
11.	PL 3054/2008	Davi Alves Silva Júnior	Dispõe sobre o fornecimento de medicamentos de uso contínuo no domicílio de idosos, gestantes e pessoas com dificuldade de locomoção, através do Sistema Único de Saúde - SUS.	Apensado ao PL 1836/2007, aprovado na CIDOSO em 28/08/19
12.	PL 6959/2017	Rômulo Gouveia	Altera a Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990, que "Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências", para dispor sobre vacinação e procedimentos de assistência à saúde prestados em domicílio.	Apensado ao PL 1836/2007, rejeitado na CIDOSO em 28/08/19



Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	PROPOSIÇÃO PRINCIPAL
13.	PL 3383/2012	Damião Feliciano	Cria a "Bolsa-Medicamento" no âmbito do Sistema Único de Saúde.	Apensado ao PL 1836/2007, rejeitado na CIDOSO em 28/08/19
14.	PL 691/2015	Major Olimpio	Altera a redação da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.	Apensado ao PL 1836/2007, rejeitado na CIDOSO em 28/08/19
15.	PL 7932/2017	Adail Carneiro	Acrescenta o §7º ao art. 15 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, e §6º ao art. 18 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2013, para reconhecer o direito dos idosos e das pessoas com deficiência ao atendimento domiciliar para coleta de amostras destinadas a exames laboratoriais.	Apensado ao PL 1836/2007, rejeitado na CIDOSO em 28/08/19
16.	PL 975/2019	Flávia Morais	Acresce dispositivo à Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que "Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências".	Apensado ao PL 196/2019, aprovado na CIDOSO em 2/10/19
17.	PL 3993/2019	Juninho do Pneu	Estabelece isenção das taxas de renovação da Carteira Nacional de Habilitação aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos.	Apensado ao PL 3552/2019, aprovado na CIDOSO em 2/10/19.
18.	PL 4187/2019	Roberto de Lucena	Institui o Programa de Atendimento Especializado da Pessoa Idosa nos hospitais e unidades de pronto atendimento.	Apensado ao PL 3606/2019, aprovado na CIDOSO em 2/10/19
19.	PL 6191/2013	Celso Jacob	Acrescenta dispositivo à Lei nº 10.741, 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso).	Apensado ao PL 10282/2018, rejeitado na Cidoso em 23/10/19.
20.	PL 7774/2010	Dr. Talmir	Altera o caput e os §§ 2º e 3º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, para alterar o conceito de pessoa com deficiência para efeito de concessão do benefício de prestação continuada.	Apensado ao PL 6892/2010, aprovado na Cidoso em 06/11/2019.
21.	PL 723/2011	Flávia Morais	Acrescenta § 9º ao art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, para permitir a elevação do valor do benefício de prestação continuada para o idoso e a pessoa com deficiência que necessite de auxílio permanente de terceiros.	Apensado ao PL 6892/2010, aprovado na Cidoso em 06/11/2019.
22.	PL 7015/2013	Sueli Vidigal	Altera o caput do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e o caput do art. 34 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para assegurar ao idoso com sessenta anos ou mais o recebimento do benefício de prestação continuada.	Apensado ao PL 6892/2010, aprovado na Cidoso em 06/11/2019.
23.	PL 299/2015	Cleber Verde	Incluir a alínea "F" ao art. 2º da Lei nº 8.742, de 24 de junho de 1993, o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) ao salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família e que necessitar da assistência permanente de outra pessoa.	Apensado ao PL 6892/2010, aprovado na Cidoso em 06/11/2019.
24.	PL 7348/2017	Lúcio Vale Cristiane Brasil Capitão Augusto Pedro Uczai Professora Dorinha Seabra e outros	Cria a política de apoio ao cuidador informal e ao atendente pessoal não remunerados de pessoa em situação de dependência para o exercício de atividades da vida diária.	Apensado ao PL 6892/2010, aprovado na Cidoso em 06/11/2019.
25.	PL 3754/2015	Leandre	Altera o art. 20 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a Organização da Assistência Social, e dá outras providências. Altera o critério de presunção da incapacidade da família de prover a manutenção de pessoa com deficiência ou idosa para recebimento do Benefício de Prestação Continuada.	Apensado ao PL 6892/2010, aprovado na Cidoso em 06/11/2019.



Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	PROPOSIÇÃO PRINCIPAL
26.	PL 9246/2017	Marcelo Aro	Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.	Apensado ao PL 6892/2010, aprovado na Cidoso em 06/11/2019.
27.	PL 174/2019	Igor Timo	Cria a política de apoio ao cuidador informal e ao atendente pessoal não remunerados de pessoa em situação de dependência para o exercício de atividades da vida diária	Apensado ao PL 6892/2010, aprovado na Cidoso em 06/11/2019.
28.	PL 777/2011	Washington Reis	Acrescenta art. 40-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e § 9º ao art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre acréscimo por idade na renda mensal do benefício de aposentadoria de valor mínimo do Regime Geral de Previdência Social e do benefício de prestação continuada da Assistência Social.	Apensado ao PL 6892/2010, rejeitado na Cidoso em 06/11/2019.
29.	PL 890/2011	Marcelo Matos	Altera o Art. 20 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, para estender benefício ao responsável que comprove dedicação integral ao idoso e/ou ao portador de deficiência, beneficiado pela prestação continuada da assistência social.	Apensado ao PL 6892/2010, rejeitado na Cidoso em 06/11/2019.
30.	PL 5933/2013	Eduardo Barbosa	Insere §§ 11 e 12 ao art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais para caracterização da incapacidade para prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa.	Apensado ao PL 6892/2010, rejeitado na Cidoso em 06/11/2019.
31.	PL 270/2015	Conceição Sampaio	Altera o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e o art. 34 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para estender o benefício de prestação continuada ao idoso em internação domiciliar.	Apensado ao PL 6892/2010, rejeitado na Cidoso em 06/11/2019.
32.	PL 9336/2017	Cleber Verde	Alterar a redação do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Trata de benefício de prestação continuada à pessoa com deficiência permanente ou temporária, total ou parcial.	Apensado ao PL 6892/2010, rejeitado na Cidoso em 06/11/2019.
33.	PL 298/2019	Rubens Otoni	Altera dispositivo da Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para estender o benefício assistencial de um salário mínimo aos portadores de marca-passo cardíaco.	Apensado ao PL 6892/2010, rejeitado na Cidoso em 06/11/2019.
34.	PL 9684/2018	Francisco Floriano	"Altera a Lei nº 8.742, de 07 de Dezembro de 1992 que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, para dispor sobre a concessão do Benefício de Prestação Continuada".	Apensado ao PL 6892/2010, aprovado na Cidoso em 06/11/2019.
35.	PL 5882/2013	Fábio Souto	Dispõe sobre o Programa Auxílio Idosos e dá outras providências.	Apensado ao PL 6892/2010, rejeitado na Cidoso em 06/11/2019.
36.	PL 10958/2018	Patrus Ananias	Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para incluir o art. 21-B, que cria e disciplina auxílio a ser pago ao idoso e à pessoa com deficiência beneficiários da prestação de que trata o art. 20 da referida lei, que necessitem de cuidados para o exercício de atividades básicas da vida diária, na hipótese de internação hospitalar.	Apensado ao PL 6892/2010, rejeitado na Cidoso em 06/11/2019.
37.	PL 5724/2013	Jaqueline Roriz	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, para estabelecer a concessão de adicional mensal ao benefício previsto no art. 20, § 3º, da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, pago ao idoso que conte com oitenta anos ou mais de idade.	Apensado ao PL 6892/2010, rejeitado na Cidoso em 06/11/2019.
38.	PL 9246/2017	Marcelo Aro	Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.	Apensado ao PL 6892/2010, aprovado na Cidoso em 06/11/2019.
39.	PL 1402/2015	Expedito Netto	Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre a concessão de abono especial ao responsável legal do portador de deficiência receptor de benefício de prestação continuada.	Apensado ao PL 6892/2010, rejeitado na Cidoso em 06/11/2019.
40.	PL 1764/2015	Vitor Lippi	Inclui art. 21-B à Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre a concessão de abono especial à mãe da pessoa com deficiência grave e dependência.	Apensado ao PL 6892/2010, rejeitado na Cidoso em 06/11/2019.
41.	PL 2153/2015	Marcelo Belinati	Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, incluindo a alínea "f" no inciso I, do seu art. 2º e alterando a redação de seu art. 20 para garantir àquele que tem sob seu cuidado pessoa com deficiência, da qual resulte total falta de autonomia, o pagamento de benefício mensal, tendo em vista a impossibilidade daquele de empreender atividade produtiva.	Apensado ao PL 6892/2010, rejeitado na Cidoso em 06/11/2019.



Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	PROPOSIÇÃO PRINCIPAL
42.	PL 4117/2015	Marcelo Belinati	Altera o Art. 20 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, para estender benefício ao responsável, em forma de pensão, que comprove que teve dedicação integral ao portador de deficiência já falecido, beneficiado pela prestação continuada da assistência social.	Apensado ao PL 6892/2010, rejeitado na Cidoso em 06/11/2019.
43.	PL 4695/2019	Pedro Uczaí	Acrescenta §§ 14 e 15 ao art. 20 e altera o §1º do art. 21 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para assegurar o benefício de prestação continuada à pessoa que tenha exercido a atividade de cuidado sem remuneração de pessoa idosa ou pessoa com deficiência em situação de dependência que percebia o referido benefício.	Apensado ao PL 6892/2010, rejeitado na Cidoso em 06/11/2019.
44.	PL 736/2019	Felipe Carreras	Institui a Política Nacional de Reconhecimento e Valorização do Cuidador com Laços Afetivos.	Apensado ao PL 6892/2010, rejeitado na Cidoso em 06/11/2019.
45.	PL 5206/2013	Flávia Morais	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso.	Apensado ao PL 2759/2011, aprovado na Cidoso em 20/11/2019.
46.	PL 6972/2013	Manoel Junior	Dá nova redação ao art. 71 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que "Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências."	Apensado ao PL 2759/2011, rejeitado na Cidoso em 20/11/2019.
47.	PL 1829/2015	Marcos Reategui	Altera o Estatuto do Idoso em relação à prioridade na tramitação dos processos judiciais.	Apensado ao PL 2759/2011, aprovado na Cidoso em 20/11/2019.

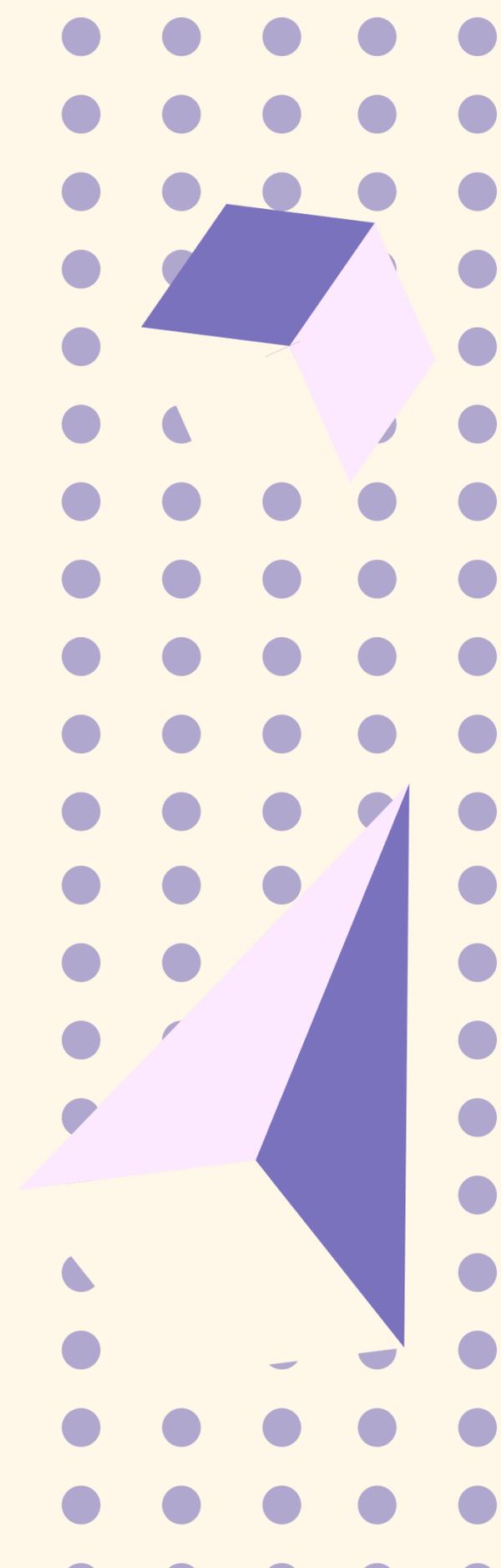
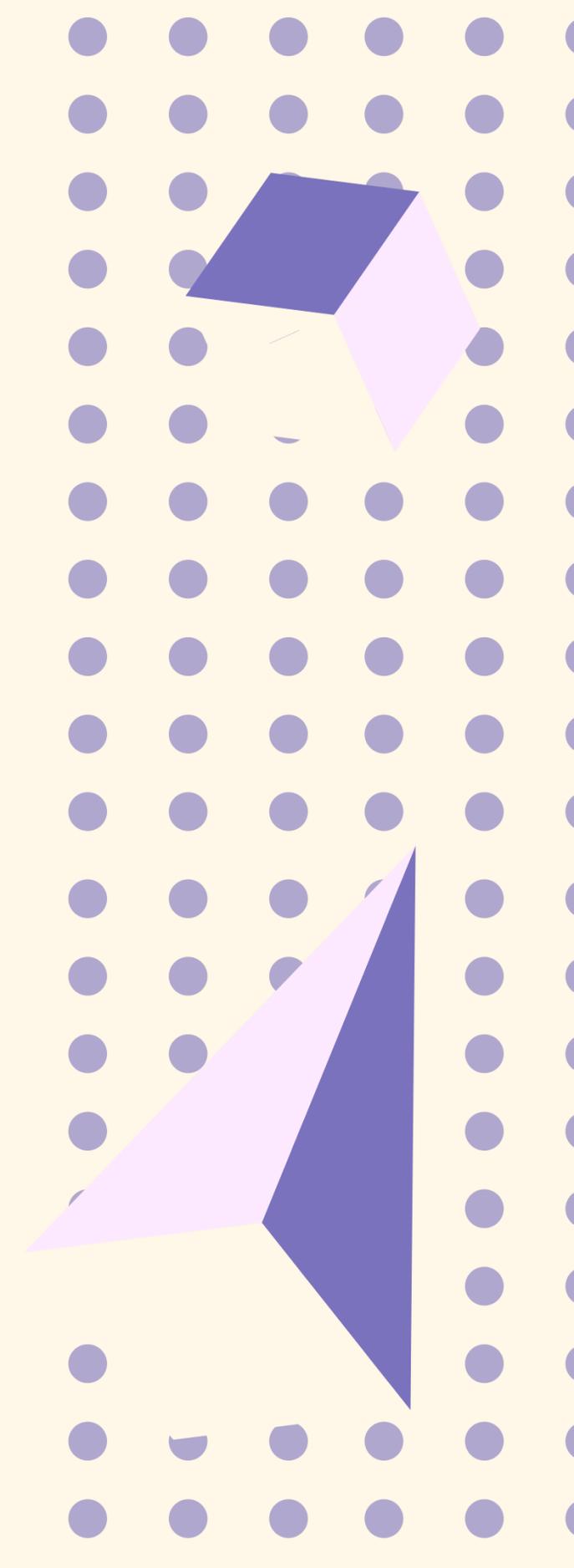
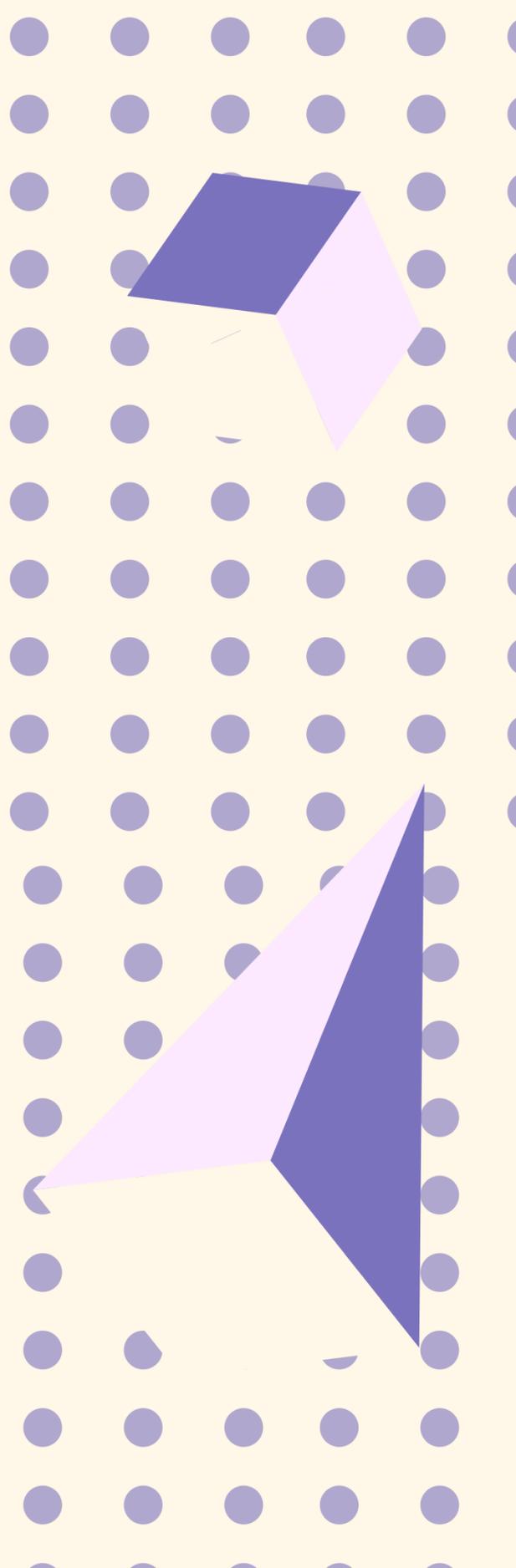


Tabela 3. Proposições Principais Pendentes de Apreciação na Comissão

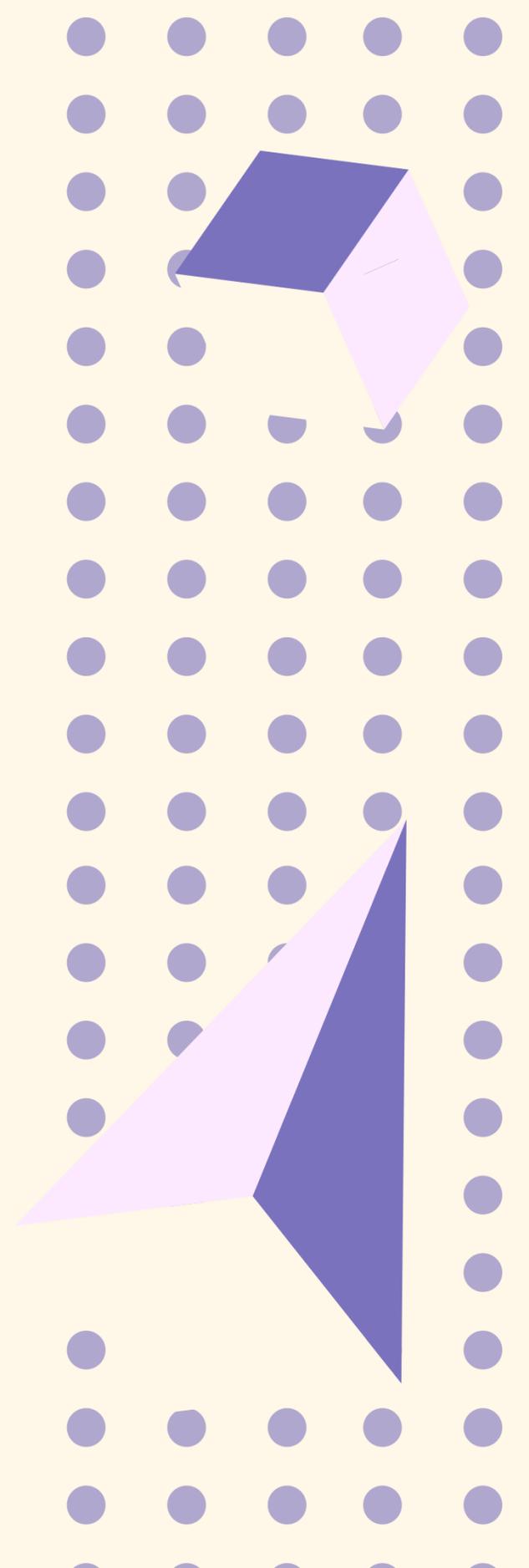
Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	SITUAÇÃO
1.	PL 2567/2011 PL 5668/2009 PL 10466/2018 PL 5693/2009 PL 6552/2009 PL 6951/2010 PL 7389/2010 PL 1168/2011 PL 2920/2015 PL 5396/2013 PL 7842/2014 PL 8007/2014 PL 1990/2015 PL 7098/2017 PL 2675/2011 PL 2687/2011 PL 3541/2015 PL 4862/2016 PL 6576/2016 PL 3884/2015 PL 8844/2017 PL 5080/2016 PL 7761/2017	Senado Federal – Rodrigo Rollemberg	Altera o § 2º do art. 18 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para ampliar os benefícios previdenciários devidos ao aposentado que retomar ao trabalho.	Denis Bezerra	Pronto para a pauta
2.	PL 2002/2019	Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2013, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, e a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor, para instituir regras especiais para contratos de seguros de vida celebrados por idosos	Gilberto Nascimento	Pronta para Pauta
3.	PDC 425/2016 PDC 426/2016 PDC 866/2017	Angela Albino	Susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, a vigência do Decreto nº 8.805, de 7 de julho de 2016, que "Altera o Regulamento do Benefício de Prestação Continuada, aprovado pelo Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007".		Aguardando designação de relator
4.	PL 1616/2011 PL 5780/2013 PL 7077/2014 PL 7434/2014 PL 277/2019 PL 8641/2017 PL 2215/2019 PL 7315/2014 PL 152/2015 PL 1643/2015 PL 2709/2015 PL 7986/2014 PL 8013/2014 PL 1543/2015 PL 2729/2019 PL 3426/2019 PL 4535/2019 PL 4537/2019	Sueli Vidigal	Dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção de um profissional da área de enfermagem, enfermeiro ou técnico de enfermagem, nas unidades da rede pública de creches e escolas de educação infantil, e dá outras providências.		Aguardando designação de relator



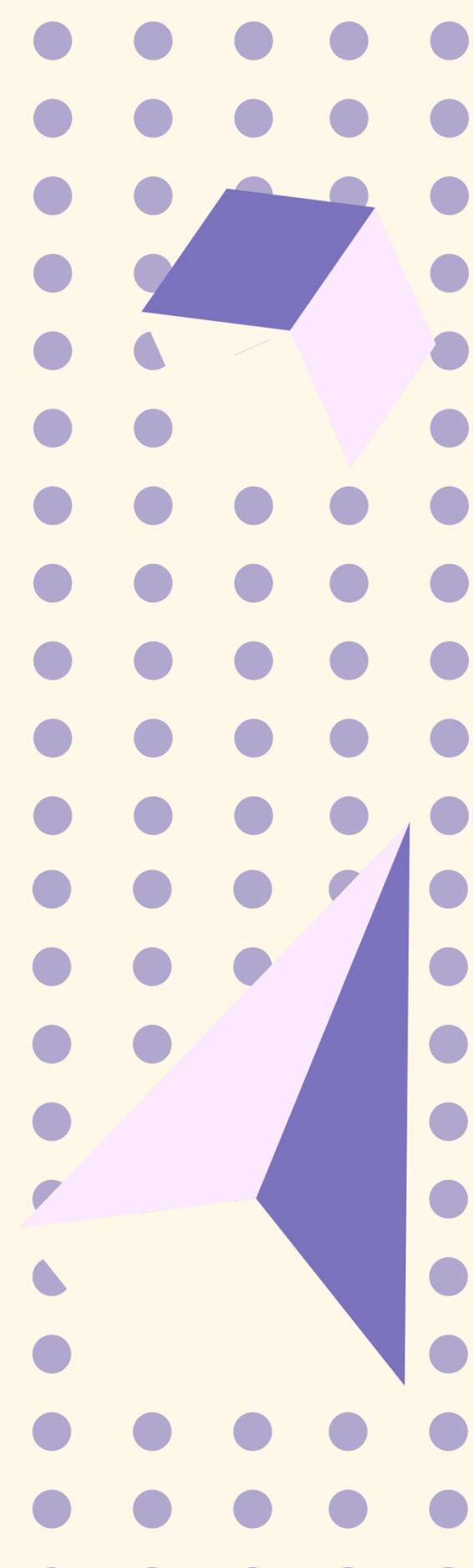
Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	SITUAÇÃO
4.	PL 1616/2011 (cont...) PL 2527/2015 PL 4401/2016 PL 1571/2019 PL 2054/2019 PL 2354/2019 PL 2478/2019 PL 4954/2019 PL 3195/2019 PL 2806/2019 PL 1878/2019 PL 3538/2019 PL 6698/2016 PL 7834/2017 PL 3626/2019 PL 3089/2019 PL 10802/2018 PL 10003/2018 PL 10233/2018	Sueli Vidigal	Dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção de um profissional da área de enfermagem, enfermeiro ou técnico de enfermagem, nas unidades da rede pública de creches e escolas de educação infantil, e dá outras providências.		Aguardando designação de relator
5.	PL 5789/2019	Miguel Lombardi	Dá nova redação ao § 2º, do art. 35, da Lei nº. 10.741, de 01 de outubro de 2003, para o fim de estabelecer critérios que obedçam ao grau de dependência do idoso para a definição do valor da participação deste no custeio das entidades filantrópicas de longa permanência ou caseiros.	Edna Henrique	Aguardando Parecer
6.	PL 10306/2018	Lincoln Portela	Modifica a Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, para permitir que sejam financiados pelo Fundo Nacional do Idoso os projetos destinados a pessoas com deficiência intelectual que curse com envelhecimento precoce.	Marcelo Freixo	Aguardando Parecer
7.	PL 3967/1997 PL 3999/1997 PL 1780/1999 PL 3774/2000 PL 4464/2001 PL 4090/2001 PL 4158/2001 PL 5926/2001 PL 4325/2001 PL 5356/2001 PL 6133/2002 PL 3047/2004 PL 2362/2007 PL 6394/2002 PL 6766/2002 PL 1904/2007 PL 6881/2002 PL 6890/2002 PL 6916/2002 PL 6947/2002 PL 7226/2002 PL 7344/2002 PL 460/2003 PL 770/2003 PL 1296/2003 PL 1312/2003 PL 1421/2003	Arnaldo Faria de Sá	Estende a concessão da gratificação natalina aos que se encontram em gozo da Renda Mensal Vitalícia.	Dr. Frederico	Aguardando Parecer



Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	SITUAÇÃO
7.	PL 3967/1997 (cont...) PL 460/2003 PL 770/2003 PL 1296/2003 PL 1312/2003 PL 1421/2003 PL 1475/2003 PL 1708/2003 PL 2039/2003 PL 2299/2003 PL 3363/2004 PL 3633/2004 PL 3652/2004 PL 3903/2004 PL 4366/2004 PL 4592/2004 PL 4613/2004 PL 4674/2004 PL 5662/2005 PL 5871/2005 PL 5936/2005 PL 6026/2005 PL 5671/2009 PL 7146/2006 PL 7597/2006 PL 380/2007 PL 434/2007 PL 577/2007 PL 682/2007 PL 695/2007 PL 917/2007 PL 918/2007 PL 924/2007 PL 952/2007 PL 1043/2007 PL 1577/2007 PL 1630/2007 PL 1781/2007 PL 1865/2007 PL 1898/2007 PL 1959/2007 PL 1996/2007 PL 3356/2008 PL 2040/2007	Arnaldo Faria de Sá	Estende a concessão da gratificação natalina aos que se encontram em gozo da Renda Mensal Vitalícia.	Dr. Frederico	Aguardando Parecer
8.	PL 6620/2013 PL 7240/2014 PL 596/2019 PL 1463/2019 PL 5199/2019 PL 869/2015 PL 3371/2015 PL 7620/2017 PL 7778/2017 PL 9812/2018 PL 9752/2019 PL 534/2019 PL 10317/2018	Edmar Arruda	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências"; para permitir a realização de doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente - nacional, estadual ou municipal -, referentes ao ano-calendário anterior, até o limite de 6% na data da entrega da declaração do Imposto sobre a Renda no ano-exercício subsequente.	Flávia Morais	Aguardando parecer



Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	SITUAÇÃO
9.	PL 9003/2017 PL 6764/2016	Senado Federal - Paulo Paim	Dispõe sobre o exercício da profissão de gerontólogo, institui o Dia Nacional do Gerontólogo e dá outras providências.	Rosana Valle	Aguardando parecer
10.	PL 402/2019 (Nº Anterior: PL 1313/2011)	Ricardo Tripoli	Institui o Programa Cidade Amiga do Idoso.	Leandre	Aguardando parecer
11.	PL 1691/2019	Jéssica Sales	Dá nova redação ao artigo 23 da lei 10.741, de 01 de outubro de 2003, incluindo o parágrafo único ao referido artigo, para prever a necessidade das salas de cinema, cineclubes, teatros, espetáculos musicais, circenses, e eventos educativos, esportivos, de lazer e de entretenimento, em destinarem, pelo menos, 3% (três por cento) da sua carga de ingressos para o acesso gratuito do idoso com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários mínimos.	Reginaldo Lopes	Aguardando parecer
12.	PL 2555/2019	Célio Studart	Fixa redução no pagamento de taxas por idosos.	Fred Costa	Aguardando parecer
13.	PL 2798/2019	Gustinho Ribeiro	Altera a Lei no 10.741, de 1o de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso, para incluir o turismo como direito prioritário do idoso e o dever do poder público em estimular o turismo dos idosos.	Lídice da Mata	Aguardando parecer
14.	PL 3096/2019 PL 5587/2019	Vinicius Farah	Institui o sistema de hipoteca reversa para pessoas consideradas idosas amparadas pelo Código do Idoso.	Leandre	Aguardando parecer
15.	PL 3608/2019	Ossesio Silva	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para tornar obrigatória a afixação de placa em órgãos e entidades públicos e privados prestadores de serviços à população com aviso relativo a infrações e crimes contra o idoso.	Eros Biondini	Aguardando parecer
16.	PL 3990/2019	Juninho do Pneu	Obriga a prestação de contas e fiscalização dos recursos aplicados em políticas públicas de atendimento ao idoso.	Marcelo Freixo	Aguardando parecer
17.	PL 4066/2019	Vinicius Farah	Autoriza o Poder Executivo a instituir o Serviço Social Autônomo denominado Serviço Nacional de Aprendizagem da Pessoa Idosa.	Dulce Miranda	Aguardando parecer
18.	PL 4170/2019	Roberto de Lucena	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para dispor que a pena para o crime de abuso de incapaz seja aumentada em um terço quando praticado por descendente de primeiro grau de pessoa que sofra de alienação ou debilidade mental.	Geovania de Sá	Aguardando parecer
19.	PL 4188/2019	Roberto de Lucena	Inclui o §8º ao Artigo 15 da lei 10.741 de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso.	Tereza Nelma	Aguardando parecer
20.	PL 4416/2019	Ossesio Silva	Acrescenta o § 2º ao art. 22 da Lei no 13.019, de 31 de julho de 2014, para obrigar a organização da sociedade civil que desenvolve trabalhos destinados ao segmento social e possua mais de cinco atividades ou projetos, a destinar um destes para o público idoso.	Marcelo Freixo	Aguardando parecer
21.	PL 4490/2019	Boca Aberta	Dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento de fraldas descartáveis aos idosos em âmbito nacional.	Eros Biondini	Aguardando parecer
22.	PL 4758/2019	Diego Garcia	Altera o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para excluir do cálculo da renda mensal per capita do Benefício de Prestação Continuada outro benefício assistencial ou previdenciário no valor de um salário mínimo concedido a idoso ou pessoa com deficiência da mesma família.	Rejane Dias	Aguardando parecer



Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	SITUAÇÃO
23.	PL 4766/2019 PL 5070/2019	Denis Bezerra Lídice da Mata	Altera os arts. 6º e 7º da Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, para estabelecer diretrizes a serem observadas na composição dos conselhos nacional, estaduais, do Distrito Federal e municipais do idoso, e dá outras providências.	Leandre	Pronto para pauta
24.	PL 5312/2019	Flávia Arruda	Altera o inciso XV do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, a fim de permitir a movimentação da conta vinculada no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS quando o trabalhador tiver idade igual ou superior a sessenta anos.	Fred Costa	Aguardando Parecer
25.	PL 5383/2019 PL 5628/2019	João Campos	Altera as Leis nº 10.741 de 1º de outubro de 2003 e 10.048, de 8 de novembro de 2000, para mudar de 60 (sessenta) para 65 (sessenta e cinco) anos a idade da pessoa idosa.	Denis Bezerra	Aguardando Parecer
26.	PL 5663/2019	Lourival Gomes	Acrescenta § 6ºA ao art. 15 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para assegurar ao idoso enfermo o atendimento domiciliar pela perícia médica do Instituto Nacional do Seguro Social no prazo máximo de trinta dias a contar da data do requerimento.	Felício Laterça	Aguardando parecer
27.	PL 3594/1997	Senado Federal - Valmir Campelo	Altera dispositivos da Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências.	Reginaldo Lopes	Pronto para Pauta
28.	PL 1418/2007 PL 2503/2007 PL 2791/2008 PL 2967/2008 PL 3107/2008 PL 3315/2008 PL 1619/2011 PL 7243/2014 PL 7258/2014 PL 7580/2014 PL 6198/2016 PL 7408/2017 PL 1485/2015 PL 1893/2015 PL 3241/2015 PL 7409/2017 PL 9636/2018 PL 1285/2019 PL 2340/2019 PL 1981/2019 PL 3798/2015 PL 9637/2018 PL 3780/2019 PL 3783/2019 PL 3799/2015 PL 9256/2017	Antonio Carlos Mendes Thame; Luiz Carlos Haully	Altera a tributação dos rendimentos financeiros percebidos por beneficiário residente ou domiciliado no exterior, revoga os arts. 1º e 3º da Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, e dá outras providências.	Denis Bezerra	Pronto para Pauta
29.	PL 4229/2015 PL 9441/2017 PL 519/2019 PL 964/2019 PL 2512/2019 PL 1127/2019	Marcelo Belinati	Acrescenta novo parágrafo segundo ao art. 171 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (código penal), para aumentar as penas daqueles que cometem estelionatos que impliquem em endividamento das vítimas, venda de bens ou saque de qualquer tipo de aplicação financeira.	Tereza Nelma	Pronta para Pauta
30.	PL 6013/2019	Senado Federal – Simone Tebet	Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para estabelecer prioridade escalonada em favor dos demais idosos.	Rosana Valle	Aguardando Parecer

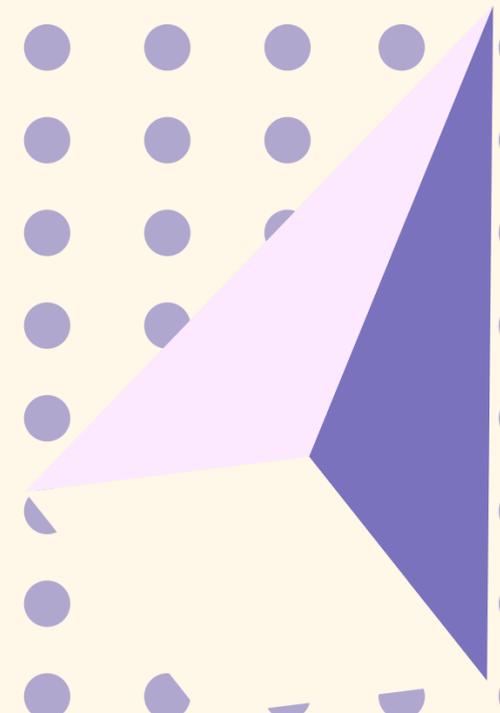
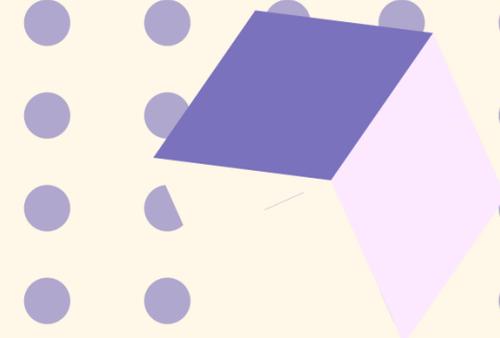
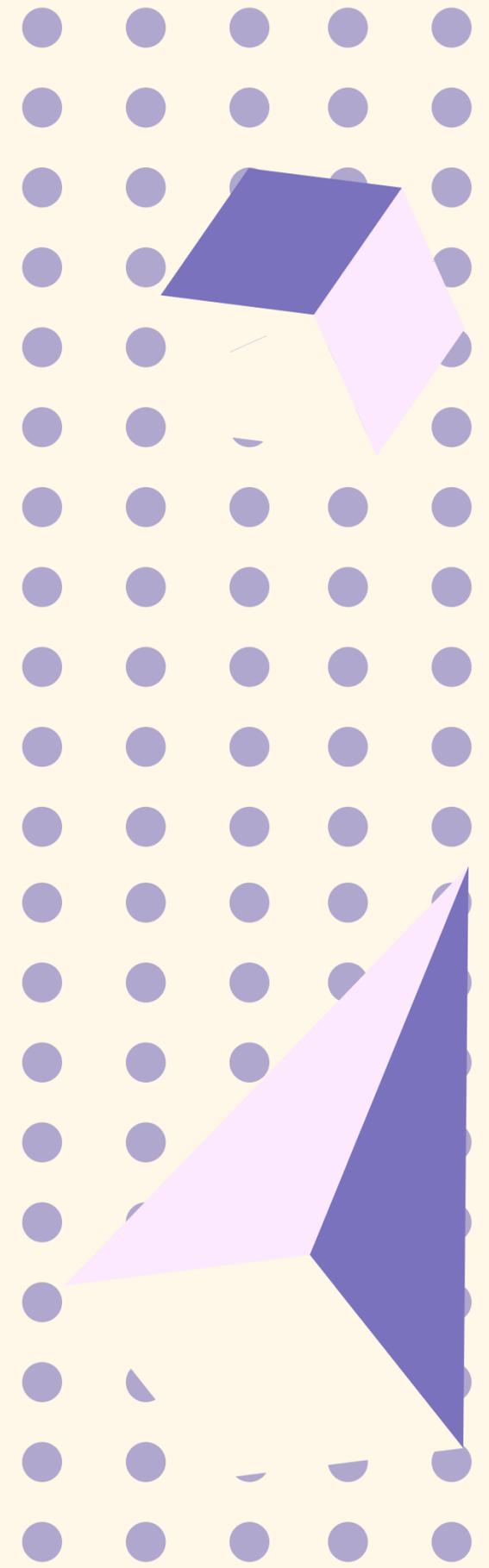
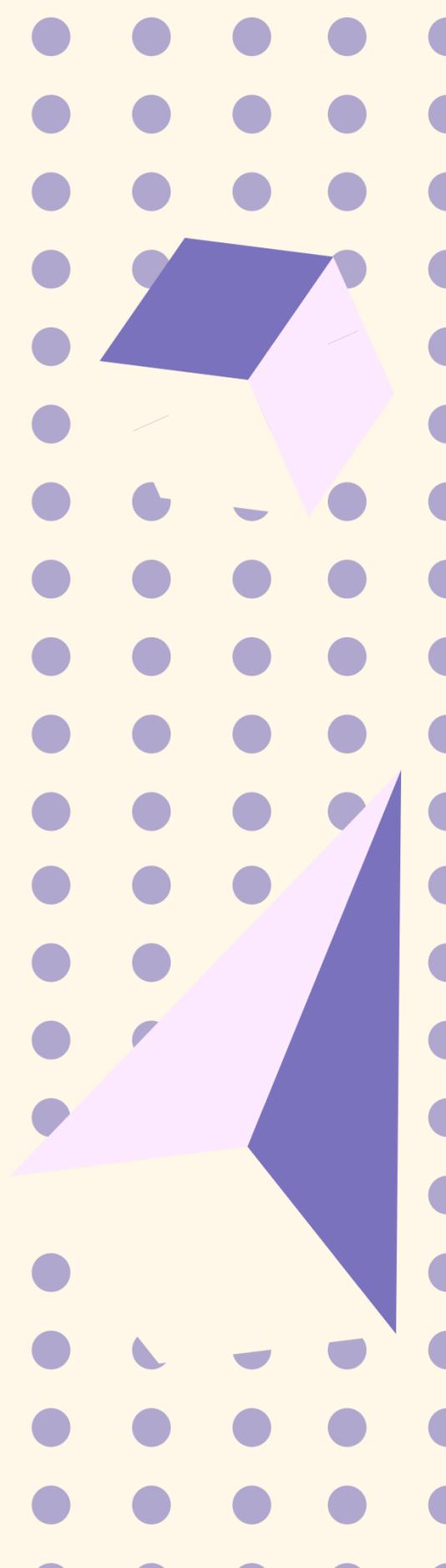


Tabela 4. Proposições Pendentes de Apreciação na Comissão – Apensados

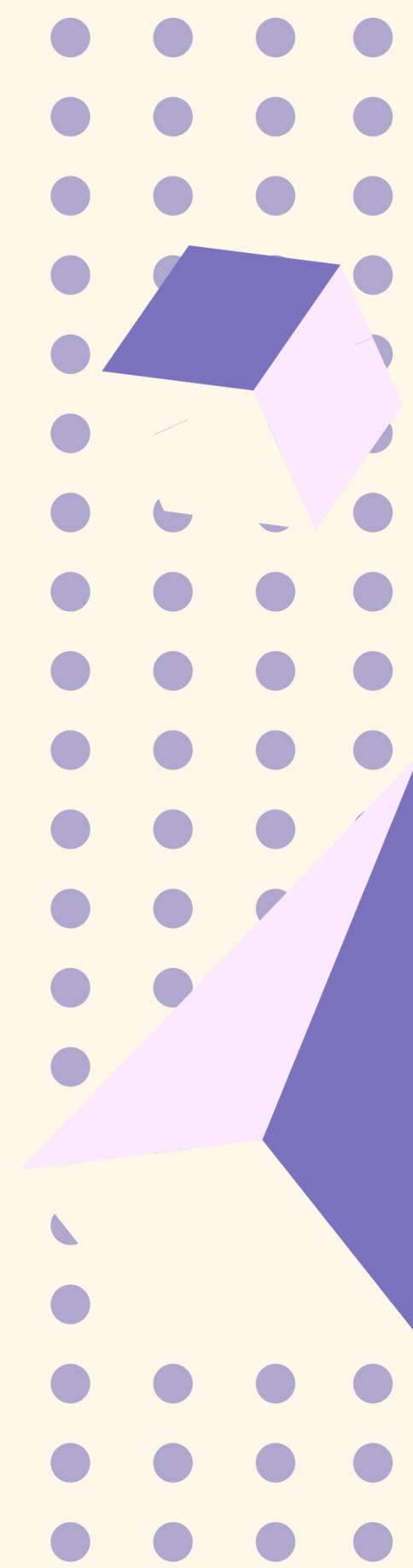
Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	PROPOSIÇÃO PRINCIPAL
1.	PL 2503/2007	Renato Molling	Revoga os arts. 1º e 3º da Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, e dá outras providências..	Apensado ao PL 1418/2007.
2..	PL 2791/2008	João Dado	Altera o imposto de renda sobre os resultados positivos (ganhos de capital) auferidos por residentes ou domiciliados no exterior nas operações com ações ou índices de ações realizadas nas bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas, revoga o § 1º do art. 81 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, e dá outras providências.	Apensado ao PL 1418/2007.
3..	PL 2967/2008	Adão Preto	Altera o art. 1º da Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006 e dá outras providências..	Apensado ao PL 1418/2007.
4.	PL 3107/2008	Luciana Genro Chico Alencar Ivan Valente	Revoga a Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006.	Apensado ao PL 1418/2007.
5.	PL 3315/2008	Rebecca Garcia	Altera a tributação dos rendimentos financeiros percebidos por beneficiário residente ou domiciliado no exterior, revoga os arts. 1º e 3º da Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, e dá outras providências.	Apensado ao PL 1418/2007.
6.	PL 1619/2011	Carlos Souza	Dispõe sobre a tributação dos lucros ou dividendos pagos ou creditados pelas pessoas jurídicas e dos ganhos de capital a que se refere o § 1º do art. 81 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995; estabelece o tratamento tributário aplicável ao empresário individual que preste serviços com exclusividade a pessoa jurídica; e altera a alíquota do imposto de renda incidente sobre rendimentos produzidos por títulos públicos ou auferidos na aplicação em fundos de investimento, quando pagos, creditados, entregues ou remetidos a beneficiário residente ou domiciliado no exterior, de que tratam os arts. 1º e 3º da Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006.	Apensado ao PL 1418/2007.
7.	PL 7243/2014	Fábio Reis	Reduz a zero a alíquota do IRPF incidente sobre rendimentos provenientes de aposentadorias e pensões auferidos no País por pessoas físicas residentes ou domiciliadas no exterior.	Apensado ao PL 1418/2007.
8.	PL 7258/2014	Rubens Bueno	Inclui parágrafo único ao art. 7º da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, estabelecendo isenção de imposto de renda para contribuintes maiores de sessenta e cinco anos que residam no exterior.	Apensado ao PL 1418/2007.
9.	PL 7580/2014	Esperedião Amin	Isenta do Imposto sobre a Renda rendimentos provenientes de aposentadorias e pensões auferidos no País por pessoas físicas residentes ou domiciliadas no exterior	Apensado ao PL 1418/2007.
10.	PL 6198/2016	Eduardo Barbosa Otávio Leite	Altera o art. 7º Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, para alterar a tributação sobre rendimentos pagos a beneficiários da Previdência Social residentes ou domiciliadas no exterior.	Apensado ao PL 1418/2007.
11.	PL 7408/2017	Mara Gabrielli	Estende aos contribuintes residentes no exterior a isenção do Imposto de Renda concedida a rendimentos de aposentadora e pensão recebidos por pessoas portadoras de moléstias graves.	Apensado ao PL 1418/2007.
12.	PL 7580/2014	Esperedião Amin	Isenta do Imposto sobre a Renda rendimentos provenientes de aposentadorias e pensões auferidos no País por pessoas físicas residentes ou domiciliadas no exterior	Apensado ao PL 1418/2007.
13.	PL 1485/2015	Afonso Florence e outros	Altera a Lei n.º 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a incidência de imposto de renda sobre a distribuição de lucros e dividendos pagos e creditados pelas pessoas jurídicas e sobre juros pagos e creditados a título de capital próprio, e a Lei n.º 11.312, de 27 de 2006, que dispõe o imposto de renda sobre rendimentos de títulos públicos adquiridos por investidores estrangeiros.	Apensado ao PL 1418/2007.
14.	PL 1893/2015	Luiza Erundina	Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que "trata da legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências", para dispor sobre a tributação do imposto de renda sobre o pagamento de juros sobre capital próprio e sobre a distribuição de lucros e dividendos.	Apensado ao PL 1418/2007.



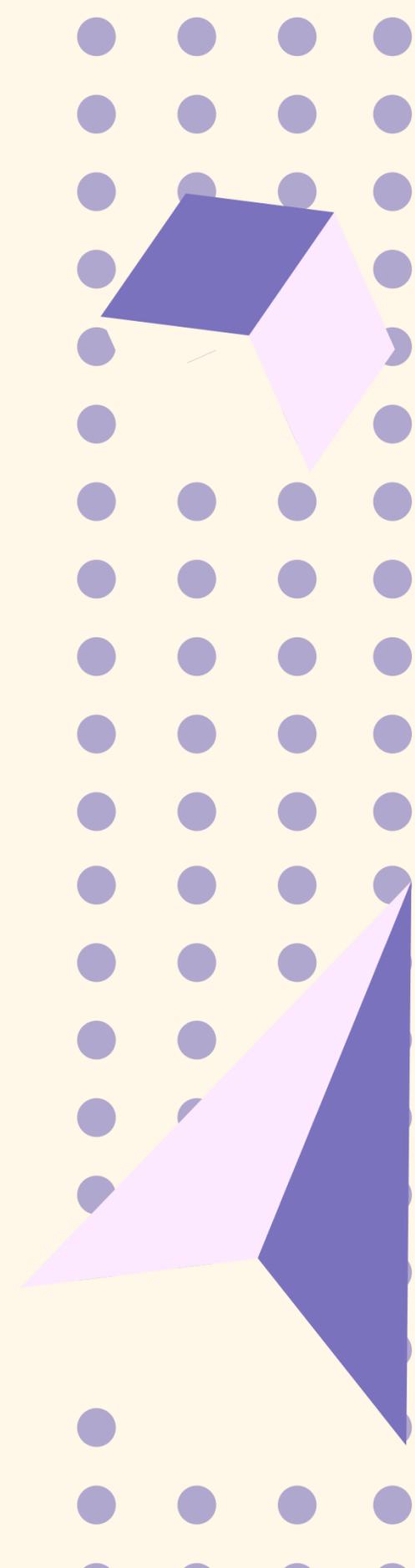
Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	PROPOSIÇÃO PRINCIPAL
15.	PL 7409/2017	Veneziano Vital do Rêgo	Altera a tributação de lucros e dividendos e revoga a possibilidade de dedução de juros sobre capital próprio para fins de apuração do imposto de renda.	Apensado ao PL 1418/2007.
16.	PL 9636/2018	Patrus Ananias	Altera o art. 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para tributar os lucros e dividendos recebidos de pessoas jurídicas.	Apensado ao PL 1418/2007.
17.	PL 3798/2015	Luiza Erundina e outros	Altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para tributar os rendimentos dos acionistas, cotistas e sócios de empresas e bancos oriundos da distribuição de lucros e dividendos, sob a forma de juros sobre o capital próprio - JCP, pelo Imposto de Renda e extinção da permissão legal das empresas e dos bancos abaterem do imposto de renda os pagamentos que efetuaram com JCP.	Apensado ao PL 1418/2007.
18.	PL 9637/2018	Patrus Ananias	Altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para revogar o art. 9 que trata dos juros pagos ou creditados individualmente a titular, sócios ou acionistas, a título de remuneração do capital próprio, calculados sobre as contas do patrimônio líquido recebido por pessoas jurídicas.	Apensado ao PL 1418/2007.
19.	PL 3799/2015	Luiza Erundina e outros	Altera a Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, para extinguir o benefício fiscal que reduz a zero a alíquota do imposto de renda incidente sobre os rendimentos produzidos por títulos públicos adquiridos quando resgatados ou remetidos ao exterior.	Apensado ao PL 1418/2007.
20.	PL 9256/2017	Carlos Bezerra	Altera a Lei no 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para definir que a isenção do imposto de renda aplica-se à distribuição de lucros e dividendos com base nos resultados apurados segundo os novos métodos e critérios contábeis, utilizados a partir da vigência da Lei no 11.638, de 28 de dezembro de 2007.	Apensado ao PL 1418/2007.
21.	PL 1285/2019	Rogério Correia	Dispõe sobre a incidência de imposto de renda sobre juros pagos e creditados individualmente a titular, sócios ou acionistas a título de capital próprio, sobre a distribuição de lucros e dividendos pagos e creditados pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado.	Apensado ao PL 1418/2007.
22.	PL 2340/2019	Reginaldo Lopes	Altera a lei 9249 de 26 de dezembro de 1995 e a Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006 criando a incidência de imposto de renda sobre a distribuição de lucros e dividendos pagos e creditados pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado.	Apensado ao PL 1418/2007.
23.	PL 3783/2019	Roberto de Lucena	Altera a Lei nº 9.249, de 1995, para instituir a tributação sobre a distribuição de lucros e dividendos pelas empresas.	Apensado ao PL 1418/2007.
24.	3780/2019	Gleisi Hoffmann	Altera as Lei 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para extinguir a faculdade de a pessoa jurídica tributada com base no lucro real deduzir os juros sobre o capital próprio na apuração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.	Apensado ao PL 1418/2007.
25.	3783/2019	Roberto de Lucena	Altera a Lei nº 9.249, de 1995, para instituir a tributação sobre a distribuição de lucros e dividendos pelas empresas.	Apensado ao PL 1418/2007.
26.	PL 9441/2017	Moses Rodrigues	Altera o art.171 do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal para estabelecer como causa especial de aumento de pena a prática do estelionato pelo meio eletrônico.	Apensado ao PL 4229/2015.
27.	PL 1127/2019	Capitão Wagner	Altera o Decreto 2.848, de 7 de dezembro de 1940, a fim de aumentar a pena do crime de Estelionato.	Apensado ao PL 4229/2015.
28.	PL 519/2019	Lincoln Portela	Estabelece agravante para o crime de estelionato.	Apensado ao PL 4229/2015.
29.	PL 2512/2019	Hélio Costa	Altera os arts. 171 e 175 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a fim de aplicar a pena em triplo se os crimes de estelionato e fraude no comércio forem praticados contra idoso ou pessoa que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato.	Apensado ao PL 4229/2015.
30.	PL 964/2019	Célio Studart	Altera o Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940, (Código Penal) para triplicar a pena do estelionato cometido contra idosos para a obtenção de empréstimos fraudulentos em seus nomes.	Apensado ao PL 4229/2015.
31.	PL 5668/2009	Celso Maldaner	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para permitir o recálculo da renda mensal do benefício de segurado que permanece ou que retorna a atividade.	Apensado ao PL 2567/2011.



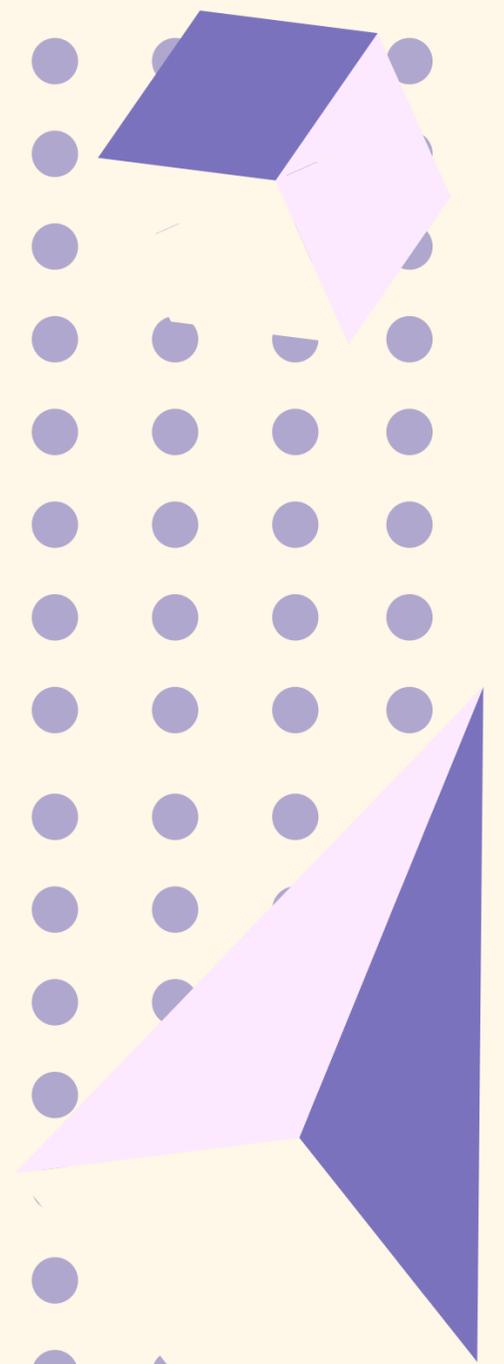
Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	PROPOSIÇÃO PRINCIPAL
32.	PL 5693/2009	Arnaldo Faria de Sá	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para permitir o recálculo do valor da aposentadoria com base no tempo e no valor das contribuições correspondentes a atividades exercidas pelo aposentado do Regime Geral de Previdência Social - RGPS.	Apensado ao PL 2567/2011.
33.	PL 6552/2009	Rodrigo Rollemberg	Altera o art. 18 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para ampliar os benefícios previdenciários devidos ao aposentado que retornar ao trabalho.	Apensado ao PL 2567/2011.
34.	PL 6951/2010	Cleber Verde	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.	Apensado ao PL 2567/2011.
35.	PL 7369/2010	Eduardo Barbosa	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para permitir o recálculo da renda mensal da aposentadoria do segurado que permanece ou retorna à atividade.	Apensado ao PL 2567/2011.
36.	PL 1168/2011	Dr. Ubiali	Altera o art. 18, § 2º, acrescentando o art. 37-A, acrescenta o parágrafo único ao art. 54, modifica o inciso III do art. 96, acrescenta o parágrafo único ao art. 96, todos da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, regulamentando os institutos da Desaposentação e da Despensão.	Apensado ao PL 2567/2011.
37.	PL 2920/2015	Carlos Bezerra	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para conceder ao aposentado que permanece ou retorna à atividade e a seu dependente beneficiário da pensão por morte o direito à renúncia à aposentadoria e ao recálculo da renda mensal do benefício.	Apensado ao PL 2567/2011.
38.	PL 5396/2013	Eduardo Sciarra	Altera as Leis nº 8.212, de 24 de junho de 1991, e nº 8.213, de 24 de junho de 1991, para dar ao segurado a opção de postergar a data de início da aposentadoria e dá outras providências.	Apensado ao PL 2567/2011.
39.	PL 7842/2014	Jaime Martins	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para garantir ao aposentado que permanece ou retorna à atividade o direito à renúncia à aposentadoria e ao recálculo da renda mensal do benefício.	Apensado ao PL 2567/2011.
40.	PL 8007/2014	Arnaldo Faria de Sá	Acrescenta novo período a aposentadoria por tempo de contribuição.	Apensado ao PL 2567/2011.
41.	PL 1990/2015	Fábio Mitidieri	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para estabelecer a garantia do recálculo do benefício do aposentado do Regime Geral de Previdência Social que retorna ou permanece em atividade.	Apensado ao PL 2567/2011.
42.	PL 7098/2017	Tenente Lúcio	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para permitir o recálculo do valor da aposentadoria do segurado que permanecer ou retornar à atividade sujeita ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.	Apensado ao PL 2567/2011.
43.	PL 2675/2011	Senado Federal – João Vicente Claudino	Altera o art. 46 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para possibilitar a suspensão da aposentadoria por invalidez em virtude de retorno voluntário à atividade profissional.	Apensado ao PL 2567/2011.
44.	PL 2687/2011	Luis Tibé	Dá nova redação aos arts. 46 e 47 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.	Apensado ao PL 2567/2011.
45.	PL 3541/2015	Arnaldo Faria de Sá	"Altera o art. 18 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991"	Apensado ao PL 2567/2011.
46.	PL 10466/2018	Norma Ayub	Altera as Leis nº 8.212 e nº 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, para permitir o recálculo da renda mensal do benefício do aposentado que permanece ou retorna à atividade laborativa. Torna facultativa a contribuição do segurado na mesma condição. Permite a devolução das contribuições vertidas se o recálculo não majorar a renda mensal de benefício.	Apensado ao PL 2567/2011.
47.	PL 4862/2016	Diego Andrade	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre benefício a ser concedido àqueles que permanecerem em atividade mesmo após cumpridos os requisitos para aposentadoria por idade ou por tempo de contribuição no âmbito do Regime Geral de Previdência Social.	Apensado ao PL 2567/2011.
48.	PL 6576/2016	Fábio Mitidieri	Altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, para especificar os direitos dos aposentados pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS que tornam a exercer atividades profissionais submetidas a este Regime.	Apensado ao PL 2567/2011.



Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	PROPOSIÇÃO PRINCIPAL
49.	PL 3884/2015	Vicentinho	Altera O §4º do art. 12 da Lei nº 8.212 de 24 de junho de 1991, que dispõe sobre a organização da seguridade social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências.	Apensado ao PL 2567/2011.
50.	PL 8844/2017	Benedita da Silva	Altera as Leis nºs 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e 8.212, de 24 de julho de 1991, para isentar do imposto de renda as aposentadorias, as pensões e os rendimentos provenientes de transferência para a reserva remunerada ou reforma, e isentar da contribuição à previdência social o aposentado que exercer atividade abrangida pelo Regime Geral de Previdência Social.	Apensado ao PL 2567/2011.
51.	PL 5080/2016	Carlos Bezerra	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a fim de dispor sobre a garantia de emprego do trabalhador contratado por prazo determinado ou aposentado que permaneça ou retorne ao mercado de trabalho como empregado.	Apensado ao PL 2567/2011.
52.	PL 7761/2017	Rubens Pereira Júnior	Revoga o § 2º do artigo 18 da Lei 8.213 de 24 de julho de 1991 e renumera o § 3º desse mesmo artigo.	Apensado ao PL 2567/2011.
53.	PDC 426/2016	Marco Maia	Susta o Decreto 8805 de 07 de julho de 2016 que altera o Regulamento do Benefício de Prestação Continuada, aprovado pelo Decreto no 6.214, de 26 de setembro de 2007.	Apensado ao PDC 425/2016
54.	PDC 866/2017	Rafael Motta	Susta a aplicação do art. 12 do Anexo ao Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007, com a redação dada pelo Decreto nº 8.805, de 7 de julho de 2016, que dispõe sobre obrigatoriedade de inscrição no CadÚnico para manutenção do Benefício de Prestação Continuada.	Apensado ao PDC 425/2016
55.	PL 5780/2013	Anderson Ferreira	Dispõe sobre a obrigatoriedade de implantação de um posto de saúde em cada escola de ensino fundamental e médio.	Apensado ao PL 1616/2011.
56.	PL 7077/2014	Major Fábio	Obriga os estabelecimentos de ensino, creches e unidades de atenção a idosos a oferecer treinamento de primeiros socorros a seus profissionais.	Apensado ao PL 1616/2011.
57.	PL 10233/2018	Victor Mendes	Dispõe sobre a obrigatoriedade de ministração de cursos de prevenção a acidentes e primeiros socorros aos monitores de todas as escolas, primárias e creches públicas ou particulares e orfanatos em todo o território nacional.	Apensado ao PL 1616/2011.
58.	PL 7434/2014	Heuler Cruvinel	Torna obrigatório o curso de prevenção de acidentes e primeiros socorros em todas as escolas e creches públicas em todo o território brasileiro.	Apensado ao PL 1616/2011.
59.	PL 277/2019	Rubens Otoni	Torna obrigatória a realização de curso de prevenção de acidentes e primeiros socorros em todas as escolas e creches públicas em todo o território brasileiro."	Apensado ao PL 1616/2011.
60.	PL 8641/2017	Nivaldo Albuquerque	Dispõe sobre a obrigatoriedade de ensino de primeiros socorros aos profissionais que atuam em estabelecimentos de educação infantil e ensino fundamental.	Apensado ao PL 1616/2011.
61.	PL 2215/2019	Magda Mofatto	Torna obrigatório o curso de prevenção de acidentes e primeiros socorros em todas as escolas e creches públicas em todo o território brasileiro.	Apensado ao PL 1616/2011.
62.	PL 7315/2014	Luiz de Deus	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de ambulatórios para pronto atendimento de primeiros socorros, com a permanência mínima de um profissional da área de enfermagem em cada estabelecimento de ensino da educação básica.	Apensado ao PL 1616/2011.
63.	PL 152/2015	Félix Mendonça Júnior	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de ambulatórios em universidades públicas e particulares na forma que especifica, e dá outras providências..	Apensado ao PL 1616/2011.
64.	PL 1643/2015	Roberto Brito	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de ambulatórios para pronto atendimento de primeiros socorros, com a permanência mínima de um profissional da área de saúde em cada estabelecimento de ensino da educação.	Apensado ao PL 1616/2011.
65.	PL 2709/2015	Aureo	Torna obrigatória a existência de enfermagem e a permanência de técnico de enfermagem em estabelecimentos de ensino que atendam a quinhentos ou mais alunos.	Apensado ao PL 1616/2011.



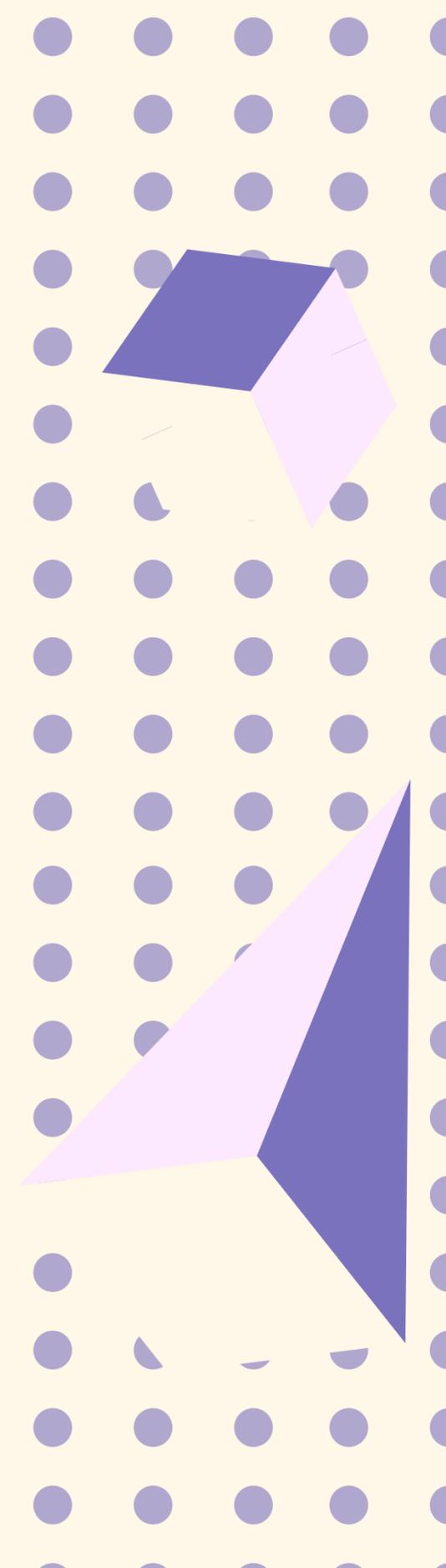
Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	PROPOSIÇÃO PRINCIPAL
66.	PL 7986/2014	Vitor Paulo	Dispõe sobre a criação do Programa Creche Saudável visando propiciar o acompanhamento médico, nutricional e psicológico para crianças nas creches públicas e comunitárias	Apensado ao PL 1616/2011.
67.	PL 8013/2014	Dr. Jorge Silva e Norma Ayub	Dispõe sobre a assistência psicológica ao educando da educação básica.	Apensado ao PL 1616/2011.
68.	PL 1543/2015	Dr. Jorge Silva e Norma Ayub	Inserir dispositivo na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de forma a dispor sobre a obrigação de que as redes públicas de educação básica contem com serviços de apoio técnico de psicologia para atender as necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação.	Apensado ao PL 1616/2011.
69.	PL 2729/2019	Professora Dayane Pimental	Acrescenta inciso ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", para fixar o dever do Estado com a oferta de atendimento psicológico e socioassistencial no âmbito da educação básica.	Apensado ao PL 1616/2011.
70.	PL 3426/2019	José Ricardo	Acrescenta parágrafo único ao art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (estabelece as diretrizes e bases da educação nacional), para assegurar, nos estabelecimentos de ensino, da rede pública e privada de educação básica, a atuação profissional de assistentes sociais, psicólogos (as) e nutricionistas.	Apensado ao PL 1616/2011.
71.	PL 4535/2019	Célio Studert	Institui o programa de incentivo à presença dos assistentes sociais nas escolas	Apensado ao PL 1616/2011.
72.	PL 4537/2019	Marreca Filho	Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas Escolas públicas de educação básica..	Apensado ao PL 1616/2011.
73.	PL 2527/2015	Marcelo Álvaro Antônio	Institui a obrigatoriedade de atendimento psicológico nas escolas de educação básica, fundamental e ensino médio..	Apensado ao PL 1616/2011.
74.	PL 4401/2016	Alan Rick	Dispõe sobre a oferta de atendimento psicológico para os professores que atuam nas redes públicas de educação básica.	Apensado ao PL 1616/2011.
75.	PL 1571/2019	Célio Studart	Institui, em todo o território nacional, o programa de incentivo à presença de psicólogos e psicopedagogos nas escolas.	Apensado ao PL 1616/2011.
76.	PL 2054/2019	Otoni de Paula	Acrescenta o artigo 28-A à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação.	Apensado ao PL 1616/2011.
77.	PL 2354/2019	Enéias Reis	Acrescenta artigo à Lei nº 9.394, de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a obrigatoriedade de acompanhamento do processo educacional escolar por profissional da psicologia da educação.	Apensado ao PL 1616/2011.
78.	PL 2478/2019	Julian Lemos	Designa a obrigatoriedade de psicólogo educacional em todas as instituições de ensino no país.	Apensado ao PL 1616/2011.
79.	PL 4954/2019	Célio Studart	Determina que as escolas das redes públicas e privadas deverão prestar acompanhamento psicopedagógico a alunos diagnosticados com TDAH e depressão	Apensado ao PL 1616/2011.
80.	PL 3195/2019	Rosana Valle	Acrescente-se o artigo 28-A na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação para dispor sobre o atendimento psicopedagógico nas instituições de ensino.	Apensado ao PL 1616/2011.
81.	PL 2806/2019	Gustinho Ribeiro	Determina a presença de psicólogos em escolas de ensino fundamental da rede pública.	Apensado ao PL 1616/2011.
82.	PL 1878/2019	José Medeiros	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para exigir a presença de profissionais da área de psicologia no quadro funcional dos estabelecimentos de educação básica.	Apensado ao PL 1616/2011.



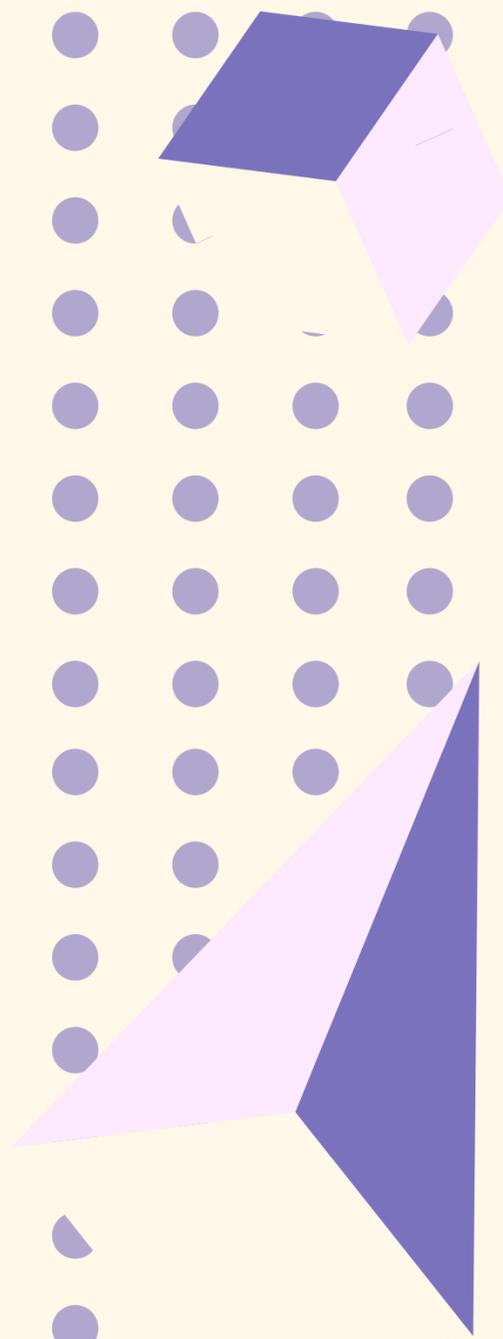
Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	PROPOSIÇÃO PRINCIPAL
83.	PL 10003/2018	Rômulo Gouveia	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para instituir a garantia de exames psicológicos periódicos e atendimento psicológico e psiquiátrico aos profissionais da educação básica.	Apensado ao PL 1616/2011.
84.	PL 3538/2019	Edna Henrique	Acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade da prestação de assistência psicológica aos alunos da educação básica.	Apensado ao PL 1616/2011.
85.	PL 6698/2016	Fernando Torres	Torna obrigatória a presença de profissional da área de Fonoaudiologia em todas escolas públicas e privadas de ensino fundamental.	Apensado ao PL 1616/2011.
86.	PL 7834/2017	Lobbe Neto	Altera o art. 29 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", para tornar obrigatória a presença de pessoa treinada para administrar insulina em estabelecimentos de ensino infantil.	Apensado ao PL 1616/2011.
87.	PL 10802/2018	Irmão Lázaro	Dispõe sobre o Programa de Prevenção e Controle do Diabetes nas crianças e adolescentes matriculados em estabelecimentos públicos de ensino da educação infantil e da educação fundamental.	Apensado ao PL 1616/2011.
88.	PL 3626/2019	Célio Studart	Dispõe que instituições de ensino fundamental e médio em disponham de pessoa treinada para realizar teste de glicemia e administrar insulina em crianças e adolescentes portadores de diabetes.	Apensado ao PL 1616/2011.
89.	PL 3089/2019	Felipe Carreras	Estabelece a obrigatoriedade de manutenção de um profissional da área de enfermagem, enfermeiro ou técnico de enfermagem, nas escolas da Educação Básica.	Apensado ao PL 1616/2011.
90.	PL 6764/2016	Roberto de Lucena.	Dispõe acerca da regulamentação da profissão de Gerontólogo. E dá outras providências.	Apensado ao PL 1616/2011.
91.	PL 5587/2019	Angela Amin.	Acresce o Capítulo II-B à Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997.	Apensado ao PL 1616/2011.
92.	PL 5070/2019	Denis Bezerra	Altera a Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, para incluir no seu art. 4º um parágrafo único, vedando o exercício da Presidência do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa - CNDI pelo Ordenador de despesa dos programas e ações financiadas pelo Fundo Nacional do Idoso.	Apensado ao PL 1616/2011.
93.	PL 5628/2016	Bibo Nunes	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, e a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, para redefinir a idade de classificação como pessoa idosa para 65 (sessenta e cinco) anos.	Apensado ao PL 1616/2011.
94.	PL 3999/1997	Euler Ribeiro	Acrescenta § 8º ao art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para estender a gratificação natalina aos que recebem benefício de prestação continuada da assistência social.	Apensado ao PL 1616/2011.
95.	PL 1780/1999	João Fassarella	Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para instituir o abono anual para os idosos e os portadores de deficiência que recebem o benefício assistencial.	Apensado ao PL 1616/2011.
96.	PL 3774/2000	Pompeo de Mattos	Altera a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, dispondo sobre o benefício da prestação continuada à pessoa portadora de deficiência e ao idoso.	Apensado ao PL 1616/2011.
97.	PL 4464/2001	Lincoln Portela	Altera dispositivos da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.	Apensado ao PL 1616/2011.
98.	PL 4090/2001	Paulo Paim	Altera o art. 20 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre o benefício de prestação continuada da Assistência Social aos idosos e aos portadores de deficiência carentes.	Apensado ao PL 3967/1997.
99.	PL 4158/2001	Josué Bengtson	Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para estender às pessoas portadoras de doenças graves o direito ao benefício mensal de que trata o art. 20.	Apensado ao PL 3967/1997.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	PROPOSIÇÃO PRINCIPAL
100.	PL 5926/2001	Eduardo Barbosa	Altera o § 5º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para permitir o pagamento do Benefício de Prestação Continuada a pessoa portadora de deficiência participante de programas de habilitação e reabilitação promovidos por instituições especializadas, e no exercício de atividades de trabalho seletivo, protegido, terapêutico.	Apensado ao PL 3967/1997.
101.	PL 4325/2001	Angela Guadagnin	Acrescenta parágrafo ao art. 20 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, para estender ao cônjuge, ou ao companheiro ou à companheira, o direito ao benefício recebido pelo idoso ou portador de deficiência que vier a falecer.	Apensado ao PL 3967/1997.
102.	PL 5356/2001	Pedro Fernandes	Dá nova redação ao § 1º e acresce § 1º-A ao art. 21, da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 - LOAS, e dá outras providências.	Apensado ao PL 3967/1997.
103.	PL 6133/2002	Lincoln Portela	Altera os art. 20 e art. 22 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que trata do benefício de prestação continuada aos idosos e portadores de deficiência e dos benefícios eventuais da Assistência Social.	Apensado ao PL 3967/1997.
104.	PL 3047/2004	João Mendes de Jesus	Modifica o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para estender o benefício assistencial de um salário mínimo aos portadores da doença de Alzheimer.	Apensado ao PL 3967/1997.
105.	PL 2362/2007	Luiz Carlos Haully	Altera o art. 20 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, para dispor sobre ampliação de regras de concessão de benefício assistencial de prestação continuada.	Apensado ao PL 3967/1997.
106.	PL 6394/2002	Dr. Hélio	Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para instituir o abono anual para o benefício de prestação continuada devido aos idosos e portadores de deficiência.	Apensado ao PL 3967/1997.
107.	PL 6766/2002	Rubens Bueno	Altera o art. 20, caput e seu § 3º, da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, dispondo sobre o benefício da prestação continuada à pessoa portadora de deficiência e ao idoso.	Apensado ao PL 3967/1997.
108.	PL 1904/2007	Cleber Verde	Altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003, que "dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências".	Apensado ao PL 3967/1997.
109.	PL 6881/2002	Hermes Parcianello	Altera o § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que "dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências".	Apensado ao PL 3967/1997.
110.	PL 6890/2002	José Carlos Coutinho	Altera dispositivo da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.	Apensado ao PL 3967/1997.
111.	PL 6916/2002	Inocência Oliveira	Altera o art. 22 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências.	Apensado ao PL 3967/1997.
112.	PL 6947/2002	Marcelo Barbieri	Altera o § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 que "dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências".	Apensado ao PL 3967/1997.
113.	PL 7226/2002	Crescêncio Pereira Jr.	Dá nova redação ao parágrafo 3º do art. 20 e ao art. 22 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993.	Apensado ao PL 3967/1997.
114.	PL 7344/2002	Chico Sardelli	Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que "Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências".	Apensado ao PL 3967/1997.
115.	PL 460/2003	Corauci Sobrinho	Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para estender ao portador da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida - AIDS o benefício de prestação continuada.	Apensado ao PL 3967/1997.
116.	PL 770/2003	Francisca Trindade Maria do Rosário	Altera o valor da renda familiar per capita para auferir a renda mensal vitalícia instituída pela Lei nº 8.742, de 1993, assegura a gratificação natalina aos seus beneficiários e dá outras providências.	Apensado ao PL 3967/1997.

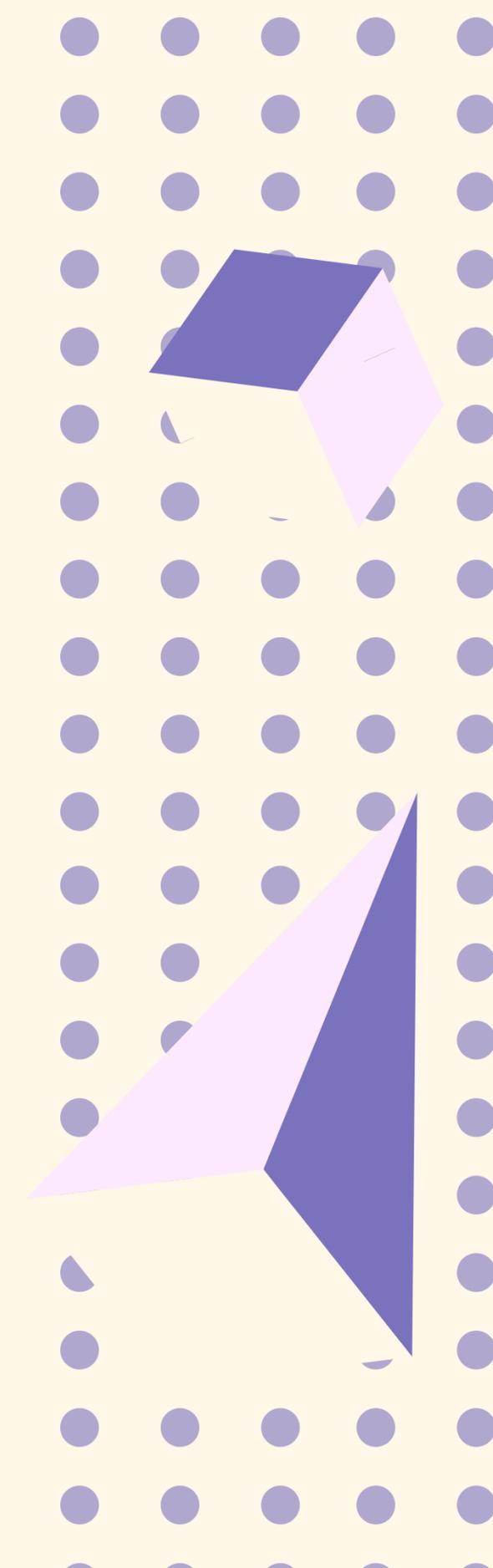
Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	PROPOSIÇÃO PRINCIPAL
117.	PL 1296/2003	Orlando Desconsi	Altera o parágrafo terceiro, do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, dispondo sobre o benefício da prestação continuada à pessoa portadora de deficiência e ao idoso.	Apensado ao PL 3967/1997.
118.	PL 1312/2003	Dr. Rodolfo Pereira	Inclui § 9º ao art. 20 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, para permitir a concessão de renda mensal no valor de um salário mínimo ao responsável legal pelos cuidados diários com o portador de deficiência tetraplégico.	Apensado ao PL 3967/1997.
119.	PL 1421/2003	Rogério Silva	Inclui § 9º ao art. 20 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, para permitir a concessão de abono anual aos portadores de deficiência e idosos.	Apensado ao PL 3967/1997.
120.	PL 1475/2003	Carlos Souza	Altera o § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que "dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências", elevando o limite de renda familiar para a concessão do benefício aos portadores de deficiência e idosos.	Apensado ao PL 3967/1997.
121.	PL 1708/2003	Bispo Rodrigues	Dá nova redação ao parágrafo 3º do art. 20, da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993.	Apensado ao PL 3967/1997.
122.	PL 2039/2003	Ivan Ranzolin	"Altera dispositivos da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que "Dispõe sobre a Organização da Assistência Social, e dá outras providências".	Apensado ao PL 3967/1997.
123.	PL 2299/2003	Carlos Souza	Altera o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que trata do benefício de prestação continuada da Assistência Social aos idosos e aos portadores de deficiência.	Apensado ao PL 3967/1997.
124.	PL 3363/2004	Dr. Heleno	Dispõe sobre a modificação do art. 20 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, visando estender o benefício assistencial de um salário mínimo aos portadores do Mal de Parkinson.	Apensado ao PL 3967/1997.
125.	PL 3633/2004	Milton Cardias	Altera o § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a renda mensal familiar para fins do benefício de prestação continuada da Assistência Social aos idosos e portadores de deficiência carentes.	Apensado ao PL 3967/1997.
126.	PL 3652/2004	Neuton Lima	Altera o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que disciplina a concessão do benefício de prestação continuada da Assistência Social aos idosos e aos portadores de deficiência carentes.	Apensado ao PL 3967/1997.
127.	PL 3903/2004	José Carlos Araújo	Altera dispositivos da lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que " dispõe sobre a Organização da Assistência Social e dá outras providências"	Apensado ao PL 3967/1997.
128.	PL 4366/2004	Zenaldo Coutinho	Altera o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a concessão do benefício de prestação continuada aos idosos e aos portadores de deficiência carentes.	Apensado ao PL 3967/1997.
129.	PL 4592/2004	Dimas Ramalho	Altera a Lei nº 8.742, de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, aumentando de 1/4 do salário mínimo para um salário mínimo a renda máxima mensal de família com deficiente ou idoso.	Apensado ao PL 3967/1997.
130.	PL 4613/2004	Gervásio Silva	Autoriza o Poder Executivo a instituir pensão e dá outras providências.	Apensado ao PL 3967/1997.
131.	PL 4674/2004	Pastor Francisco Olímpio	Dá nova redação ao parágrafo 3º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e dá outras providências.	Apensado ao PL 3967/1997.
132.	PL 5662/2005	Ivo José	Altera o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a Organização da Assistência Social, para instituir nova regra de cálculo da renda familiar per capita para efeito da concessão do benefício de prestação continuada.	Apensado ao PL 3967/1997.
133.	PL 5871/2005	Mário Assad Júnior	Altera a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, para acrescentar art. 21-A dispondo sobre benefício assistencial aos dependentes cujos provedores tenham sido vitimados por crimes de violência.	Apensado ao PL 3967/1997.



Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	PROPOSIÇÃO PRINCIPAL
134.	PL 5936/2005	Yeda Crusius	Altera o art. 21 da Lei nº 8.742, de 1993.	Apensado ao PL 3967/1997.
135.	PL 6026/2005	Jovair Arantes	Altera o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que "dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências", para ampliar a concessão do benefício de prestação continuada ao idoso e à pessoa portadora de deficiência.	Apensado ao PL 3967/1997.
136.	PL 5671/2009	Silvio Lopes	Altera o art. 20 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, para dispor sobre a concessão de benefício assistencial de prestação continuada para pessoa com hiperatividade e epilepsia.	Apensado ao PL 3967/1997.
137.	PL 7146/2006	Orlando Fantazzini	Acrescenta parágrafo ao art. 21 da Lei nº 8.742, de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social.	Apensado ao PL 3967/1997.
138.	PL 7597/2006	Mendonça Prado	Acrescenta ao art. 20 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, o § 9º.	Apensado ao PL 3967/1997.
139.	PL 380/2007	Otávio Leite	Altera o art 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que "dispõe sobre a Organização da Assistência Social e dá outras providências", para dispor sobre a concessão do benefício de prestação continuada.	Apensado ao PL 3967/1997.
140.	PL 434/2007	Cleber Verde	Altera dispositivos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a Organização da Assistência Social e dá outras providências.	Apensado ao PL 3967/1997.
141.	PL 577/2007	Fernando Coruja	Altera o valor da renda familiar mensal per capita para auferir o benefício de prestação continuada instituído pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.	Apensado ao PL 3967/1997.
142.	PL 682/2007	Cleber Verde	Acrescenta § 9º ao art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para estender o pagamento de gratificação natalina ao idoso e ao portador de deficiência que recebam o benefício de prestação continuada.	Apensado ao PL 3967/1997.
143.	PL 695/2007	Jorge Tadeu Mudalen	Altera o art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, para estender os benefícios da LOAS às famílias com renda per capita de até meio salário mínimo.	Apensado ao PL 3967/1997.
144.	PL 917/2007	Sandro Matos	Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização de Assistência Social e dá outras providências, para estender o benefício de prestação continuada ao responsável por pessoa portadora de deficiência.	Apensado ao PL 3967/1997.
145.	PL 918/2007	Cleber Verde	Altera o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para estender a concessão do Benefício de Prestação Continuada à pessoa com deficiência e ao idoso beneficiários de pensão por morte no valor de até um salário mínimo.	Apensado ao PL 3967/1997.
146.	PL 924/2007	Marcelo Serafim	Altera o § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da assistência social.	Apensado ao PL 3967/1997.
147.	PL 952/2007	Dr. Ubiali	Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe "sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências", para estender o benefício de prestação continuada ao responsável por pessoa portadora de deficiência.	Apensado ao PL 3967/1997.
148.	PL 1043/2007	Luiza Erundina	Altera dispositivos da Lei nº 8.742, de 1993, e dá outras providências.	Apensado ao PL 3967/1997.
149.	PL 1577/2007	Uldurico Pinto	Altera o art. 20 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, para dispor sobre acréscimo no valor do benefício assistencial de prestação continuada.	Apensado ao PL 3967/1997.
150.	PL 5936/2005	Yeda Crusius	Altera o art. 21 da Lei nº 8.742, de 1993.	Apensado ao PL 3967/1997.



Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	PROPOSIÇÃO PRINCIPAL
151.	PL 1781/2007	Jorge Tadeu Mudalen	Altera o art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, para permitir ao deficiente um estágio de trabalho de 12 meses sem perda do benefício.	Apensado ao PL 3967/1997.
152.	PL 1865/2007	Cleber Verde	Altera o art. 20 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, para dispor sobre ampliação e regras de concessão de benefício assistencial de prestação continuada.	Apensado ao PL 3967/1997.
153.	PL 1898/2007	Uldurico Pinto	Altera o art. 20 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, para dispor sobre acréscimo no valor do benefício assistencial de prestação continuada.	Apensado ao PL 3967/1997.
154.	PL 1959/2007	Maurício Rands	Altera o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para estabelecer critérios de concessão do Benefício de Prestação Continuada.	Apensado ao PL 3967/1997.
155.	PL 1996/2007	Solange Almeida	Altera o parágrafo 3º e o caput do artigo 20 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, para incluir os portadores de insuficiência renal que dependem de hemodiálise como beneficiários do Benefício de Prestação Continuada.	Apensado ao PL 3967/1997.
156.	PL 3356/2008	Ciro Pedrosa	Altera o art. 20 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, para dispor sobre a concessão de benefício assistencial de prestação continuada para o portador de insuficiência renal crônica.	Apensado ao PL 3967/1997.
157.	PL 2040/2007	Dr. Nechar	Altera o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que trata do benefício de prestação continuada da Assistência Social aos idosos e aos portadores de necessidades especiais.	Apensado ao PL 3967/1997.
158.	PL 2146/2007	Rebecca Garcia	Altera o caput do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e o caput do art. 34 da Lei no 10.741, de 1º de outubro de 2003, para estender o benefício de prestação continuada ao idoso em internação domiciliar.	Apensado ao PL 3967/1997.
159.	PL 2209/2007	Décio Lima	Altera o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para estender o benefício assistencial de um salário mínimo aos portadores de marca-passo cardíaco.	Apensado ao PL 3967/1997.
160.	PL 2847/2008	Jovair Arantes	Altera o art. 20 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, para dispor sobre ampliação e regras de concessão de benefício assistencial de prestação continuada.	Apensado ao PL 3967/1997.
161.	PL 2911/2008	Sebastião Bala Rocha	Altera o art. 20 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, para dispor sobre ampliação de regras de concessão de benefício assistencial de prestação continuada e incluir vítimas de acidentes com embarcações conhecidos como escarpelamentos.	Apensado ao PL 3967/1997.
162.	PL 2963/2008	Rebecca Garcia	Altera o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e o art. 34 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para estender o benefício de prestação continuada ao idoso em internação domiciliar.	Apensado ao PL 3967/1997.
163.	PL 3163/2008	Vanessa Grazziotin	Altera o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para permitir ao deficiente o direito de trabalhar sem a perda do benefício.	Apensado ao PL 3967/1997.
164.	PL 4114/2008	Barbosa Neto	Acrescenta o § 9º ao art. 20 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, conforme a seguinte redação.	Apensado ao PL 3967/1997.
165.	PL 4233/2008	Sandra Rosado	Altera o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para estabelecer critérios de concessão do benefício de prestação continuada.	Apensado ao PL 3967/1997.
166.	PL 4650/2009	Homero Pereira	Altera a redação do art. 22 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, para disciplinar a concessão do auxílio natalidade.	Apensado ao PL 3967/1997.
167.	PL 5196/2009	Antonio Bulhões	Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1.993, que "Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências", para conceder o benefício de prestação continuada também ao familiar responsável pela assistência direta e indispensável ao portador de deficiência.	Apensado ao PL 3967/1997.



Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	PROPOSIÇÃO PRINCIPAL
168.	PL 5248/2009	Luiz Carlos Heinze	Altera o art. 20 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1.993, para dispor sobre a concessão do benefício assistencial de prestação continuada à pessoa com deficiência.	Apensado ao PL 3967/1997.
169.	PL 7240/2014	Antonio Carlos Mendes Thame	Altera a redação dos arts. 260, 260-B e 260-I da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.	Apensado ao PL 6620/2013.
170.	PL 596/2019	Flávia Arruda	Acrescenta §6º ao art. 260 da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.	Apensado ao PL 6620/2013.
171.	PL 1463/2019	Aécio Neves	Altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica das doações realizadas às entidades sem fins lucrativos que prestem serviços de atendimento institucional a crianças e adolescentes.	Apensado ao PL 6620/2013.
172.	PL 5199/2019	Filipe Barros	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para possibilitar às pessoas jurídicas tributadas pelo lucro presumido a dedução do Imposto de Renda devido no que tange às doações feitas aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.	Apensado ao PL 6620/2013.
173.	PL 869/2015	Eliziane Gama	Altera o Art. 260 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) elevando os percentuais de deduções no IRPF para doações ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente.	Apensado ao PL 6620/2013.
174.	PL 3371/2015	Eros Biondini	Altera o art. 260-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para aumentar o limite do percentual de dedução no IRPF para doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente.	Apensado ao PL 6620/2013.
175.	PL 7620/2017	Hugo Leal	Cria o incentivo "Padrinho das Crianças e Adolescentes", destinado a angariar recursos aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, distrital, estaduais ou municipais.	Apensado ao PL 6620/2013.
176.	PL 7778/2017	Luiz Carlos Heinze	Altera o art. 10 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e o art. 260-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para permitir que os contribuintes optantes pelo desconto simplificado possam deduzir do imposto de renda as doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e eleva o limite de dedução dessas doações para seis por cento quando realizadas na Declaração de Ajuste Anual.	Apensado ao PL 6620/2013.
177.	PL 9812/2018	Rogério Peninha Mendonça	Altera a legislação do Imposto de Renda da Pessoa Física - IRPF, para permitir aos contribuintes optantes pelo desconto simplificado a dedução das doações aos Fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso.	Apensado ao PL 6620/2013.
178.	PL 9752/2018	Marcos Rogério	Cria a campanha "Declare seu Amor" de incentivo à doação de parte do imposto de renda das pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 12, inciso I, da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.	Apensado ao PL 6620/2013.
179.	PL 534/2019	Subtenente Gonzaga	Altera o art. 22 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, para permitir que o contribuinte pessoa física possa optar por ter suas doações descontadas da parcela mensal do imposto de renda retido na fonte.	Apensado ao PL 6620/2013.
180.	PL 10317/2018	Herculano Passos	Altera a Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, para autorizar a pessoa física a realizar doações aos fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso diretamente em sua Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda.	Apensado ao PL 6620/2013.

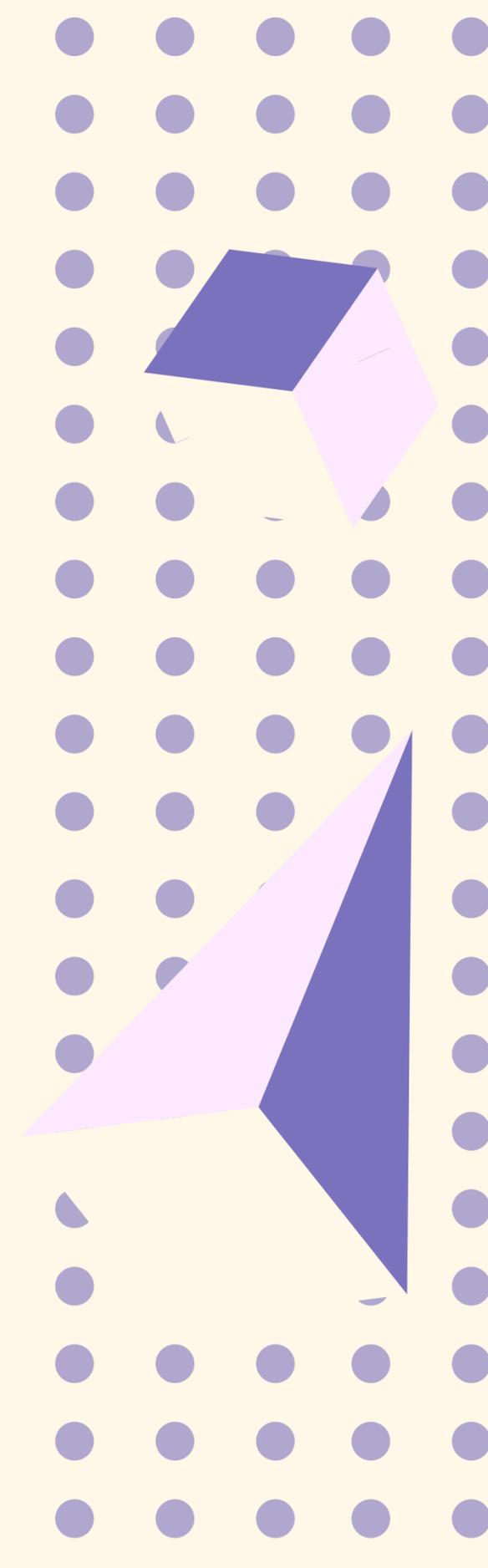
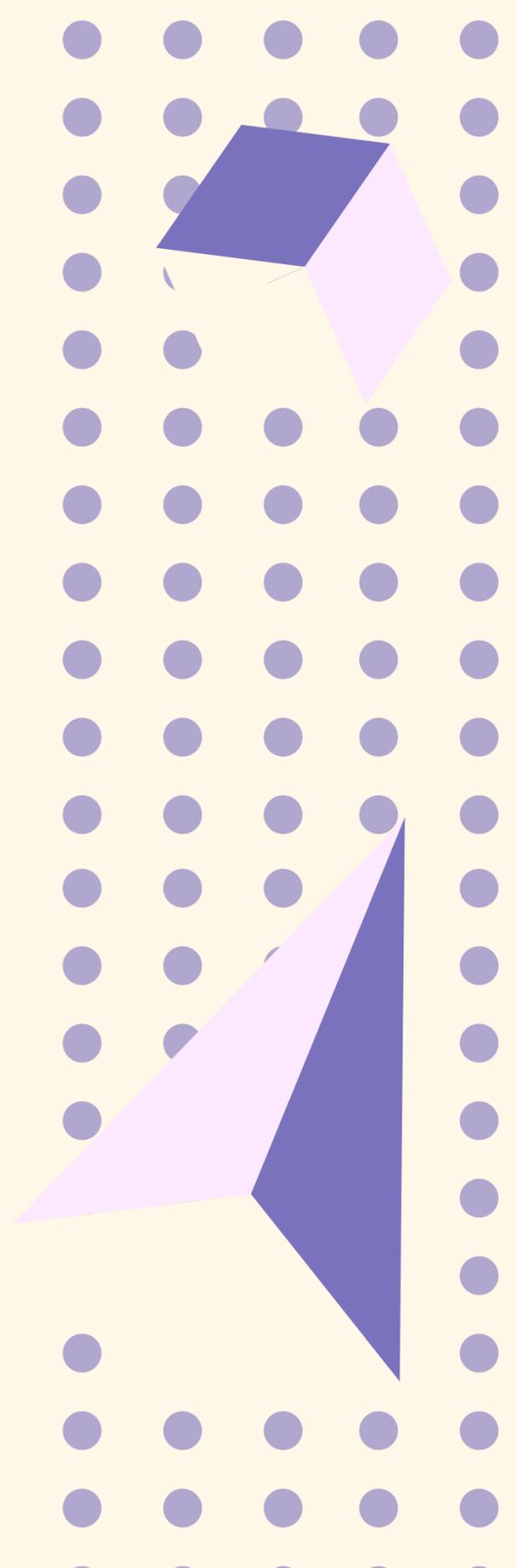


Tabela 5. Requerimentos

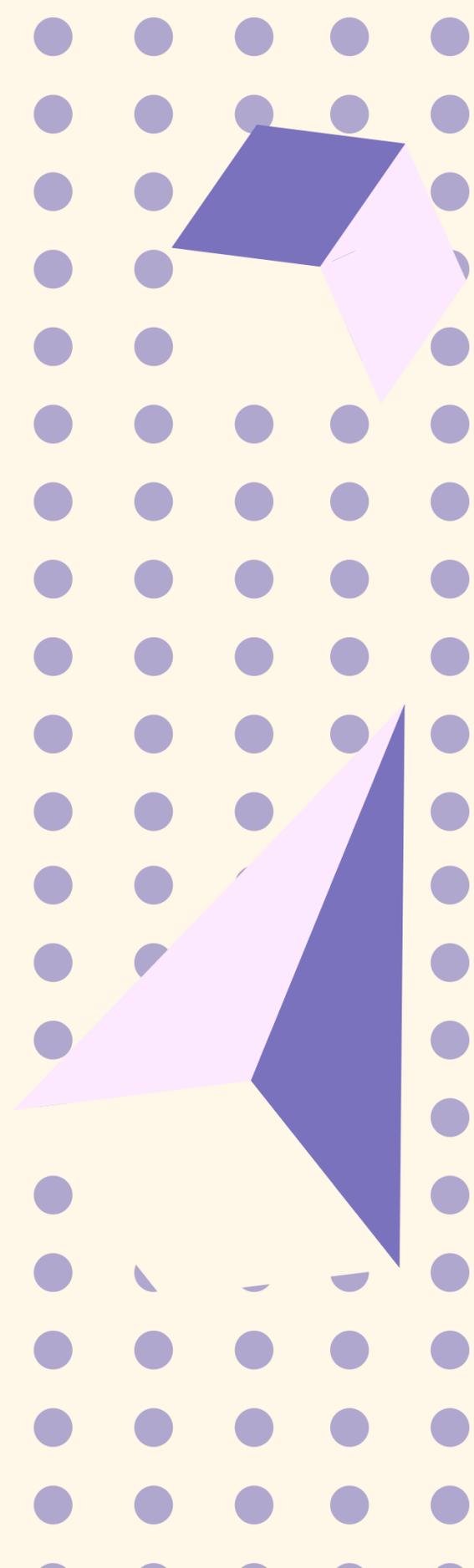
Abreviaturas: Tipo:
 SC - Subcomissão ou Grupo de Trabalho
 AP - Audiência Pública OE - Outros Eventos (seminários; viagens em missão; fóruns de debate)
 D - Assuntos Diversos

Req	AUTOR	EMENTA	TIPO	RESULTADO	PROVIDÊNCIAS/OBSERVAÇÕES
1	Gilberto Nascimento	Lançamento da publicação "Idoso: conheça seus direitos".	OE	Aprovado em 20/3/19	Arquivado em 10/4/2019. Evento realizado em 10/4.
2	Leandre	Requer a realização de audiência pública para debater sobre a condição financeira e a qualidade de vida das mulheres idosas.	AP	Aprovado em 20/3/19	Arquivado em 3/7/2019. AP realizada em 3/7.
3	Leandre	"Discutir as prioridades de agenda para a pessoa idosa"	AP	Aprovado em 20/3/19	Arquivado em 10/4/2019. APs realizadas em 27/3 e 10/4.
4	Leandre	Requer a realização de audiência pública para debater sobre a RDC nº 283, de 26 de setembro de 2005, da ANVISA.	AP	Aprovado em 20/3/19	Arquivado em 16/5/2019. AP realizada em 9/5.
5	Lídice da Mata	Solicita autorização para impressão de Informativos e de Relatório 2019 de consolidação dos trabalhos realizados.	D	Aprovado em 20/3/19	Aguardando providências internas
6	Lídice da Mata	"Discutir as prioridades de agenda para a pessoa idosa"	AP	Aprovado em 20/3/19	Arquivado em 10/4/2019. AP realizada em 27/3 e em 10/4.
7	Lídice da Mata	Requer que esta Comissão participe da 5ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa e das reuniões municipais e estaduais preparatórias.	OE	Aprovado em 20/3/19	Aguardando providências internas
8	Lídice da Mata	Requer o desarquivamento dos projetos de lei de autoria desta comissão.	D	Aprovado em 20/3/19	Arquivado em 27/6/2019. PLs desarquivados.
9	Lídice da Mata	Requer realização de Seminário sobre a "Reforma da previdência e suas consequências para a população idosa"	OE	Aprovado em 27/3/19	Arquivado em 3/4/2019. Seminário realizado em 3/4.
10	Lídice da Mata	Solicita a realização de Audiência Pública para debater a relação entre os Planos de Saúde e a crescente população que envelhece no Brasil.	AP	Aprovado em 27/3/19	Arquivado em 24/4/2019. AP realizada em 24/4.
11	Denis Bezerra Lídice da Mata Carmen Zanotto Tereza Nelma	Audiência pública a realizar-se nos próximos 20 (vinte) dias, o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Economia, Paulo Guedes, e o Secretário Especial de Previdência e Trabalho, Sr. Rogério Marinho, para que compareçam à esta Comissão, a fim de debater a Reforma da Previdência, apresentando seus principais pontos e os possíveis impactos que a aprovação da proposta causará na pessoa idosa.	AP	Aprovado em 27/3/19	Arquivado em 22/5/2019. AP realizada em 21/5.
12	Rosana Valle	Solicita realização de Audiência Pública para discussão da criação da Semana Nacional do Idoso com o propósito de conscientização do estatuto e das necessidades gerais.	AP	Aprovado em 27/3/19	Aguardando providências internas
13	Reginaldo Lopes Rejane Dias Alexandre Padilha Marcelo Freixo Lídice da Mata Carmen Zanotto Tereza Nelma Osésio Silva Maria do Rosário	Requerem que seja realizado pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa a realização de um Seminário Nacional para debater e desenvolver um planejamento decenal de ações governamentais para o envelhecimento populacional Brasileiro.	OE	Aprovado em 3/4/19	Aguardando indicação de convidados
14	Carmen Zanotto	Requer apresentação, em reunião ordinária da Comissão, do relatório final da Subcomissão Especial que Estudou os Projetos de Lei que tratam sobre o Estatuto do Idoso - Lei 10.741 de 2003.	SC	Aprovado em 3/4/19	Arquivado em 22/5/2019. Apresentação realizada em na reunião de 22/5.
15	Carmen Zanotto	Requer a realização de Seminário sobre o envelhecimento e a pessoa idosa, no município de Lages em Santa Catarina.	OE	Aprovado em 3/4/19	Evento externo. Aguardando agendamento.
16	Carmen Zanotto	Requer a realização de Seminários Regionais sobre o envelhecimento e a pessoa idosa, nas regiões brasileiras.	OE	Aprovado em 3/4/19	Evento externo. Aguardando agendamento.
17	Lídice da Mata Carmen Zanotto	Pedido de informações no sentido de esclarecer esta Comissão quanto às denúncias sobre os abusos na oferta e concessão de empréstimos consignados, principalmente para aposentados e demais beneficiários do INSS.	D	Aprovado em 3/4/19	RIC 419/2019 Remessa por meio do Ofício 1ªSec/RI/E nº 312/2019, ao Ministro da Economia. Prazo para Resposta Externas (de 27/04/2019 a 27/05/2019) Arquivado em 27/6/19. Ofício

Req	AUTOR	EMENTA	TIPO	RESULTADO	PROVIDÊNCIAS/OBSERVAÇÕES
18	Lídice da Mata Carmen Zanotto	Requer a realização de Audiência Pública, em conjunto com a Comissão de Defesa do Consumidor, com a finalidade de debater os abusos na oferta e concessão de empréstimos consignados, principalmente para aposentados e demais beneficiários do INSS.	AP	Aprovado em 3/4/19	Arquivado em 12/6/19. AP realizada em 12/6.
19	Flávia Morais	Requer a realização de mesa redonda na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, com a Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, para apresentação da "Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa".	OE	Aprovado em 3/4/19	Evento externo. Aguardando agendamento.
20	Tereza Nelma	Requer que seja realizada pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa a realização de Audiência Pública para debater o serviço de ILPI (Instituição de Longa Permanência para Idoso).	AP	Aprovado em 3/4/19	Arquivado em 9/5/2019. AP realizada em 9/5.
21	Flávia Morais	Requer a criação de Grupo de Trabalho destinado a apresentar um panorama da situação do idoso no mundo, na forma de estudo comparado entre países.	SC	Aprovado em 24/4/19	Aguardando providências internas
22	Vinicius Farah	Requer a realização de Audiência Pública, para discutir o assédio de bancos e financeiras contra idosos para a contratação de empréstimos.	AP	Aprovado em 24/4/19	Arquivado em 12/6/19. AP realizada em 12/6.
23	Denis Bezerra	Requer a realização, no âmbito desta Comissão, conjunta com as Comissões de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia e Direitos Humanos e Minorias, de audiência pública para debater a Reforma da Previdência.	AP	Aprovado em 24/4/19	Arquivado em 11/6/2019. AP realizada 11/6.
24	Marcelo Freixo	Requer a realização de audiência pública para debater eventuais restrições ao Censo 2020 e seus impactos nas políticas públicas da pessoa idosa.	AP	Aprovado em 24/4/19	Arquivado em 16/5/2019. AP realizadas em 9/5 e 4/7.
25	Flávia Morais	Requer que seja realizada Audiência Pública, em conjunto com a Comissão de Seguridade Social e Família, para discutir as políticas públicas voltadas ao tratamento e prevenção da síndrome demencial.	AP	Aprovado em 24/4/19	Arquivado em 26/6/2019. AP realizada em 26/6.
26	Lídice da Mata	Solicita a realização de visita em missão oficial ao Uruguai para conhecer a experiência de implementação do Sistema Nacional Integrado de Cuidados (SNIC).	OE	Aprovado em 24/4/19	Arquivado em 10/6/2019. Missão Oficial realizada de 4 a 7/6/19.
27	Lídice da Mata	Solicita autorização para realizar Audiência Pública, em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática para analisar os Impactos da Ciência e da Tecnologia na Longevidade e o papel da Comunicação na Inclusão Social e Digital do Idoso.	AP	Aprovado em 24/4/19	Arquivado. AP realizada 14/8/19.
28	Lídice da Mata	Solicita a aprovação de Moção de Repúdio contra o decreto 9.759, de 11 de abril de 2019, que extingue conselhos de direitos.	D	Aprovado em 24/4/19	Aguardando providências internas
29	Leandre	Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Seguridade Social e Família, para debater o decreto nº 9759/2019, que extingue conselhos de participação social.	AP	Aprovado em 24/4/19	Arquivado em 16/5/2019. AP realizada em 14/5.
30	Lídice da Mata	Solicita autorização para realizar Audiência Pública para discutir o decreto 9.759, de 11 de abril de 2019, e a continuidade do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso.	AP	Aprovado em 24/4/19	Arquivado em 16/5/2019. AP realizada em 14/5.
31	Tereza Nelma	Requer que seja acrescentado convidados para a audiência pública pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa para debater o serviço de ILPI (Instituição de Longa Permanência para Idoso).	AP	Aprovado em 24/4/19	Arquivado em 16/5/2019. AP realizada em 9/5.
32	Marcelo Freixo	Requer inclusão de convidado para audiência pública que debaterá possíveis restrições ao Censo 2020 e seus impactos nas políticas públicas da pessoa idosa.	AP	Aprovado em 15/5/19	Arquivado em 29/5/2019. AP realizadas em 29/5 e 4/7.
33	Carmen Zanotto	Envio de Indicação para o Ministro Chefe da Casa Civil, Sr. ONIX LORENZONI sugerindo a manutenção do Conselho Nacional de Defesa das Pessoas Idosas	D	Aprovado em 15/5/19	Arquivado em 23/5/2019. IND 743/2019 enviada à SGM em 23/5. Aguardando resposta.
34	Carmen Zanotto	Envio de Indicação a Ministra de Estado da Mulher, Família e Direitos Humanos, Sra. Damares Alves, sugerindo medidas para a manutenção do Conselho Nacional de Defesa das Pessoas Idosas	D	Aprovado em 15/5/19	Arquivado em 23/5/2019. IND 742/2019 enviada à SGM em 23/5. Aguardando resposta.
35	Lídice da Mata	Realização do XVI Seminário LGBTQI+ do Congresso Nacional".	AP	Aprovado em 15/5/19	Arquivado em 25/6/2019. Seminário realizado em 25/6.
36	Gilberto Nascimento	Requer seja realizado visita técnica para análise e conhecimento ao Núcleo de Orientação ao Idoso de Rio Claro - São Paulo	OE	Pronto para pauta.	Aguardando Deliberação na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CIDOSO)



Req	AUTOR	EMENTA	TIPO	RESULTADO	PROVIDÊNCIAS/OBSERVAÇÕES
37	Eduardo Barbosa Carmen Zanotto	Requer a realização de audiência pública conjunta para discussão da iminente interrupção do fluxo de recursos para pagamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC).	AP	Aprovado em 12/6/2019	Aguardando agendamento.
38	Rosana Valle	Solicita realização de Audiência Pública para discussão do Projeto de Lei nº 9.003/2017 e do apensado Projeto de Lei nº 6.764/2016, que tratam da regulamentação do exercício da profissão de gerontólogo.	AP	Aprovado em 26/6/19	Arquivado em 10/7/19. AP realizadas em 10/7.
39	Rosana Valle	Requer a inclusão dos convidados que especifica na audiência pública para discutir a criação da Semana do Idoso	AP	Aprovado em 26/6/19	Aguardando agendamento.
40	Lídice da Mata	Requer a realização de Audiência Pública para debater a necessidade de proteção dos dados dos segurados do INSS e política agressiva adotada por bancos e financeiras para obrigar os aposentados a contrair empréstimos consignados.	AP	Pronto para pauta	Aguardando Deliberação na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CIDOSO)
41	Lídice da Mata	Solicita a aprovação de Moção de Agravo contra os vetos do Presidente da República à Medida Provisória 871, de 18 de janeiro de 2019, que institui o programa especial para análise de benefícios com indícios de irregularidade, o programa de revisão de benefícios por incapacidade, o bônus de desempenho institucional por análise de benefícios com indícios de irregularidade do monitoramento operacional de benefícios e o bônus de desempenho institucional por perícia médica em benefícios por incapacidade, e dá outras providências.	D	Aprovado em 26/6/19	Aguardando providências internas
42	Lídice da Mata	Requer, nos termos constitucionais e regimentais, que seja encaminhado, por meio da Mesa Diretora desta Casa, pedido de informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Economia sobre os vetos do Presidente da República aos itens E e F, do artigo 124 da Medida Provisória 871, de 18 de janeiro de 2019.	D	Aprovado em 26/6/19	RIC 837/2019 Remessa por meio do Ofício 1ªSec/RI/E nº 635/2019, ao Ministro da Economia. Prazo para Resposta Externas Ofício recebido.
43	Lídice da Mata Denis Bezerra	Requer a realização de missão oficial para realização de reunião técnica sobre o envelhecimento e políticas públicas para a população idosa no estado da Bahia.	OE	Aprovado em 03/7/19	Arquivado em 10/7. Evento realizado em 19/8.
44	Rosana Valle	Requer a substituição dos convidados que especifica, na audiência pública para discutir o Projeto de Lei nº 9.003/2017 e do apensado Projeto de Lei nº 6.764/2016, que tratam da regulamentação do exercício da profissão de gerontólogo.	AP	Aprovado em 03/7/19	Arquivado em 10/7. AP realizada em 10/7.
45	Marcelo Freixo	Requer inclusão de convidado para audiência pública que debaterá possíveis restrições ao Censo 2020 e seus impactos nas políticas públicas da pessoa idosa.	AP	Aprovado em 03/7/19	Arquivado em 10/7. AP realizada em 04/7.
46	Lídice da Mata	Requer a realização de Seminários, no âmbito desta Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, para debater temas referentes à criação ou ampliação de sistema e políticas de cuidado para pessoas em situação de dependência para o exercício de atividades da vida diária.	OE	Aprovado em 14/8/19	Arquivado em 5/11. Seminário realizado em 22/10.
47	Denis Bezerra	Solicita a aprovação de Moção de Repúdio contra o Decreto nº 9.893, de 27 de junho de 2019, que dispõe sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.	D	Aprovado em 14/8/19	Aguardando providências internas
48	Reginaldo Lopes	Solicita que seja convocado para participar de Audiência Pública desta Comissão o Senhor Sergio Fernando Moro, ministro da Justiça e Segurança Pública.	AP		Aguardando deliberação
49	Ossésio Silva	Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa para debater a possibilidade de acréscimo de médicos geriatras nas instituições públicas de saúde.	AP	Aprovado em 14/8/19	Arquivado em 28/8. AP realizada em 28/08/2019
50	Tereza Nelma	Requer que seja realizada, pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, audiência pública para debater os Decretos 9.983/2019 e 9.921/2019, como também o adiamento da 5ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.	AP	Aprovado em 14/8/19	Arquivado em 28/8. AP realizada em 21/08/2019
51	Flávia Morais	Solicita autorização para realizar Mesa Redonda, na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, para debater sobre a influência das inovações tecnológicas no envelhecimento na longevidade, assim como o desafio na inserção efetiva social e digital das pessoas idosas.	OE	Aprovado em 21/8/19	Aguardando agendamento
52	Denis Bezerra	Requer a inclusão da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados na audiência pública que serão debatidos os Decretos 9893/2019 e 9921/2019, como também o adiamento da 5ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.	AP	Aprovado em 21/8/19	Arquivado em 28/8. AP realizada em 21/08/2019
53	Ossesio Silva	Requer adendo para inserir mais convidados para compor a mesa na realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa para debater a possibilidade de acréscimo de médicos geriatras nas instituições públicas de saúde.	AP	Aprovado em 21/8/19	Arquivado em 28/8. Realizada em 28/08/2019
54	Lídice da Mata	Solicita a participação da Comissão na primeira Conferência Hispânica de Cidades e Comunidades Amigas do Idoso.	OE	Aprovado em 28/8/19	Arquivado em 5/11. Realizada missão oficial de 14/10 a 16/10/2019.



Req	AUTOR	EMENTA	TIPO	RESULTADO	PROVIDÊNCIAS/OBSERVAÇÕES
55	Tereza Nelma	Requer que seja solicitado à Senhora Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, informações sobre o Fundo Nacional do Idoso (FNI)	D	Aprovado em 21/8/19	Aguardando providência internas
56	Denis Bezerra	Requer a realização de Audiência Pública sobre o Cenário de Osteoporose no Brasil.	AP	Aprovado em 21/8/19	Arquivado em 5/11. Realizado em 24/10/2019.
57	Denis Bezerra	Requer que a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa integre e participe das atividades da Coalizão sobre osteoporose.	OE	Aprovado em 21/8/19	Aguardando providência internas
58	Leandre	Requer a realização de Seminário sobre a Família e o Desenvolvimento Social, tendo a Família e o Desenvolvimento Social, tendo em vista o equilíbrio trabalho-família, a maternidade, a primeira infância e a pessoa idosa, em parceria com outras Comissões.	OE	Aprovado em 21/8/19	Arquivado em 5/11. Realizado em 29/10/2019.
59	Lídice da Mata	Requer a realização de Audiência Pública para debater "Educação na Terceira Idade".	AP	Aprovado em 21/8/19	Arquivado em 29/10. Realizado em 11/9/2019
60	Lídice da Mata	Requer a realização de Seminário Internacional sobre sistema de cuidados para pessoas idosas.	OE	Aprovado em 4/9/19	Arquivado em 22/10. Seminário realizado em 22/10.
61	Carmen Zanotto	Requer a realização de Audiência Pública, em conjunto com a Comissão Especial – PL 3515/2015 – Superendividamento do Consumidor, com a finalidade de debater a violência.	AP	Aprovado em 11/9/19	Arquivado em 25/9. Audiência realizada em 25/9.
62	Vinicius Farah	Requer a realização de audiência pública, para discutir e trazer mais esclarecimento acerca do Projeto de Lei nº 1418/2007-	AP	Aprovado em 18/9/19	Arquivado em 26/9. AP realizada em 26/9.
63	Lídice da Mata	Requer autorização para que a Comissão ofereça coffee break no Seminário Internacional de cuidado para a pessoa Idosas.	OE	Aprovado em 25/9/19	Arquivado em 23/10. Seminário realizado em 22/10.
64	Lídice da Mata	Requer autorização para que a Comissão participe da Sessão Solene em Homenagem ao Dia do Idoso e realize coffe break.	OE	Aprovado em 25/9/19	Arquivado em 22/10. Sessão Solene realizada em 2/10.
65	Lídice da Mata	Requer inclusão de convidados no Seminário Internacional proposto por meio do requerimento nº 60/2019	OE	Aprovado em 25/9/19	Arquivado em 23/10. Seminário realizado em 22/10.
66	Leandre	Requer a inclusão de convidados para o Seminário Internacional sobre Sistema de Cuidados para Pessoas Idosas, aprovado por meio do Requerimento 60, de 2019 - CIDOSO	D	Aprovado em 2/10/19	Arquivado em 23/10. Seminário realizado em 22/10.
67	Leandre	Requer a designação de membros da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa para participarem da 4ª edição da Inventum 2019 - Feira de Ciência, Tecnologia e Inovação na cidade de Pato Branco, Paraná	OE	Aprovado em 2/10/19	Aguardando providências internas
68	Lídice da Mata	Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, relativa a alterações no Decreto nº 9.893, de 27 de junho de 2019, que dispõe sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa	D	Aprovado em 9/10/19	Remessa feita pelo Of. 1ª Secretaria 842/19
69	Marcelo Freixo	Requer a realização conjunta de Seminário, com o tema "30 anos da Política de Redução de Danos"	OE	Aprovado em 9/10/19	Aguardando providências internas
70	Lídice da Mata	Requer inclusão de convidado no Seminário Internacional proposto por meio do requerimento nº 60/2019	D	Aprovado em 9/10/19	Arquivado em 23/10. Seminário realizado em 22/10.
71	Dulce Miranda	Requer a realização de audiência pública sobre a acessibilidade e mobilidade urbana, com foco no envelhecimento humano	AP	Aprovado em 6/11/19	Arquivado em 11/12. Audiência realizada em 11/12.
72	Felício Laterça	Requer que seja realizada audiência pública, em conjunto com a Comissão de Seguridade Social e Família, com a finalidade de debater a inclusão de exames fisiológicos não invasivos de triagem cardiopneumometabólica da Rede Pública de Saúde.	AP	Aprovado em 6/11/19	Arquivado em 27/11. Audiência realizada em 27/11.
73	Alexandre Padilha	Requer a realização de audiência pública, conjunta, desta Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, com a Comissão de Seguridade Social e Família, acerca da importância das doenças das válvulas cardíacas.	AP	Aprovado em 6/11/19	Arquivado em 4/12. Audiência realizada em 4/12.
74	Osessio Silva	Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa para debater a adoção de idosos no Brasil.	AP	Aprovado em 20/11/19	Arquivado em 10/12. Audiência realizada em 10/12.
75	Lidice da Mata	Requer autorização para a realização de coquetel na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.	OE	Aprovado em 20/11/19	Arquivado em 12/12. Evento realizada em 12/12.
76	Osessio Silva	Requer adendo para inserir mais convidados para compor a mesa na realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa para debater a adoção de idosos no Brasil.	AP		Arquivado em 10/12. Audiência realizada em 10/12.
77	Osessio Silva	Requer adendo para inserir mais convidados para compor a mesa na realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa para debater a adoção de idosos no Brasil.	AP	Aprovado em 4/12/19	Arquivado em 10/12. Audiência realizada em 10/12.
78	Denis Bezerra	Solicita a aprovação de Moção de Repúdio contra a MP 905/19, que institui o Contrato Verde e a Amarelo, altera a legislação trabalhista e dá outras providências.	AD		

